

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012



Conselho
Federal de
Psicologia

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Relatório de Gestão CFP
2012

Brasília, Maio/2013
1ª Edição



XV PLENÁRIO GESTÃO 2011-2013

DIRETORIA

Humberto Cota Verona – Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Vice-presidente
Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira
Deise Maria do Nascimento – Secretária
Alúzio Lopes de Brito - Secretário Região Nordeste

CONSELHEIROS EFETIVOS

Flávia Cristina Silveira Lemos

Secretária Região Norte

Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro

Secretária Região Centro-Oeste

Marilene Proença Rebello de Souza

Secretária Região Sudeste

Ana Luiza de Souza Castro

Secretária Região Sul

CONSELHEIROS SUPLENTE

Adriana Eiko Matsumoto

Celso Francisco Tondin

Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Márcia Mansur Saadallah

Maria Ermínia Ciliberti

Marilda Castelar

Roseli Goffman

Sandra Maria Francisco de Amorim

Tânia Suely Azevedo Brasileiro

PSICÓLOGAS CONVIDADAS

Angela Maria Pires Caniato

Ana Paula Porto Noronha

SUMÁRIO

1. Políticas	09
2. Eventos	61
3. Orientação e fiscalização do exercício profissional	79
4. Produção digital	89
5. BVS-Psi e BVS Ulapsi	97
6. Reuniões	109
7. Assessoria de Comunicação Social	125
8. Administrativo-Financeiro	137
9. Assessoria Parlamentar	141
10. Assessoria Jurídica	147
11. Ouvidoria	151
12. Realinhamento	155
13. Corpo Funcional do CFP – 2012	159





POLÍTICAS





1. POLÍTICAS

1.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O primeiro semestre de 2012 contou com uma iniciativa histórica para as relações da Psicologia com países de língua portuguesa: a assinatura, em 17 de abril, de um termo de cooperação entre o Conselho Federal de Psicologia e a Ordem dos Psicólogos de Angola (OPsA), Associação dos psicólogos de Cabo Verde (ACV), Associação de Psicologia de Moçambique (APM) e a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP).

A solenidade de assinatura aconteceu na sede do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, em Lisboa, Portugal, durante o I Seminário de Integração Internacional da Psicologia Lusófona, que contou com representantes das entidades da Psicologia dos cinco países. O fato inaugurou o movimento de colaboração e compartilhamento de saberes e práticas entre as psicólogas e psicólogos, estudantes, docentes e pesquisadores desses países, também para estabelecer uma linha conjunta de atuação e colaboração entre os envolvidos.



A Psicologia latino-americana teve papel atuante na mesma época: o CFP participou, em 26 de abril, da assembleia que antecedeu o IV Congresso da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (**ULAPSI**), em Montevideu, Uruguai. Os participantes aprovaram o novo Estatuto,

que acrescentou à gestão da ULAPSI o cargo de Secretário Administrativo aos já existentes de Secretário Executivo e Tesoureiro.

Com a decisão tomada por meio de eleição, ficou decidido que Manolo Calviño ocuparia o cargo de Secretário Executivo, Joel Vasquez seria o Tesoureiro e Diana Lesme ocuparia o novo cargo de Secretário Administrativo. Também foi decidido que o próximo Congresso será na Guatemala.

Foram apontadas novas propostas de trabalho para a revista da ULAPSI, a **Psicolatina**, como a sugestão de ser mais dinâmica, com novos recursos de comunicação.

Durante o IV Congresso da Ulapsi, em Montevideu, de 26 a 28 de abril, o CFP levou as experiências da Psicologia brasileira aos vizinhos latino-americanos, destacando as principais atividades do Sistema Conselhos por meio de cinco simpósios e a participação, no dia 28 de abril, de reunião da Rede Latino-americana de Emergências e Desastres.

Os simpósios apresentados foram os seguintes: *“Planejamento estratégico em Emergências e Desastres: A experiência do Sistema Conselhos de Psicologia; “Formação em Psicologia nas Emergências e Desastres”; “Urbanidade e dimensão subjetiva: os desafios a partir dos processos de higienismo social e gentrificação na América Latina”; “A violação de Direitos Humanos das Populações Indígenas na América Latina: desafios para a Psicologia e biopoder”; “Contribuição de Referências Técnicas para os psicólogos na atuação em políticas públicas”; e “Avaliação Psicológica e Direitos Humanos: experiências do Peru, do Brasil e do Paraguai”.*

1.1.1 - 2ª MOSTRA

O estreitamento entre países estrangeiros também ocorreu antes e durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, entre os dias 20 e 22 de setembro, em São Paulo, que, por meio do CFP, fez uma ampla divulgação do evento aos países de Língua Portuguesa e latino-americanos.



Mais de 200 práticas psicológicas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal e dos países da Ulapsi foram apresentadas na 2ª Mostra, evento marcado por trocas de experiências nas praças, mesas e reuniões abertas, que tornaram possível o intercâmbio de práticas desses países. Mais do que compartilhar dificuldades e conquistas, os encontros mostraram a relevância que a trajetória da Psicologia no Brasil tem para estes países.

As práticas e a participação na Mostra criaram bases para o reconhecimento do trabalho dos psicólogos (as) de língua portuguesa, especialmente em países africanos: Moçambique, Cabo Verde e Angola, onde a profissão ainda sofre forte resistência das populações tradicionais e do próprio governo.

Às vésperas da Mostra, no dia 19 de setembro, foi realizado o II Seminário da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa, que possibilitou aos países saírem do evento com uma nova agenda estratégica, acordos multilaterais e compromisso de encontros regulares de trabalhos.

Também por ocasião da 2ª Mostra, a Ulapsi realizou uma reunião no dia 19/9 com a participação de representantes de todos os países que compõem a União. Este encontro marcou um momento importante: foi assinado, na ocasião, o termo que constitui a Ulapsi como pessoa jurídica, garantindo maior autonomia e capacidade de organização à entidade. No último dia do evento, uma mesa redonda reuniu integrantes de entidades do Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB) e da Ulapsi. Este foi outro exemplo do momento de trocas, que contou com a participação de vários psicólogos (as) e estudantes da América-Latina que buscavam compreender melhor as formas de organização da Psicologia brasileira pelas entidades que fazem parte do Fórum.



Nesta reunião, os conselheiros do Conselho Executivo da Ulapsi lançaram a proposta de realizar uma Mostra Itinerante com os pôsteres expostos na 2ª Mostra, para que possam circular entre os diferentes países latino-americanos que integram a Ulapsi.



1.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Psicologia está presente na efetivação de políticas públicas e integra o grupo de profissionais que atua nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). No entanto, ainda há algumas lacunas que precisam ser preenchidas, pois, segundo a legislação, cada centro deve ter pelo menos um psicólogo (a). Em 2010, de quase oito mil CRAS espalhados pelo país, 1.045 não têm nenhum profissional de Psicologia.



Esse e outros dados do Censo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) fizeram parte de debate que aconteceu no dia 26 de novembro, na sede do CFP, durante a Reunião Nacional do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), transmitida online pelo site do Conselho.

No dia 10 junho, os Conselhos Federais de Serviço Social (CFESS) e de Psicologia (CFP) participaram do processo eleitoral do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A eleição

aconteceu no último dia 10, na Procuradoria Geral da República, em Brasília (DF). As candidaturas do CFESS e do CFP foram para representação do segmento “Entidade e Organização de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, para o mandato de 2012-2014. O CFP e o CFESS têm atuado de modo articulado em várias frentes. No CNAS, o CFP é suplente no segmento dos trabalhadores e o CFESS é observador.

Também no final do ano, nos dias 14 e 15 de dezembro, o CFP participou em uma das mesas e apoiou a primeira edição do Seminário do Fórum Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS), que aconteceu na Universidade de Brasília (UnB). O objetivo do evento foi aproximar, aprofundar e discutir estratégias que sirvam de subsídio para as experiências de organização da classe trabalhadora para implantação da Política Nacional de Assistência Social.



1.3 COMUNICAÇÃO

No início do ano, em janeiro, o CFP manifestou nota de posicionamento pela imediata responsabilização da TV Globo em casos graves ocorridos no Big Brother Brasil. O primeiro foi com a participante Monique, que pode ter sido vítima de crime praticado por outro integrante do programa. O segundo foi a absurda atitude da TV Globo frente ao ocorrido. O CFP mostrou que é evidente a ausência de mecanismos de regulação democrática capazes de apurar e providenciar ações imediatas para lidar com as infrações cometidas pelas emissoras, por não haver regras claras que definam a responsabilidade das emissoras nem tampouco instrumentos de monitoramento e aplicação dessas regras, como um Conselho Nacional de Comunicação ou órgãos reguladores. A nota gerou enorme repercussão nas redes sociais, com número recorde de comentários.

No dia 4 de maio, a construção coletiva de uma campanha em defesa da liberdade de expressão foi o objetivo de seminário realizado em São Paulo, pelo Fórum pela Democratização da Comunicação (FNDC), que o CFP integra junto com outras entidades, com o nome “Desafios da Liberdade de Expressão”. O evento reuniu entidades e lideranças nacionais e propôs um novo marco regulatório para as comunicações do Brasil.

Outra campanha sobre o tema foi lançada em agosto e recebeu o apoio do CFP. Trata-se da campanha “Para Expressar a Liberdade - Uma nova lei para um novo tempo”, realizada por

diversas entidades da sociedade civil e lançada no dia 27 de agosto de 2012, data que marcou os 50 anos do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Em outubro, São Paulo recebeu a Assembleia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). Na ocasião, o CFP apoiou e divulgou o “Ato Público pela ampla e verdadeira liberdade de expressão” e a contraconferência online: Liberdade de expressão na América Latina: de que lado está a SIP? O evento contou com a participação de ativistas e especialistas do Brasil e da América Latina.



Em dezembro, o Relator Especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Sr. Frank de La Rue, esteve em visita não oficial ao Brasil promovida por entidades participantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), entre elas o CFP.



Na conversa entre o relator e as entidades da sociedade civil sobre as violações de direitos relacionados à liberdade de expressão o CRP-SP e o CFP, apresentaram ao Sr. de La Rue alguns pontos considerados relevantes na violação de direitos pela mídia: Diversidade sexual, Publicidade dirigida à criança; Classificação indicativa; Violência social aos usuários de álcool e outras drogas.

Um documento com a síntese das ações que o CFP e o Sistema Conselhos de Psicologia vêm realizando no enfrentamento das violações à liberdade de expressão foi entregue ao relator.

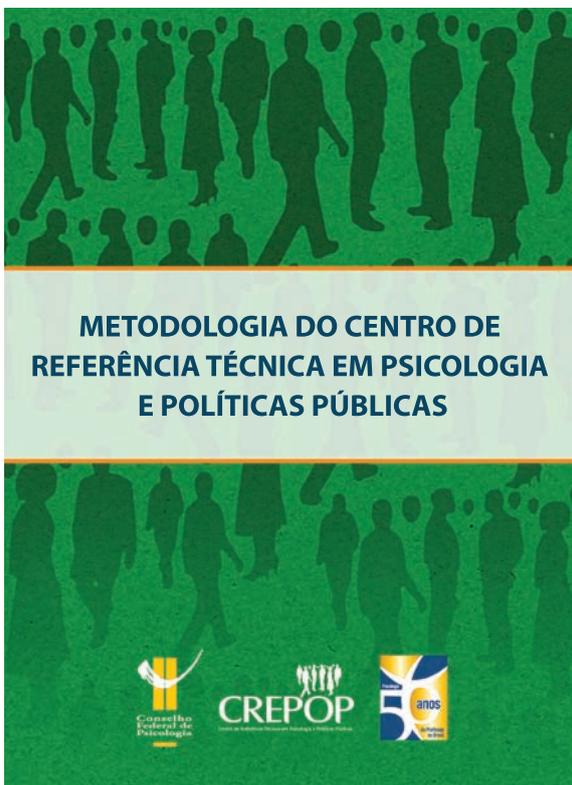
1.4 CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP)

1.4.1 PESQUISA SOBRE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE PSICÓLOGAS(OS) E EM POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A pesquisa sobre atuação profissional de Psicólogas(os) e em políticas para População em Situação de Rua teve início em 16 de abril e foi até 30 de novembro de 2012, e contou com duas etapas de aplicação, sendo a primeira basicamente quantitativa, na qual as (os) psicólogas (os) responderam um questionário online que ficou disponível de 16 de abril até 30 de outubro do ano passado . A segunda etapa é composta de entrevistas realizadas nos 20 CRPs, que utilizam metodologia qualitativa de pesquisa em profundidade.

A primeira etapa consistiu no mapeamento local da estrutura da política para população em situação de rua, e foi realizada em todo país. A pesquisa demonstrou como a adesão a política é diferenciada no país por meio do instrumento que se mostrou mais apropriado - a entrevista.

A mobilização para as entrevistas foi pensada durante quatro reuniões de elaboração da Nota Técnica entre a coordenação nacional e a rede Crepop, com a assessoria do Assessoria em metodologia de Pesquisa do Grupo Marxismo e Educação (GPME). A partir do mapeamento local foi observado que a adesão à Política para População em Situação de Rua foi feita de forma distinta nas várias regiões do país.



O levantamento apontou 175 serviços/programas em 205 municípios, com 593 psicólogas(os) atuando. Observou-se que estes serviços estavam concentrados, principalmente, na área da saúde e da assistência social, com alguns serviços no terceiro setor. Este cenário da política no país levou a rede e a coordenação, dentro da metodologia do Crepop, a pensarem os instrumentos a serem utilizados.

Na etapa do questionário on-line a pesquisa alcançou a participação de 255 respondentes, que trouxeram informações da sua formação e atuação na política pública. Já na etapa de mobilização, para coleta de dados qualitativos pelos técnicos nas unidades locais do Crepop, foram contatados mais de 1.039 psicólogos para participarem. Foram realizadas 75 entrevistas com psicólogos atuantes na política e 61 entrevistas com gestores, sendo 23 grupos multiprofissionais e 11 grupos de psicólogos.

1.4.2 - CONSULTA PÚBLICA

Em 2012, ficaram disponíveis para consulta pública 06 (seis) documentos de referências técnicas em consulta pública, com 2206 acessos e 128 contribuições ao texto. São eles:

- a) Documento de Referências Técnicas para Atuação Profissional de Psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência. Foram 433 acessos ao documento no site, com 30 contribuições.
- b) Documento de Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) no Sistema Prisional. Foram 342 acessos ao documento no site, com 26 contribuições.
- c) Documento de Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Políticas de Educação Básica. Foram 276 acessos ao documento no site, com 16 contribuições.
- d) Documento de Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Foram 293 acessos ao documento no site, com 12 contribuições.
- e) Documento de Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Foram 359 acessos ao documento no site, com 16 contribuições.
- f) Documento de Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Foram 503 acessos ao documento no site, com 28 contribuições.

Em 2012, a Rede Crepop se mobilizou para divulgar as consultas públicas, como também se organizou em seus regionais para convidar as (os) psicólogas(os) a participarem de debates locais para contribuir com os documentos.

1.4.3 - DEBATE ONLINE

Outra ferramenta utilizada durante as consultas públicas no ano de 2012 foram os debates sobre os documentos, que tiveram transmissão online. O objetivo do debate online é proporcionar uma apresentação do documento pelos especialistas que escreveram sobre o tema, como também estimular a categoria a contribuir com o documento que se encontra disponível.

Foram realizados 4 debates online em 2012 sobre os seguintes temas: Sistema Prisional, Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, CAPS e CREAS. Os debates tiveram a presença de especialistas que compunham a comissão **Ad-hoc** e convidados que contribuíram com o debate.

Os debates tiveram ao todo 5.560 pontos de acesso em todo país, com mais 120 participações por e-mail, entre perguntas, críticas e elogios ao documento.

1.4.4 - COMISSÕES AD-HOC

Durante o ano de 2012, as comissões Ad-hoc se reuniram para elaboração dos textos do documento de referência. As 11 comissões passaram por momentos diferentes durante o ano, com reuniões de início de texto e de finalização de texto, bem como de processo de formação de comissão, descritos a seguir:

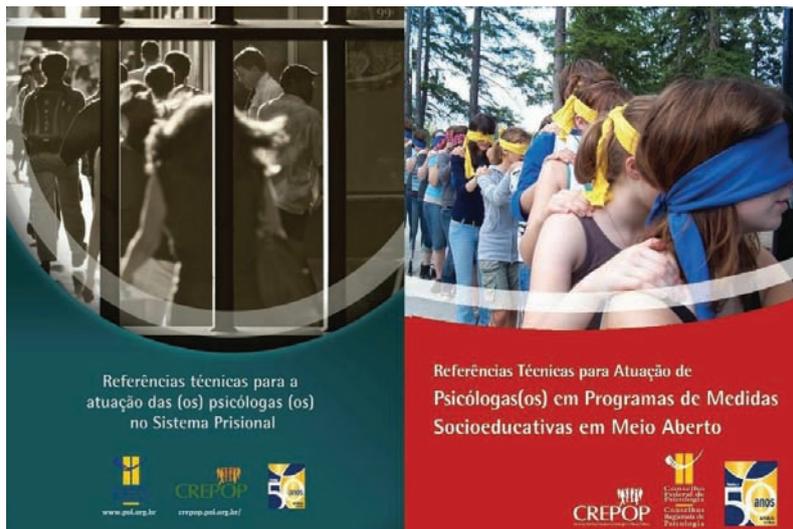
- 1. Programas de atenção à mulher em situação de Violência:** A comissão foi formada sob a responsabilidade da Conselheira Vice-presidente, Clara Goldman, e os especialistas Francisco Viana, Adriana Reis, Adema Pimentel e Jureuda Guerra. O documento tem previsão de ser lançado em maio de 2013.
- 2. Sistema Prisional:** A comissão foi formada sob a responsabilidade da Conselheira Federal Adriana Eiko, e contou com os especialistas Pedro Pacheco, Marcia Badaró e Fernanda Otoni. O Documento foi lançado no dia 9 de novembro de 2012.
- 3. Medidas Socioeducativas em Meio Aberto:** A comissão foi formada sob a responsabilidade da Conselheira Federal Flávia Lemos, e contou com os especialistas Cristiane Barreto, Gislei Lazzarotto, Hebe Signorini, Maria de Lurdes Trassi. O Documento foi lançado durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, no dia 22 de setembro de 2012 em São Paulo.
- 4. Educação Básica:** A comissão foi formada sob a responsabilidade da Conselheira Federal, Marilene Proença, e contou com as especialistas Carmem Taverna, Iracema Tada, Marilda Gonçalves, Marisa Lopes Rocha e Raquel Souza Lobo Guzzo. O documento tem previsão de ser lançado em abril de 2013.

5. **CAPS:** A comissão foi formada sob a responsabilidade da Conselheira Federal, Heloiza Massanaro, e contou com as especialistas Elisa Zaneratto, Rosemeire Aparecida e Martha Elizabeth. O documento tem previsão de ser lançado no início de 2013.
6. **CREAS:** A comissão foi formada sob a responsabilidade da Conselheira Federal, Marcia Mansur, e contou com as especialistas Rita de Cássia Oliveira, Vania Nery, Verônica Ximenes Deborah Akerman. O documento tem previsão de ser lançado no início de 2013.
7. **Questão da Terra:** A comissão foi formada sob a responsabilidade da Conselheira Federal, Roseli Goffman, e contou com os especialistas Genaro Ieno, Paulo Maldos, Jáder Leite e Fabiana Campos, com a contribuição de Sergio Sauer. O texto já retornou dos regionais, aguarda incorporação das sugestões encaminhadas na consulta pública.
8. **Álcool e Outras Drogas:** A comissão foi formada sob a responsabilidade da Conselheira Federal, Heloiza Massanaro, e contou com os especialistas Rafael Dias, Isabela Saraiva, Maria Aparecida Gimenez e Isabel Calil.
9. **Educação Inclusiva:** Texto em Finalização.
10. **Mobilidade, Transporte e Trânsito:** Texto em finalização para consulta pública.
11. **Relações Raciais:** O texto está em fase de revisão.
12. **Emergências e desastres:** Ainda não há data para reunião presencial que iniciará os trabalhos. A Conselheira responsável é a Clara Goldman.
13. **Hospitalar:** A comissão começou a ser formada com envio de convites para alguns especialistas. A Conselheira responsável é a Monalisa Barros.
14. **Atenção Básica à Saúde:** O material produzido está com a especialista Magda Dimenstein para elaboração do texto.
15. **CRAS:** A comissão está em processo de formação. A conselheira responsável é Márcia Mansur.

1.4.5 - PUBLICAÇÕES

O Crepop publicou, em 2012, duas Referências Técnicas. São elas:

1. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) em programas de medidas Socioeducativas em meio Aberto (publicado em setembro durante a 2ª Mostra de Práticas em Psicologia).
2. Referências Técnicas para Atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema prisional. (publicado em novembro, durante o Seminário Atuação no Sistema Prisional: Desafios e Perspectivas).



1.4.6 - TREINAMENTO DOS TÉCNICOS DO CREPOP

No ano de 2012, diferentemente dos anos anteriores, quando o treinamento acontecia em quatro regiões do país, aconteceram apenas duas reuniões. Uma em Natal (RN) e a outra em Brasília (DF).

Estes dois momentos foram para finalização da Nota Técnica da Pesquisa e para discussão dos instrumentos. Com a contribuição do GPME, a Rede pôde discutir questões sobre a entrevista e o grupo multiprofissional e também avaliar os materiais produzidos de outras pesquisas.

O resultado das duas reuniões foi um documento com encaminhamentos para a realização da Pesquisa para População em Situação de Rua, que refletiu as demandas e necessidades de como a política está estabelecida em cada região.

1.4.7 - REUNIÃO NACIONAL DO CREPOP

A Reunião Nacional do Crepop foi realizada nos dias 23 e 24 de novembro de 2012, com participação de todos os regionais e a Assessoria em metodologia de Pesquisa do Grupo Marxismo e Educação (GMPE)/UFRN. O objetivo geral é promover o aprimoramento e formação em pesquisa, renovando os compromissos políticos e profissionais dos integrantes da Rede CREPOP.

Os objetivos específicos desta reunião foram:

- Avaliar o desenvolvimento da pesquisa sobre a Atuação da (o) Psicóloga (o) na Política Nacional para população em Situação de Rua a partir da nova metodologia, debatendo o processo de recondução da pesquisa;
- Promover a troca de experiências acerca dos problemas enfrentados e soluções encontradas pelos técnicos das unidades locais ao longo do ano;

- Discutir o Planejamento de atividades do CREPOP para o próximo ano, considerando a contribuição de cada unidade local para a efetivação das diretrizes traçadas;
- O resultado da Reunião Nacional foi um texto com propostas de organização e trabalho do Crepop em 2013.

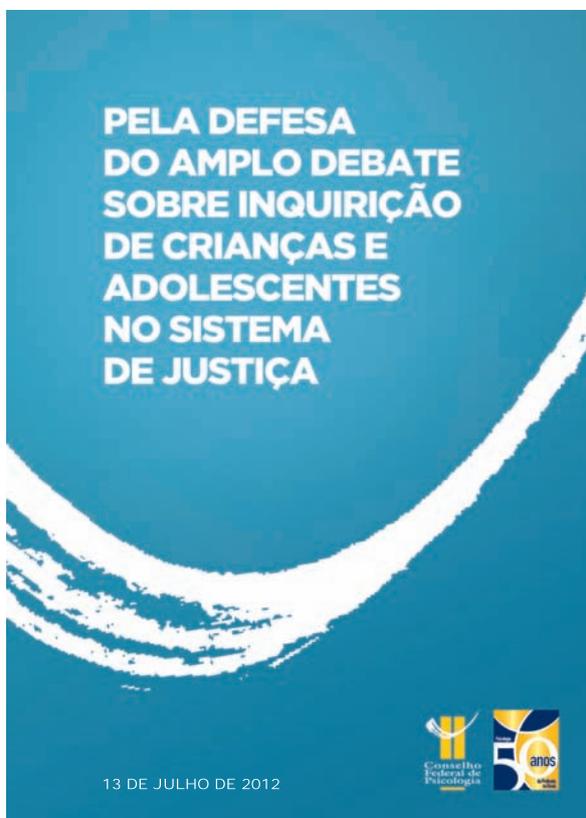


1.5 CRIANÇA E ADOLESCENTE

Com o objetivo de contribuir com a elaboração e monitoramento das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, em articulação com o governo e a sociedade civil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou ativamente (ainda que com a vaga de suplente) das assembleias do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) na gestão 2011-2012, sendo representado pela Conselheira Sandra Amorim. No final de 2012, o CFP conquistou uma vaga de titular no CONANDA para a gestão 2013/2014. Nas eleições do CONANDA deste ano, 32 entidades se candidataram, sendo eleitas 14 como titulares e outras 14 como suplentes. O CFP foi eleito com 25 votos e será representando nessa gestão pela psicóloga Esther Arantes, colaboradora emérita do CFP, reconhecida nacionalmente pelas suas produções e contribuições na área da infância e adolescência.

Ao longo do ano de 2012 o CFP alavancou e participou de muitos debates, eventos e produções relacionados à atuação da Psicologia em uma perspectiva de garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Em março, o CFP defendeu a Classificação Indicativa na televisão, tendo em vista que no dia 30 de novembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento de um caso relevante para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes: a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2404, proposta pelo PTB, que contesta parte do artigo 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este artigo estabelece que as emissoras de televisão devem respeitar os horários autorizados para exibição de determinados programas, de acordo com sua classificação etária indicativa.



Um pedido de vistas interrompeu o julgamento, após o voto do relator Dias Toffoli e de outros três ministros, todos aceitando a tese da inconstitucionalidade. O CFP e outras entidades discordaram deste entendimento e demonstraram grande preocupação com os rumos do julgamento, que poderia acabar, na prática, com a existência de horários protegidos na televisão brasileira, afetando diretamente a eficácia da Classificação Indicativa. Com a nota, o CFP defendia que o Supremo Tribunal Federal declarasse improcedente a ADI 2404 para manter, assim, a obrigatoriedade de que as emissoras

respeitassem os horários estabelecidos pelo sistema de Classificação Indicativa atualmente em vigor.

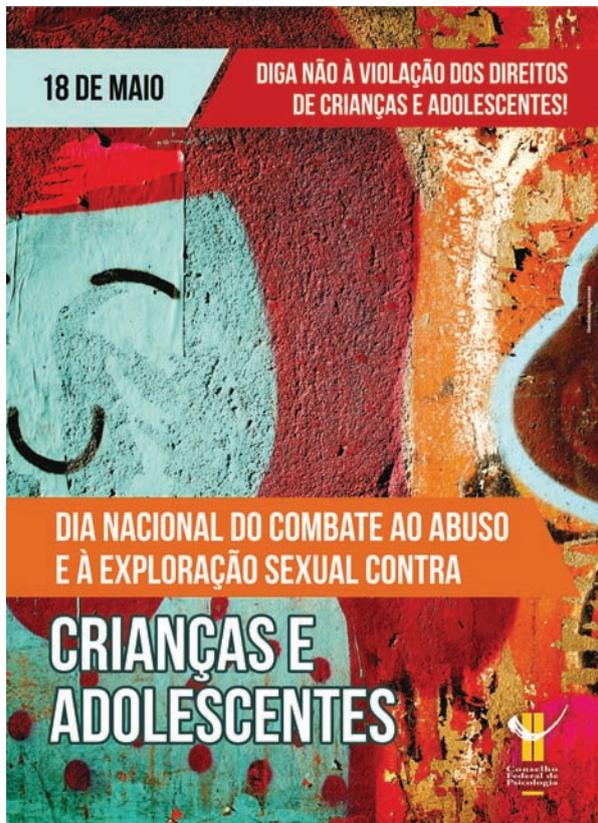
Também em Março, o CFP participou de uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que teve objetivo de discutir a garantia dos direitos fundamentais de criança e adolescentes indígenas, face à problemática questão da terra. O envolvimento do CFP com essa temática tem se ampliado em diferentes frentes e nesse Estado, que tem uma das maiores populações indígenas de diferentes etnias, são recorrentes as constatações de violações de direitos fundamentais de crianças e adolescentes e o elevado número de casos de suicídio entre adolescentes indígenas.

Em Abril, o CFP esteve presente, representando o CONANDA, na Oficina organizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para debater o “Políticas Públicas de Crianças e Adolescentes no contexto das Medidas de Recolhimento e Internação Compulsória”, que ocorreu em Brasília-DF, com a presença de diversas entidades da sociedade civil e representação dos Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Direitos Humanos, dentre outros. Não há consenso neste debate e frente à polêmica do tema, o CFP resgata as indicações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, que reafirmou que o investimento público deve ser destinado à criação e ampliação da rede de serviços substitutivos e não a lugares e instituições com princípios e formas de atuação contrários à ética que sustenta a prática nos serviços substitutivos: a defesa dos direitos humanos, a liberdade e a inclusão dos usuários no território.

Em Abril o CFP também participou em São Paulo do Seminário sobre a “Escuta Judicial de Crianças e Adolescentes”, promovido pela AASPTJ e pelo CRESS-SP e do lançamento do livro *Violência sexual e escuta judicial de crianças e adolescentes*, no qual a Conselheira Sandra Amorim escreveu na orelha: “Partindo do pressuposto que construção de um diálogo interprofissional e interdisciplinar é tarefa daqueles que são ética, técnica e politicamente responsáveis pela defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, esta publicação constitui-se em um marco referencial para o aprofundamento do debate por apresentar, a partir de diferentes saberes, subsídios para uma reflexão crítica da realidade sobre o tema”.

O dia 18 de Maio data em que se comemora a promulgação da Lei nº 9970/2000, que institui o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi lembrada e ressaltada novamente em nota no site do CFP e com cartaz alusivo à data. A lei foi publicada em razão do assassinato da menina Araceli Cabrera Sanches Crespo, em Vitória (ES), no dia 18 de maio de 1973. Seu corpo foi encontrado seis dias depois, desfigurado e com marcas de abuso sexual. Um artigo da conselheira do

CFP, Sandra Amorim, mostrou a importância de lembrar a data como forma de mobilizar a categoria e também a sociedade.



Dois dias antes o CFP havia participado do programa Ver TV - da TV Câmara - para discutir o tema. Durante o programa, que foi ao ar no dia 16, a representante do CFP buscou sensibilizar a sociedade em relação ao dia 18 de maio.

O ano de 2012 também foi marcado pela suspensão da Resolução CFP Nº 10/2010, responsável por indicar princípios norteadores e referenciais técnicos para a realização da escuta psicológica na Rede de Proteção de crianças e adolescentes. A Resolução já estava suspensa em alguns Estados, mas no dia 9 de julho de 2012, o Juiz da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro decidiu pela suspensão da Resolução em todo Território Nacional. O CFP informou em Nota que, sustentado em razões éticas e técnicas, a despeito dos profissionais estarem judicialmente autorizados a realizar a inquirição, iria manter as orientações às psicólogas e psicólogos brasileiros que atuam no âmbito da justiça, destacando a necessária atenção ao Código de Ética Profissional do Psicólogo e à defesa intransigente da autonomia do profissional, entendendo que o diálogo entre os saberes não se sustenta numa lógica vertical e hierárquica e propondo que o tema continuasse a ser amplamente debatido de forma articulada no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos, envolvendo todos os seus atores como corresponsáveis pela defesa intransigente dos direitos da criança e do adolescente.

Em Junho, o CFP participou do Encontro Nacional do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE) que aconteceu em Brasília, organizado pela Secretaria de Direitos Humanos, tendo por base a

promulgação da Lei 12.594/2012 que dispõe sobre o SINASE e regulamenta a execução das medidas socioeducativas.

Na semana em que se comemorou os 22 anos da promulgação do ECA, o CFP participou da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre 11 e 14 de julho, com o tema “Mobilizando, Implementando e Monitorando o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, no Distrito Federal e nos Municípios”. Na ocasião, teve destaque a inédita participação de cerca de 800 crianças e adolescentes nos debates.

Durante a 9ª Conferência, foi aprovada moção de repúdio aprovando o financiamento de “salas especiais” pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e destacou-se a importância de que o Conanda estabelecesse um amplo debate e se posicionasse frente ao tema.

A 9ª CNDCA debateu a Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente com foco em 5 eixos estratégicos: Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes; Proteção e Defesa dos Direitos; Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes; Controle Social da Efetivação dos Direitos e Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Nesta mesma semana, o CFP se reuniu com a senadora Ângela Portela (PT-RR) que deu entrada ao Projeto de Lei que altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Durante a reunião, o CFP apresentou a campanha e se colocou à disposição para contribuir com o PL.

Em agosto, o vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP 04), RiEm Agosto, o vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP 04), Ricardo Moretzsohn, participou, como representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), de uma mesa no 1º Seminário Infância Livre de Consumismo – “Por uma proteção legislativa da criança frente aos apelos mercadológicos”. Nesse mesmo evento o CFP, por meio da conselheira Sandra Amorim, esteve representando o CONANDA em uma mesa em que se discutiu “A Proteção especial e integral da infância frente aos apelos do consumo”.

O seminário foi promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Na ocasião, o representante do CFP defendeu que a publicidade deve ser direcionada aos pais e/ou responsáveis e não às crianças, pois estas não possuem ainda as ferramentas intelectuais e emocionais necessárias para formular o juízo crítico e compreender os conteúdos veiculados assim como os elementos de manipulação.

Também em agosto, o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) realizou uma audiência pública para debater alternativas para defender crianças e adolescentes da propaganda abusiva. O Conselho Federal de Psicologia fez críticas à programação que é oferecida atualmente para crianças e disse que há muito tempo não existem programas infantis,

exemplificando com as atrações matutinas essencialmente jornalísticas.

No final do mês, no dia 31 de agosto, a violência sexual e a pedofilia foram pautas de destaque durante o 1º Seminário de Psicologia da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que contou com a representação do CFP. Durante o seminário foram feitas propostas para identificar e combater a pedofilia, com destaque para o papel dos psicólogos nesse processo.

Em Setembro, o CFP participou de uma vistoria a Unidade de Internação do Plano Piloto (UIPP), antigo Cajé, junto com a deputada Erika Kokay e membros do Conselho Tutelar, Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (Cedeca) e Conselho Regional de Psicologia e Promotoria da Infância e Juventude. O grupo avaliou a estrutura do local e conversou com a direção e funcionários da unidade. Em 20 dias, três adolescentes em conflito com a lei morreram na UIPP e um jovem foi enforcado por colegas de cela. Um relato da visita foi produzido pela deputada Érica Kokay e entregue à Promotoria da Infância e Juventude do Distrito Federal, à Secretaria de Estado da Criança, à Defensoria Pública e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Importa destacar que durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, que ocorreu em Setembro, em São Paulo, inúmeras mesas e atividades relacionadas ao tema da criança e do adolescente foram propostas pelo CFP, abordando distintos temas, tais como, consumismo, redução da idade penal, medicalização, entre outros.

Em Outubro, o CFP participou de dois colóquios na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), em Brasília. O encontro foi pautado por debates sobre “Atendimento a pessoas que cometeram violência sexual contra crianças e adolescentes” e “A escuta de crianças e adolescentes no sistema de segurança e justiça”. Estiveram presentes representantes do governo e da sociedade civil envolvidos com os temas. Os colóquios foram organizados realizados pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, como parte das iniciativas que subsidiam a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O objetivo é gerar novas subsídios antes que o documento vá à consulta pública.

No final do ano, o CFP esteve presente no Congresso Nacional durante discussões para apreciação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, que propõe a redução da idade penal de 18 para 16 anos, no Código Penal Brasileiro, nos casos de crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura e terrorismo ou reincidência na prática de lesão corporal grave e roubo qualificado.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Ana Rita Esgário (PT-ES) elaboraram um requerimento pedindo uma audiência pública em 2013, adiando, assim, a votação da proposta em 2012. O objetivo é trazer mais argumentos que denunciem a inconstitucionalidade da PEC e a violação aos direitos da criança e do adolescente. No dia 12 de dezembro, cerca de 20 entidades promoveram uma manifestação em frente ao Senado Federal contra a PEC 33. A manifestação contou com o apoio

do CFP e de várias entidades.

A PEC 33/2012 também foi tema da audiência pública no Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) no dia 6 de dezembro em Brasília, que contou com a representação do CFP. O objetivo foi aprovar uma moção contrária à PEC 33, como uma decisão colegiada do Conasp. Na ocasião o CFP se comprometeu a dar maior visibilidade ao documento, para tentar fazer com o que o Projeto de Lei saia da pauta do Senado.

Em dezembro, tendo em vista a possibilidade de aprovação da PEC, o CFP redigiu uma carta aos senadores e senadoras para manifestar a imensa preocupação com o retrocesso que representa a proposta.

1.6 DIREITOS HUMANOS

O ano foi marcado por intensa defesa aos direitos indígenas. Em janeiro, o CFP participou de expedição com outras entidades da sociedade civil ao grupo Guarani-Kaiowá, localizados no MS, entre os rios Ápa e Dourados, para documentar a situação de vulnerabilidade, conflitos, mortes e perseguição desse grupo de habitantes.

Em agosto, o CFP divulgou nota de repúdio à omissão do governo sobre o conflito de jagunços e indígenas Kaiowá-guarani no Mato Grosso do Sul, que teve inclusive morte de crianças. Na ocasião, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP acompanhou o caso de perto e exigiu, na nota, a demarcação de todos os territórios indígenas no MS e a construção de políticas indigenistas em saúde, educação, produção agrícola e auto-sustentação, condizentes com as diferentes culturas e com participação plena das comunidades indígenas.

Em setembro, durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em São Paulo, a luta dos povos indígenas e a garantia dos direitos fundamentais para essa população foram discutidas por representantes indígenas e psicólogos (as). Na ocasião, a representante do povo Guarani-Kaiowá, Valdelice Veron, que também recebeu o prêmio Paulo Freire durante a 2ª Mostra, criticou o tratamento dado pelo governo aos povos indígenas.

No início de outubro, o CFP, em conjunto com a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca Brasil) e Justiça Global, assinou nota pública em denúncia à ameaça à vida e às terras do povo Guarani-Kaiowá da aldeia Passo Piraju, no Mato Grosso do Sul, após decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região de São Paulo que determinou despejo dos índios e reintegração de posse da área a um fazendeiro.

Na nota, o CFP pediu atenção aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul e exigiu do Governo Federal proteção e ações efetivas para a soma de esforços visando a segurança, a integridade física e psicológica dos índios e a preservação das suas terras.

No dia 19 de outubro, o CFP, em parceria com o CIMI, Justiça Global e Plataforma Dhesca, promoveu manifestação em frente ao Congresso Nacional, colocando 5 mil cruzeiros espalhadas no gramado para lembrar o descaso e a violência contra os Guarani-kaiowá. Esta manifestação ampliou campanha em favor desse povo nas redes sociais e outros desdobramentos junto aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, que permitiram dar maior visibilidade à questão e provocar a sociedade para uma cobrança maior pelas políticas públicas voltadas para estes povos.

Durante o manifesto, o CFP apresentou uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) cobrando posicionamento em relação à defesa dos povos indígenas brasileiros. O mesmo documento já havia sido entregue pela Justiça Global à CIDH, em janeiro, mas não obteve retorno. Por isso o Conselho reiterou o pedido, agora contextualizado com a última decisão do TRF 3ª Região, de São Paulo, que publicou ação de despejo e reintegração de posse da área da aldeia Passo Piraju, em Dourados, no Mato Grosso do Sul.

No mesmo dia, representantes do CFP, do Cimi e lideranças indígenas foram recebidos pela assessoria do Ministério da Justiça. Na audiência, os representantes do Ministério se comprometeram a agilizar as reivindicações do CFP e entidades.

No final de outubro, o CFP também cedeu espaço para coletiva convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDH), quando foi anunciado o envio de uma carta pela CDH à presidenta da República, Dilma Rousseff, e à Organização das Nações Unidas (ONU) alertando sobre as violações de direitos do povo guarani-kaiowá.

Durante a coletiva, o CFP destacou que a comunidade guarani-kaiowá está sendo constantemente ameaçada e tendo seus direitos básicos cerceados, produzindo uma vulnerabilidade ainda maior a estes povos. O CFP lembrou ainda que a questão indígena é uma prioridade para o conselho, tanto que durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, que reuniu mais de 30 mil pessoas em setembro, no Anhembi, em São Paulo, foi unânime a decisão do Sistema Conselhos em homenagear com o Prêmio Paulo Freire a líder guarani-kaiowá Valdelice Veron.



No início de novembro, o CFP, a Justiça Global e a Plataforma Dhesca escreveram nota de repúdio à matéria publicada na Revista Veja, sob o título “Ilusão de um paraíso”. Entre outros argumentos, a nota dizia que trata-se de matéria com viés racista e com forte distorção dos fatos e por isso mesmo, desinformativa e tendenciosa, demonstrando o total desconhecimento do repórter sobre a atuação de organizações governamentais e não governamentais junto às comunidades indígenas e ainda sua posição claramente favorável ao agronegócio no Mato Grosso do Sul.

O CFP participou, no início de dezembro, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados que debateu a proposta de incluir, no calendário nacional de datas comemorativas, o Dia Internacional do Direito à Verdade sobre graves Violações aos Direitos Humanos e da Dignidade das Vítimas. A criação da data está prevista em resolução aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2010.

No dia 12 de dezembro, em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Psicologia reafirmou seu compromisso com a luta pela garantia de direitos dos cidadãos brasileiros. Atualmente, o CFP está promovendo e apoiando diversas manifestações em prol dos direitos humanos no país, como as lutas pela demarcação de terras indígenas, pela defesa da Resolução CFP 001/99, contra a redução da idade penal e contra a violação de direitos no sistema prisional brasileiro, entre outras.



Também em dezembro, para reforçar as ações pela demarcação de terra e defesa dos povos indígenas no Brasil, o CFP lançou a Campanha “Somos 1 Milhão pela Demarcação das Terras Indígenas”. O movimento contou com apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Plataforma Dhesca, da Justiça Global, dos Juizes para a Democracia, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e a assembleia Aty Guasu.

O objetivo é coletar um milhão de assinaturas para pressionar o governo a agilizar a demarcação

de terra dos povos indígenas no Brasil. A campanha pretende alertar a sociedade sobre a triste realidade dos índios no Brasil, os quais são vítimas constantes de violência e sofrem com a falta de políticas públicas específicas.\

1.6.1 - SALA VLADIMIR HERZOG NA 2ª MOSTRA

O tema teve importância fundamental durante a 2ª Mostra Nacional de Psicologia, que ocorreu em setembro, em São Paulo. Em uma sala escura, imagens e depoimentos se misturavam na tela contínua para retratar a luta pelos direitos humanos no país. Ninguém parecia se importar com as filas quilométricas para assistir o documentário sobre a Psicologia e os direitos humanos, na sala que recebeu o nome do jornalista morto na ditadura, Vladimir Herzog.



O vídeo, produzido pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), emocionou visitantes e fez do espaço um dos principais destaques da 2ª Mostra.

O filme retratou a luta de psicólogas e psicólogos em prol dos direitos humanos e abordou temas como a luta antimanicomial, o direito de crianças e adolescentes, segurança pública, entre outros. Do lado de fora do espaço, além de frases de renomados pensadores, como Claude Lévi-Strauss e Michel Foucault, havia uma área chamada “Deixe suas impressões”, onde os participantes escreveram em um mural o que sentiram e pensaram durante a exibição do filme. Após a exibição do vídeo, Ivo escreveu a frase: “Direitos humanos, nossos direitos”.

Durante o evento, o CFP também homenageou 14 personalidades que se destacaram na defesa e promoção dos direitos humanos com o prêmio Paulo Freire. Entre os agraciados estão a líder guarani-kaiowá Valdelice Veron, o escritor moçambicano Mia Couto, o escritor Ariano Suassuna, entre outros.

1.6.2 - OUTRAS AÇÕES

A reintegração de posse da área ocupada pela comunidade Pinheirinho, em São José dos

Campos, São Paulo, repercutiu na imprensa e nas redes sociais durante o mês de janeiro, pela violência e ilegalidade com que foi realizada. O CFP se solidarizou por meio de nota pública com as famílias da ocupação e questionou tanto os métodos usados na reintegração de posse como os seus objetivos.

Em janeiro, o CFP também questionou objetivos e métodos adotados na chamada Ação Integrada Centro Legal, na Cracolândia, em São Paulo, por meio de nota pública de repúdio. O CFP entendeu que a estratégia, da forma como estava sendo executada, baseada na ostensiva ação policial, não só não resolvia o problema, como provocava a violação dos direitos humanos dessas pessoas já fragilizadas. O CFP, portanto, orientou que psicólogas e psicólogos denunciassem qualquer violação aos direitos humanos em ações de combate ao crack para que a ação não se repetisse em outros estados.

Em 27 de fevereiro, o artigo “Sem Exclusão”, escrito pelo coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, foi publicado na coluna Opinião do Jornal O Globo. O editorial criticava a adoção do modelo psiquiátrico e da internação compulsória e defendia a efetividade das políticas de acolhimento. O texto também chamou a atenção para o questionamento: Em nome da proteção e do cuidado, que formas de exclusão temos produzido?



Em fevereiro, o CFP participou da organização da Frente Nacional de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política Nacional sobre Drogas. A Frente reúne entidades e

movimentos sociais brasileiros, com representatividade regional no país, por uma política sobre drogas norteadas pela política antimanicomial e pela reforma psiquiátrica brasileira. Uma diversidade de organizações se uniu para realizar o enfrentamento às drogas de maneira coletiva.

A reunião foi coordenada por um representante dos Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social, da Pastoral Nacional da População de Rua, do Movimento Nacional de População de Rua e pelo Coletivo DAR. Os movimentos sociais e entidades discutiram e elaboraram os princípios que irão nortear as ações da frente e na formulação da agenda de trabalho.

O objetivo da Frente é trabalhar na organização de um debate público e construir estratégias de lutas sobre drogas baseadas na cidadania e nos direitos humanos, com a garantia da participação popular e o respeito às decisões das conferências.

Em maio, a Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos (FNDDH) externou preocupação diante das informações veiculadas na matéria do jornal Correio Braziliense intitulada “Gleisi, Padilha e o pastor”. A reportagem trouxe denúncias de suposto pedido de “flexibilização” em contratos entre Governo Federal e comunidades terapêuticas, como parte do plano de enfrentamento ao crack do Governo Federal. O pedido teria sido enviado pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ao ministro da saúde, Alexandre Padilha.

No mesmo mês a FNDDH também coordenou debate on-line sobre o tema “Cidadania e Dignidade na Política Nacional sobre Drogas”. O debate fez parte das atividades do Dia Nacional da Luta pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na política sobre drogas, organizado pela Frente. As discussões foram acompanhadas por 1221 pontos conectados em todo o Brasil.

Ainda em maio, representantes da FNDDH visitaram o Senado Federal e a Câmara dos Deputados para entregar aos líderes partidários e demais parlamentares a carta de apresentação e documento contendo os princípios da Frente. A visita também tinha como solicitar mais atenção especial, por parte dos parlamentares, para uma política nacional de drogas com cidadania, dignidade e respeito aos direitos humanos.

Uma audiência pública também foi realizada no mesmo mês, no Senado Federal, com o objetivo de discutir o Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos do CFP, que trouxe o resultado de vistorias em 68 instituições de internação para usuário de drogas, em 24 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em janeiro foi publicada a edição revista e atualizada do Relatório no site do CFP. Em julho, a Procuradoria da República no Distrito Federal indeferiu a instauração de inquérito civil público devido à representação formulada por Federações de Comunidades Terapêuticas noticiando supostas irregularidades no procedimento adotado pelo CFP na realização da 4ª Inspeção. A decisão entendeu que ao contrário do que alegam as representantes, a 4ª Inspeção é uma iniciativa louvável do CFP, que deveria ser incentivada e aplaudida, pois busca fornecer um panorama atual do tratamento dispendido aos internos, servindo como base para

identificação e correção de irregularidades, abusos e maus tratos.

O CFP participou de mesa na audiência e defendeu uma política não só de saúde, mas que envolva diversos atores, como habitação, emprego e com fortalecimento do vínculo com o usuário. A convocação da 1ª Conferência Nacional de Políticas sobre Drogas foi destacada como um dos encaminhamentos da audiência.

Em julho o CFP, por meio de sua Comissão Nacional de Direitos Humanos, foi a público manifestar solidariedade ao GTNM/RJ, instituição que há quase três décadas atua na promoção e defesa dos direitos humanos, especialmente nos âmbitos da memória, verdade e justiça ligados ao período de ditadura no Brasil.

Também tornou público seu completo desagravo aos atos de violência praticados contra o GTNM/RJ, que sofreu, na época, ameaças por telefone, sua sede arrombada, computadores vasculhados e documentos/dinheiro furtados.

Em agosto, mais uma vez o CFP, por meio de sua Comissão Nacional de Direitos Humanos, tornou pública sua indignação e repúdio frente ao constrangimento e detenção arbitrária impostos à equipe do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba (CEDH/PB) no dia 28, quando da visita de fiscalização ao Complexo Penitenciário PB1/PB2, em João Pessoa.

Na ocasião, em consonância com o disposto na Lei Estadual 5.551/92, conselheiros do CEDH/PB diligenciaram inspeção junto ao presídio face às reiteradas denúncias de tortura e outras violações aos direitos humanos daquela população carcerária.

Em outubro, entidades e movimentos sociais que integram a Frente Estadual de Drogas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (FEDDH), articulada com a Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos (FNDDH), que o CFP faz a parte, repudiou publicamente, por meio de nota, declarações do prefeito da cidade do Rio de Janeiro sobre a continuidade e expansão da política de internação compulsória, que, além das crianças e adolescentes em situação de rua, deverá incluir adultos. Na nota, as entidades exigiram, entre outras demandas, a ampliação e o fortalecimento da rede de atenção psicossocial, com a abertura de mais CAPS, CAPSad, CAPSi, principalmente na modalidade III (24 horas) e outros serviços da rede que possam prover cuidados de urgência, emergência, atenção hospitalar, Residências Terapêuticas, Centros de Convivência e Unidades de Acolhimento Infanto-Juvenil e de Adultos.

1.7 DIVERSIDADE SEXUAL

O tema da diversidade sexual gerou bastante polêmica e repercutiu não só entre os psicólogos (as), mas entre toda a sociedade em 2012, com a realização de inúmeras audiências, debates e notas publicadas a respeito. Ainda em março, o CFP manifestou posicionamento contrário à proposta do Projeto de Decreto Legislativo 234 de 2011, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO),

que sugere que seja sustada a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 001/99, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. O texto do posicionamento esclarecia, por exemplo, que da leitura da Resolução nº 001/99 constata-se que, ao contrário do que sustenta o autor do PDC 234/2011, o CFP em momento algum veda a prestação de orientação psicológica profissional aos que pretendam voluntariamente alterar sua orientação sexual. O que se veda é que a psicóloga (o) preste os seus serviços de modo a tratar ou a prometer a cura da homossexualidade, já que a homossexualidade não é uma doença.



Em maio, na semana que marcou o Dia Internacional de Combate à Homofobia em Brasília, o Congresso Nacional foi palco de duas atividades voltadas para a temática LGBT: o 9º Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros, que aconteceu na Câmara dos Deputados, e o Seminário “Diferentes, mas iguais”, que foi realizado no Senado Federal. O CFP esteve presente e participou de ambas.

O 9º Seminário LGBT discutiu o tema “Sexualidade, papéis de gênero e educação na infância e adolescência” e reuniu diversos segmentos da sociedade civil organizada, parlamentares, estudantes e militantes para debaterem questões como bullying, homofobia e diversidade sexual no ambiente escolar.

No outro lado do Congresso Nacional, o Seminário “Diferentes, mas iguais” foi realizado no Senado Federal, com a coordenação da senadora Marta Suplicy (PT/SP). Entre os temas discutidos no evento, o PLC 122/2006, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, foi o principal assunto debatido pelos participantes.

O Seminário do Senado foi dividido em quatro mesas de discussão. A primeira mesa levou o tema “O papel do Estado e das Instituições na construção de uma sociedade de respeito à

diversidade". A segunda, "As políticas positivas de combate à homofobia - Rio de Janeiro", e a terceira "Testemunhos de Homofobia".

No dia seguinte aos eventos na Câmara e Senado, manifestantes de diversos estados se reuniram em frente ao Palácio do Planalto para darem início à 3ª Marcha Nacional Contra Homofobia, que contou também com a participação do CFP e de Conselhos Regionais de Psicologia.

O objetivo dos manifestantes foi dar visibilidade à causa e reivindicar políticas públicas para população LGBT. Durante o trajeto Praça dos Três Poderes/Congresso Nacional eles reivindicaram também a efetivação do Projeto Escola Sem homofobia e a aprovação do PLC 122/2006.

No dia 26 de junho, o CFP manifestou publicamente nota de repúdio à forma antidemocrática da construção do debate sobre o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que visa sustar a aplicação de trechos da Resolução CFP 01/1999, que estabelece normas de atuação para as(o) psicólogas(o) em relação à orientação sexual. Criticou também o fato de audiência pública marcada para o dia 28 de junho, por requerimento dos Deputados Roberto de Lucena (PV-SP) e Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), para discutir o PDC, ter convidado apenas profissionais com posicionamento favorável à suspensão dos artigos da Resolução para compor a mesa. Atores importantes, como o Ministério Público e o CNCD/LGBT (Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), não foram convidados.

No dia 28 de junho, Dia Internacional do Orgulho LGBT, o CFP privilegiou uma agenda propositiva: Em encontro com a senadora Marta Suplicy (PT-SP), ficou decidida a realização do Seminário Ética, Práticas Profissionais e Direitos Humanos, uma parceria entre o CFP, o Senado Federal e a ABGLT com o objetivo de construir diálogos e referências para um compartilhamento de ações profissionais diretamente ligadas à defesa da livre orientação sexual.

Em seguida, representantes do CFP foram recebidos pela ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. Na oportunidade, o CFP foi o primeiro parceiro a ser convidado pela Secretaria de Direitos Humanos para firmar parceria na criação de Comitê Nacional e Estaduais de Combate à Homofobia, que segundo a ministra, terão a missão de monitorar a implementação de políticas públicas, acompanhar ocorrências de violências homofóbicas para evitar a impunidade e trabalhar para a sensibilização dos poderes públicos para a garantia de direitos do segmento.

No final do dia, o CFP participou de reunião com o secretário-executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, Rogério Sottilli. O encontro foi realizado com o objetivo de discutir políticas públicas, direitos humanos e democracia relativos ao tema da diversidade sexual.

Em julho, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro) indeferiu pedido do Ministério Público Federal para antecipar os efeitos de anulação parcial da Resolução CFP nº 001/99. Com a decisão, o TRF-RJ se mostrou, mais uma vez, favorável à legalidade dos termos da norma do CFP.

Em decisão do dia 23 de julho, do desembargador relator Reis Friede, o TRF-RJ manteve decisão da 5ª Vara Federal, que já havia negado a suspensão antecipada de parte da Resolução CFP 001/99.

Um fato positivo marcou o mês de julho: no dia 20, o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais - Cellos, homenageou o presidente do Conselho Federal de Psicologia - CFP, Humberto Verona, em reconhecimento à sua luta contra a discriminação e o preconceito e pela efetivação da cidadania LGBT na Cerimônia de entrega do VIII Prêmio de Direitos Humanos e Cidadania LGBT.

Em agosto, como requerido pela senadora Marta Suplicy em junho, foi realizada uma audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal com o tema "Ética profissional: diversidade sexual e direitos humanos". Na ocasião, o CFP destacou a necessidade de os conselhos profissionais, autonomamente, construírem as suas resoluções, a exemplo da resolução 001/99 do CFP, que determina e reafirma os princípios éticos no tratamento do assunto.

Durante a audiência, o CFP também apresentou à Comissão uma nota de desagravo em apoio à psicóloga Tatiana Lionço, que teve uma declaração alterada e editada, à revelia, por um deputado federal. Em maio, Tatiana Lionço participou do Seminário "Diversidade se Aprende na Infância", organizado pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Suas declarações sobre a questão da sexualidade infantil e a distribuição ou não dos kits antihomofobia nas escolas foram editadas e usadas em vídeo intitulado "Deus Salve as Crianças", que dá outro sentido à fala da psicóloga, a relacionando, inclusive, ao incentivo da pedofilia.

Também apresentou à Comissão uma nota de desagravo do Conselho em apoio à psicóloga Tatiana Lionço que teve uma declaração alterada e editada, à revelia por um deputado federal.

Em setembro, durante a 2ª Mostra Nacional de práticas em psicologia, diversas mesas temáticas discutiram o tema da diversidade sexual. Na abertura do evento, foi anunciada ainda parceria entre o Sistema Conselhos e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, que irá colaborar para a atuação dos comitês de combate à homofobia em todos os estados do Brasil.

No início de novembro, teve início a divulgação de manifesto de apoio elaborado pelo CFP à Resolução CFP nº 001/99, que orienta profissionais da área a não usar a mídia para reforçar preconceitos contra os homossexuais nem propor tratamento para curá-los, e de indignação ao texto do PDC nº 234/2011 do deputado João Campos (PSDB-GO,) que visa sustar artigos da norma. Interessados em assinar o manifesto poderiam mandar um email e teriam seu nome incluído.

Com base em informações de que o Disque Direitos Humanos (Disque 100) recebeu notificações de 278 assassinatos motivados por orientação sexual somente em 2011, foi assinado no dia 19

de novembro, pelo CFP e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), um acordo de cooperação para o enfrentamento da homofobia e suas repercussões sociais.

Conforme o documento, o CFP vai incentivar a apoiar, por meio dos Conselhos Regionais, os Comitês de Enfrentamento à Homofobia e a divulgar na internet e em publicações o Disque 100 e a Campanha Faça do Brasil um Território Livre da Homofobia.

A Secretaria de Direitos Humanos participará também de ações, cursos de capacitação e campanhas do CFP relacionadas à resolução CFP nº 001/99, que estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da orientação sexual e ao enfrentamento da homofobia.

No final de novembro, o CFP publicou nota de repúdio ao artigo do jornalista Roberto Guzzo, “Parada gay, cabra e espinafre”, publicado na revista Veja. Na nota, o CFP reforçou que além de preconceituoso, o jornalista demonstrou total desconhecimento da realidade brasileira, uma vez que a comunidade LGBT tem conseguido inúmeras vitórias em sua luta pela igualdade e garantia de direitos.

Ainda em novembro, em meio a uma audiência pública tumultuada, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutiu o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011 (PDC), do deputado João Campos (PSDB-GO), que pretende sustar parte da Resolução CFP 001/99. Foi a primeira vez que posicionamentos opostos discutiram o PDC.

Na ocasião, o CFP se manifestou com o pedido de arquivamento da matéria, considerada inconstitucional, já que resoluções expedidas pelos Conselhos Federais não estão sob os auspícios de eventual sustação do Congresso Nacional.

No final de dezembro (19), a Resolução foi tema de um videochat no site da Câmara dos Deputados. Durante o debate, o relator da proposta na Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Roberto de Lucena (PV-SP), ouviu a sociedade sobre sugestões de mudanças no texto do Projeto. O PDC estava na pauta da Comissão neste mesmo dia, mas não foi votado pelos parlamentares. Por ter sido a última sessão do ano, a proposta deve ser votada pela comissão apenas em 2013.

1.8 EDUCAÇÃO

No início de maio, representantes do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) reuniram-se com o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para tratar de temas ligados à psicologia e à educação no Brasil. Durante o encontro, foram discutidas alternativas de combate à violência e ao preconceito nas escolas, tais como homofobia, bullying, racismo, além das maneiras como a Psicologia pode contribuir com políticas públicas de educação.

Na ocasião, o ministro Aloizio Mercadante sugeriu que o CFP participasse do Grupo de Trabalho (GT) sobre violência nas escolas, constituído pelo Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR) da Presidência da República. A contribuição da Psicologia seria na construção de estratégias de enfrentamento da violência em situações concretas e na elaboração de material didático para utilização com alunos, professores, pais e comunidade.

A campanha do CFP contra a Medicalização da Vida, em acordo com as discussões do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, foi apresentada ao ministro, que demonstrou grande interesse em contribuir com o tema e se comprometeu a divulgar a campanha sobre o uso indiscriminado de medicamentos na infância.

Ao final da reunião, o ministro Aloizio Mercadante foi convidado para participar da Mesa de Abertura da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em setembro, no Anhembi, em São Paulo.

Ainda em maio, o CFP participou de reunião com a deputada federal Keiko Ota (PSB/SP), relatora do Projeto de Lei nº 3688/2000 na Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara, que introduz serviços de Psicologia e Serviço Social nas escolas públicas de educação básica. A reunião aconteceu na Câmara Municipal de São Paulo, no gabinete do vereador Jamil Murad (PCdoB). Na ocasião, foram apresentadas publicações do Sistema Conselhos de Psicologia sobre Educação, tais como “Contribuições da Psicologia à Conae”, o Caderno Temático nº 6 “Psicologia e Educação: Contribuições para a Atuação”, além dos textos gerados do Seminário Nacional Ano da Educação. Os participantes também apresentaram o substitutivo aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família à deputada Keiko Ota.

No dia 11 de julho, foi lançada, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a campanha “Não à Medicalização da Vida”. A audiência foi requerida pela deputada Érika Kokay (PT-DF) e pelo deputado Domingos Dutra (PT-MA).

A campanha foi iniciada com o debate sobre o tema da medicalização da educação nas escolas, que se tornou um problema de saúde pública e coletiva, no Brasil e no mundo, dada a incidência de crianças, adolescentes e jovens sendo excessivamente medicalizadas para aumentar o rendimento escolar e para se adequar aos padrões de adaptação produtiva e de docilidade exigidos pela sociedade atual.

No final de abril, o Projeto de Lei 3688/2000, que trata da inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara (CSSF). O PL seguiu para Comissão de Educação e Cultura (CEC) que realizou, no início de dezembro, audiência pública para discuti-lo. O objetivo foi esclarecer os parlamentares sobre as necessidades e benefícios para a população de se contar com uma equipe multidisciplinar nessas instituições. Após ser aprovado na CEC,

o PL será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara.

1.8.1 - 2ª MOSTRA

O ministro da Educação, Aloízio Mercadante, marcou presença na 2ª Mostra e durante cerimônia de abertura do evento, realizada no dia 20 de setembro, o CFP anunciou uma parceria entre o Fórum Nacional de Entidades da Psicologia Brasileira (Fenpb) e o Ministério da Educação, que produzirá um estudo sobre a violência nas escolas brasileiras.

1.9 EMERGÊNCIAS E DESASTRES

O ano teve início com oficinas de emergências e desastres, divulgadas amplamente pelo CFP. O destaque foi para o Estado de Minas Gerais, já que 99 municípios entraram em situação de emergência por conta das chuvas. O Grupo de Trabalho (GT) “Psicologia em Emergência e Desastres”, do Conselho Regional de Psicologia (CRPMG), com o apoio do CFP, coordenou duas oficinas para os psicólogos e psicólogas mineiros.

No mês de abril, o CFP participou do IV Congresso da União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), de 26 a 28 de abril, na capital do Uruguai, Montevideu, com dois simpósios sobre o tema das emergências e desastres - “Planejamento estratégico em Emergências e Desastres: A experiência do Sistema Conselhos de Psicologia” e “Formação em Psicologia nas Emergências e Desastres”. Além dos simpósios, o CFP também participou, no dia 28 de abril, de reunião da Rede Latino-americana de Emergências e Desastres.

Em junho, o CFP participou da Cúpula dos Povos, evento organizado pela sociedade civil global e acontece paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

No estande do CFP foram distribuídos revistas e jornais publicados pelo Conselho que abordam práticas atuais da categoria transversais com as questões ambientais e de direitos vinculadas à produção do bem comum e à afirmação de uma sociedade sustentável. O CFP também levou para o debate questões centrais para a sociedade, como emergências e desastres e suas relações com a preservação ambiental, protagonismo e justiça social.

Em setembro, durante a 2ª Mostra Nacional de práticas em Psicologia, no dia 21, ocorreu a assembleia geral de fundação da Associação Brasileira da Psicologia em Emergências e Desastres - Abraped, da qual o CFP faz parte. Na ocasião, foi feito cadastramento de participantes qualificados como sócios fundadores, além de deliberadas a constituição da Associação, sobre o Estatuto Social, sede da Associação, eleição dos integrantes e apresentação do Plano Mínimo de trabalho.



1.10 ENVELHECIMENTO

Houve, em 2012, um movimento para reorganizar o GT 5 da ULAPSI e houve também o apoio do CFP à candidatura do CFESS ao CNDI.

1.11 MULHERES

Em janeiro, o CFP lançou nota de Repúdio ao Cadastro Nacional Obrigatório da Mulher Gestante. Publicada no site, a nota destacou que um cadastro obrigatório como o apresentado caracteriza mais uma política de controle social do corpo da mulher do que uma política de promoção de saúde da mulher gestante.

O CFP realizou debate online em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado dia 8 de março. O evento aconteceu dia 28 de março e teve como tema “Mulher: Democracia, Políticas Públicas e Cidadania”. O CFP convidou mulheres de diferentes áreas de atuação e profissões distintas para debater o tema, sob pontos de vista diversos.

Além disso, o CFP realizou no dia 27 de novembro de 2012 o debate online “Violência contra a Mulher - Psicologia e Políticas Públicas: Desafios para a Democracia” um tema polêmico: a questão de gênero e seus estereótipos. As políticas públicas para enfrentamento da violência contra a mulher, além da presença da Psicologia nos serviços de acolhimento a mulheres em situação de violência, reflexões sobre estereótipos, preconceito e homofobia e os avanços da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero foram alguns dos temas abordados.



Em junho, o CFP se posicionou sobre o aborto em consonância com a moção aprovada no VII CNP de apoio à legalização do aborto: “Reconhecendo tanto a complexidade do tema, quanto os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e entendendo a situação de sofrimento decorrente da criminalização e da falta de acesso aos serviços de saúde, os/as delegado(as) do VII Congresso Nacional de Psicologia vêm manifestar seu apoio à legalização da prática do aborto no Brasil, independente de a gravidez ser decorrente de violência ou haver risco de morte para a mulher”.

O feminino também foi tema de discussão na 2ª Mostra. A criação do Espaço O Feminino na Psicologia: muitas e diferentes mulheres representou o universo da mulher psicóloga como agente de promoção do bem comum. O respeito à mulher, as políticas públicas, os direitos sexuais e reprodutivos, além do protagonismo das mulheres dos países de língua portuguesa foram debatidos no espaço.

Como parte do processo de comemoração dos 50 anos da Psicologia, o CFP realizou mais uma pesquisa sobre profissão no Brasil voltada para conhecer a mulher psicóloga. O Instituto Ethos de Pesquisa Aplicada realizou 1500 entrevistas, entre os dias 22 de maio e 5 de junho de 2012, com psicólogas e psicólogos de todo o país. A pesquisa foi bem recebida pelas psicólogas e psicólogos brasileiros, que responderam as mais de 50 perguntas trazidas pelo questionário.

Os resultados da primeira etapa foram divulgados durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia e servirão de base para um documento de referência de políticas em relação às mulheres psicólogas.

O Conselho Federal de Psicologia ocupa uma vaga no Conselho Nacional de Direitos da Mulher na gestão 2010 - 2013.

1.12 PSICOLOGIA DO TRÂNSITO E DA MOBILIDADE

No dia 20 de dezembro de 2011, o Conselho Regional de Psicologia da 9ª região divulgou nota intitulada “Contran tira dúvidas sobre credenciamento de Psicólogo Perito Examinador de Trânsito”, que trazia a informação constante em Nota Técnica expedida pela Coordenação-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização, órgão do Denatran, quanto à exigência do Título de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo CFP apenas para psicólogas e psicólogos que se credenciarem no Detran como perito examinador do trânsito pela primeira vez após 15 de fevereiro de 2013.

No dia 4 de janeiro, integrantes do CFP se reuniram para discutir sobre a referida Nota Técnica. Esclareceu-se que a informação trazida na nota divulgada pelo CRP-09 não corresponde à posição do membro representante do CFP na Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente do Contran (CTSMA), e que o assunto está em discussão na referida Câmara.



O CFP esclareceu que até que fosse comunicado um posicionamento oficial do Denatran, ficaria prejudicada qualquer conclusão sobre o assunto.

Em 2012, mais de 1.400 pessoas se inscreveram nos Seminários de Psicologia do Trânsito: em Trânsito pelo Brasil, realizados pelos Conselhos Regionais de Psicologia em vários estados brasileiros. Os eventos aconteceram de junho a agosto e as datas e programação dos eventos podiam ser conferidas no site <http://transito.cfp.org.br/>, criado pelo CFP.

O Seminário surgiu a partir de uma delegação da Assembleia das Políticas, Administração e das Finanças (APAF) de trabalhar temas amplos do trânsito, incluindo atuação do psicólogo no contexto do trânsito, processo de avaliação para obtenção de CNH e o título de especialista.

Com temas de caráter nacional e local, o seminário foi organizado pelos respectivos Conselhos Regionais de Psicologia, com convidados locais – que falaram sobre o tema considerando a realidade regional - e convidados itinerantes.

O CFP gravou com o psicólogo austríaco Ralf Risser, doutor em Psicologia pela Universidade de Viena e fundador e diretor do Instituto de Psicologia do Trânsito: FACTUM, em Viena, uma conferência especial para o evento, apresentada nos seminários promovidos pelos CRs.

Entre os temas discutidos nos eventos estavam: a abordagem dos marcos regulatórios brasileiros; a discussão de práticas da Psicologia nas políticas públicas; a participação da Psicologia no controle social; a discussão do processo da avaliação psicológica, incluindo a questão do caráter preditivo, os instrumentos disponíveis e a necessidade de autonomia no trabalho das(o) psicólogas(o). Houve, ainda, em uma das mesas, o lançamento do Documento Final do Ano Temático da Avaliação Psicológica, no que se refere à Avaliação Psicológica no contexto do Trânsito.

1.12.1 - DEBATE ONLINE

Pensar as linhas de atuação da Psicologia para humanizar a cidade, os desafios da categoria nesta temática para além dos consultórios, clínicas, ferramentas de Avaliação Psicológica (AP) e a Política de Mobilidade do Governo Federal. Essas e outras questões foram tratadas durante o debate online “Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil”, realizado no dia 21 de novembro. O debate foi uma das atividades do Seminário que ocorreu em todo o país.

Como fruto das discussões, foi produzido um relatório final, a partir dos resultados de todas as plenárias dos seminários, que será encaminhado ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran), Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Ministério das Cidades, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, entre outras entidades.

No final do ano, o prazo para a obrigatoriedade do título de especialista para as (os) psicólogas (os) peritos em trânsito foi ampliado de 14 de fevereiro de 2013 para 14 de fevereiro de 2015. A mudança aconteceu com a publicação da Resolução nº 425 de 27 de novembro de 2012 pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), após solicitação feita pelo CFP.

O Título de Especialista em Psicologia foi instituído pelo CFP em 2000 para garantir o reconhecimento e a valorização da prática profissional em relação à determinada área de especialidade. Existem onze especialidades regulamentadas pela Resolução nº 013/2007, sendo uma delas a Psicologia do Trânsito.

1.13 PSICOLOGIA EM INTERFACE COM A JUSTIÇA

1.13.1 - SISTEMA PRISIONAL

O tema sistema prisional teve grande repercussão no CFP em 2012. Em abril, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), do CFP, realizou debate online sobre o trabalho do psicólogo no sistema prisional, que teve como objetivo levantar reflexões sobre o papel do psicólogo no sistema prisional. O evento foi coordenado pela conselheira do CFP Adriana Eiko e contou com a presença dos convidados Pedro José Pacheco, membro da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e do Grupo de Trabalho Sistema Prisional do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e Márcia Badaró, sócia-fundadora da Associação pela Reforma Prisional (ARP) e colaboradora do CFP. O debate contou com uma audiência de 1.320 pontos conectados por todo o Brasil.

Em novembro, o CFP promoveu o seminário “Atuação no Sistema Prisional Brasileiro: Desafios e Perspectivas”. As superlotações das prisões e ausência de políticas articuladas nas áreas da Psicologia, assistência social, justiça e saúde foram temas abordados. A mudança na forma de atuação das prisões por meio de uma concepção interdisciplinar, que incluía os profissionais envolvidos com o tema, foi defendida durante o seminário, transmitido online para todo o Brasil.

Durante o evento, o presidente do CFP, Humberto Verona, disse que o seminário ampliou as reflexões sobre o presente, o passado e o futuro do sistema prisional. “As condicionantes sociais e psicológicas produzem subjetividades afetadas pelo modo como a sociedade pensa e trata as pessoas em conflito com a lei, ou seja, baseado na lógica da segurança, da vingança social e da disciplinarização”. O presidente destacou ainda a Resolução 12/11 do CFP, que regulamenta a atuação dos psicólogos (as) no sistema prisional. “Em todas as práticas no âmbito do sistema prisional, o profissional deverá respeitar e promover os direitos humanos no processo de construção da cidadania, a desconstrução do conceito de crime, a construção de estratégias que visem ao fortalecimento dos laços sociais”, disse Verona.



Além dos debates, o CFP também fez o lançamento da publicação Referências Técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no sistema prisional, produzido a partir da metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). Esse documento busca construir referência sólida para a atuação da Psicologia na área, que têm como base os princípios éticos e políticos norteadores do trabalho das (os) psicólogas (os), possibilitando a elaboração de parâmetros compartilhados e legitimados pela participação crítica e reflexiva da categoria.

1.13.2 - INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

Em 2012, fatos relacionados à expansão da política de internação compulsória de crianças, adolescentes e adultos usuários de drogas no Rio de Janeiro e em São Paulo ganharam destaque na imprensa nacional. O seminário online “Aspectos Técnicos Políticos da Internação Compulsória e Interdição”, que ocorreu em outubro, reuniu profissionais de diferentes áreas para enriquecer os debates sobre o assunto. O marcou a reunião entre os conselhos de direitos humanos com os conselhos de profissões regulamentadas de vários estados.

Ainda em outubro, o CFP apoiou uma nota de repúdio da Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos às declarações do prefeito da cidade do Rio de Janeiro sobre a continuidade e expansão da política de internação compulsória, que agora, além das crianças e adolescentes em situação de rua, deverá incluir adultos.

Na nota, as entidades que compõem a Frente se dizem contrárias às operações de recolhimento e à utilização abusiva e indiscriminada das internações compulsórias que, ademais de tratar essas pessoas de forma massificada e expô-las a toda forma de abuso, negligência, maus tratos e violência, consomem os recursos públicos que deveriam estar sendo utilizados para financiar os serviços abertos, inclusivos, de base comunitária, investir nos recursos humanos adequados para tanto e viabilizar a construção de projetos terapêuticos individualizados que promovam a autonomia, a cidadania e a inclusão social.

1.13.3 - MUDANÇAS NO CÓDIGO PENAL

No fim de 2012, as discussões sobre as mudanças no Código Penal Brasileiro ficaram mais intensas. Em dezembro, o CFP esteve presente nas audiências públicas Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal que debateram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

Embora tenha entrado diversas vezes na pauta da comissão, a PEC não foi votada. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Ana Rita Esgário (PT-ES) elaboraram um requerimento pedindo uma audiência pública em 2013, adiando, assim, a votação da proposta. O objetivo é trazer mais argumentos que denunciem a inconstitucionalidade da PEC e a violação aos direitos da criança e do adolescente.

O CFP e outras entidades que repudiam a proposta promoveram uma manifestação no dia 12 de dezembro. Várias faixas foram estendidas em frente ao Senado Federal para chamar a atenção da população para o tema. O Fórum Nacional DCA, a Fundação Abrinq, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), da Pastoral Nacional do Menor, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Aldeias Infantis participaram das manifestações.

1.13.4 - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Em 2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi implementado no país. Para discutir os desafios e avanços dessa política, o CFP e o Crepop promoveram o debate online Desafios e Paradoxos da Atuação em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: a Articulação entre o ECA e o Sinase. Participaram das discussões a conselheira do CFP, Flávia Lemos, a psicóloga e professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS, Gislei Domingas Romanzini Lazzaroto, que contribuiu na elaboração do documento do Crepop, juntamente com Cristiane Barreto Napoli, Hebe Signorini e Maria de Lourdes Trassi Teixeira, que está em consulta pública, e a coordenadora do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), Thelma Alves de Oliveira. O debate alcançou 1200 pontos conectados em todo o Brasil.

Em outubro, após realizar uma consulta pública, o CFP lançou o documento de Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. A opção pela abordagem deste tema reflete o compromisso dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia com a qualificação da atuação das (os) psicólogas (os) em todos os seus espaços de atuação priorizando a defesa do direito do adolescente.

1.13.5 - ESCUTAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em outubro, o CFP participou de dois colóquios na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O encontro foi pautado por debates sobre “Atendimento a pessoas que cometeram violência sexual contra crianças e adolescentes” e “A escuta de crianças e adolescentes no sistema de segurança e justiça”. Estiveram presentes representantes do governo e da sociedade civil envolvidos com os temas.

Os colóquios foram realizados pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, como parte das iniciativas que subsidiam a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Os debates sobre o tema destacaram a importância de pensar questões que vão desde os aspectos conceituais até aqueles relacionados à garantia dos direitos das pessoas que cometeram a violência, independente da idade, gênero e etnia. Foi enfatizada a importância de que cada

situação possa ser analisada e abordada conforme suas peculiaridades, envolvendo os diferentes segmentos da rede: assistência social, saúde, justiça, entre outros.

A discussão sobre “A escuta de crianças e adolescentes no sistema de segurança e justiça” tem sido objeto de debates e orientações do CFP há alguns anos. O intuito é traçar uma linha de ações fundadas na defesa incondicional da garantia dos direitos da criança e do adolescente que estejam envolvidos em situação de violência, além de defender a autonomia dos profissionais envolvidos nos processos.

O debate sinalizou um consenso em relação à necessidade de mudança no modelo atual de inquirição de crianças e adolescentes no sistema de justiça, no qual a criança é ouvida muitas vezes, mas ainda não se construiu um fluxo que garanta a efetiva proteção dos direitos da criança desde a ocorrência da violência.

1.13.6 - HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS

Em junho, o CFP apoiou o lançamento do livro *O Crime Louco*, com palestra de Ernesto Venturini e a presença de Maria Lúcia Karam, no auditório da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte. A obra trata de casos paradigmáticos de junção do direito penal com a psiquiatria, um contra o outro e não como no início dessa junção amarga de um com o outro: sobra de soma zero. Os hospitais psiquiátricos judiciais da Itália, os manicômios judiciais, ou hospitais de custódia e tratamento psiquiátricos, como diz a lei, no Brasil sempre operaram em relação ao crime do louco de modo a fazer com que fossem tratados de maneira a cumprir a profecia do afastamento para sempre, a segregação eterna não prevista na legislação brasileira, mas que ainda tem espaço no ergástulo italiano. Pelo menos no mundo sombrio da “previsão legal”.

Em 2012, alguns hospitais psiquiátricos foram fechados no país. A medida, favorável à reforma psiquiátrica, visa ao resgate da cidadania dos pacientes dessas instituições. Em agosto, após denúncias de maus tratos e falta de estrutura para o atendimento aos pacientes nos hospitais psiquiátricos, o Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, em Sorocaba, foi interditado por 90 dias pelo Ministério Público do estado de São Paulo (MP-SP).

Já a Comunidade Psicoterapêutica Nossa Senhora das Graças, o último manicômio do município de Camaragibe, na região metropolitana de Recife, foi fechado em 31 de outubro. Para os psicólogos (as), o fato simboliza uma grande e valiosa vitória para uma cidade que, até 2009, possuía duas instituições manicomiais, entre elas o hospital Alberto Maia, um dos maiores do Brasil, que chegou a receber pacientes de aproximadamente 70 municípios pernambucanos até seu fechamento, em 2010.

1.14 SAÚDE

No início de março, uma novidade: as operadoras de planos de saúde passaram a oferecer cerca de 60 novos procedimentos aos consumidores de planos, segundo Resolução Normativa nº 262 de 2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que também trouxe a novidade de que as operadoras de saúde passariam a divulgar previamente informações sobre o profissional de saúde, garantindo o conhecimento dos serviços prestados. O CFP participa do Grupo Técnico que passou a cuidar da qualificação desses serviços, o Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar (Cogep) da ANS. O Cogep é responsável por definir os indicadores de qualidade para avaliar os serviços prestados pela saúde suplementar. Além disso, é uma instância de participação democrática dos diversos agentes econômicos do setor de saúde suplementar na busca por consenso, de caráter consultivo. O CFP está representado no grupo geral e também nos subgrupos.

Em março, a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (SP) também foi ocupada por movimentos sociais diversos. Organizado pela Frente Estadual Antimanicomial, o ato intitulado #OcupeAlesp propôs a criação de uma Frente Parlamentar Antimanicomial (FPA). O CFP esteve no evento para manifestar apoio à proposta, que objetiva o fortalecimento das redes de atenção psicossocial.

Aproximadamente 400 pessoas participaram do #OcupeAlesp. Movimentos sociais de direitos humanos, organizações profissionais e coletivos antiproibicionistas preencheram o auditório. Internação compulsória, financiamento de comunidades terapêuticas e higienização social são as “anti-bandeiras” das duas frentes.

O Dia Mundial da Saúde, comemorado em 7 abril, lembrou as lutas que o CFP participa e participou pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Também criticou ações do governo, como a inclusão das comunidades terapêuticas no SUS. Por outro lado, ressaltou positivamente a ampliação de consultórios de rua e dos Centros de Atenção Psicossociais, inclusive com a transformação de CAPS de Álcool e outras Drogas (CAPS AD) para atendimento 24 horas, - desde que estejam garantidos o respeito, cidadania e dignidade nos diversos estados do Brasil.

Na nota o CFP também divulgou a coleta de 1,5 milhões de assinaturas com a finalidade de elaborar projeto de lei de iniciativa popular que busque mais recursos para a saúde.

No dia 9, o CFP divulgou nota de posicionamento a respeito da decisão da Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que suspendeu a Resolução CFP 005/2002, que reconhece a acupuntura como prática complementar da atividade profissional do psicólogo. Outra nota de repúdio à decisão já havia sido divulgada publicamente pelo CFP e Sobrapa no final de março.

Para o Conselho Federal de Psicologia e a Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa) a decisão foi equivocada por considerar que a Lei nº 4.119/62, que regulamenta a

profissão de psicólogo não permite a prática da acupuntura, bem como pelo fato de que os psicólogos não estariam habilitados a efetuar diagnóstico clínico.

No entendimento do CFP e da Sobrapa, não há qualquer dispositivo legal que vede a atividade desenvolvida e, como visto na análise do dispositivo constitucional, a regra é a liberdade do exercício profissional dos psicólogos (como de qualquer profissional), assistindo-lhes o direito líquido e certo de não serem-se proibidos a desempenhar atividade sem que tal vedação provenha de lei específica.

O mês de abril também contou com audiência pública sobre o Plano Crack, que contou com representação do CFP. A reunião, que aconteceu durante todo o dia no auditório do Palácio da Justiça, em Brasília, teve como objetivo debater os efeitos - positivos e negativos - da implementação do programa nas capitais brasileiras, como o funcionamento das unidades terapêuticas e a questão do acolhimento obrigatório de dependentes químicos.

Além disso, no dia 17, o CFP participou do ato de lançamento oficial do Movimento Nacional de Defesa da Saúde Pública. O ato aconteceu na sede da OAB, em Brasília, e reforçou a importância do engajamento dos diversos setores representativos da sociedade na defesa da saúde pública. O objetivo do movimento é coletar assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que assegure o repasse efetivo de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública brasileira, alterando, assim, a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamentou a Emenda Constitucional 29. O CFP participou, amplamente, da campanha de divulgação para coleta de assinaturas dos psicólogos (as).

Foi aprovado, em maio, o Dia Municipal de Luta contra a Medicalização na Educação da Cidade de São Paulo (11 de novembro) por meio do Projeto de Lei 15.554/2010, de autoria do vereador Eliseu Gabriel (PSB/SP) e sancionado pelo prefeito Gilberto Kassab. Tendo isto em vista, o CFP divulgou ações referentes ao tema, como o quarto vídeo da série Drogas e Cidadania e os vídeos do II Seminário Internacional Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos e Novas Capturas, Antigos Diagnósticos na “Era dos Transtornos”.

No dia 18 de maio, Dia Nacional de Luta Antimanicomial, o CFP defendeu publicamente, mais uma vez, a Política Nacional de Saúde Mental amparada pela Lei nº 10.216, que garante o acesso aos usuários com transtornos mentais aos serviços disponíveis na rede pública de saúde mental. Também se posicionou contra a decisão do governo em adotar as comunidades terapêuticas como principal instrumento de tratamento aos usuários de álcool e outras drogas, por entender que se trata da volta dos manicômios.

Um portal chamado “Portal da Saúde Baseada em Evidências” foi apresentado no final de maio, em Brasília, aos conselhos profissionais da área da Saúde durante reunião com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. O CFP esteve presente e comemorou a criação

da ferramenta, um canal de acesso para que os profissionais das 14 profissões da área da saúde no Brasil possam ter acesso a publicações do mundo inteiro, entre elas artigos, revistas e jornais que possibilitem a capacitação nos seus trabalhos. Os conselhos também tem um canal de participação, no site, para sugerir a inclusão de materiais.

No dia 10 outubro, o Dia Mundial da Saúde Mental trouxe como tema central o debate sobre a depressão. O CFP divulgou nota no dia e destacou que melhorar as condições de vida da população é uma das formas de combater a depressão. O CFP destacou ainda, neste dia, a importância de ações que promovam a equidade e a integralidade na assistência, produzindo o reconhecimento dos diferentes modos de viver, da produção de subjetividade, e dos determinantes sociais do processo saúde-doença.

Em 15 de outubro, o CFP obteve decisão favorável, em primeira instância, no processo movido pela Federação Brasileira de Hospitais (FBH), e garantiu o direito de divulgar o livro "A Instituição Sinistra - Mortes Violentas em Hospitais Psiquiátricos no Brasil" e o vídeo "Tribunal nos Crimes da Paz, o Hospital Psiquiátrico no Banco dos Réus". A sentença veio da 1ª Vara de Justiça do Distrito Federal, em 11 de outubro. O objetivo do Conselho ao editar o livro e o filme foi denunciar as práticas manicomiais que ainda existem no Brasil e o parecer favorável configurou uma grande conquista, que é o reconhecimento por parte da Justiça de uma iniciativa que merece ser valorizada pela sociedade.

Em novembro, o CFP comemorou, por meio de nota de apoio, o fechamento da Comunidade Psicoterapêutica Nossa Senhora das Graças, o último manicômio do município de Camaragibe, na região metropolitana de Recife. Para os psicólogos (as), o fato simbolizou uma grande e valiosa vitória para uma cidade que, até 2009, possuía duas instituições manicomiais, entre elas o hospital Alberto Maia, um dos maiores do Brasil, que chegou a receber pacientes de aproximadamente 70 municípios pernambucanos até seu fechamento, em 2010.

A situação do serviço nas instituições de saúde mental tem sido avaliada pela comissão do PNASH, que classifica as casas de saúde que têm condições de continuar funcionando ou aquelas que precisam fechar as portas e serem descredenciados da lista de hospitais do Ministério da Saúde. O grupo é formado por representantes da saúde mental dos municípios, da vigilância sanitária, dos conselhos regionais de Psicologia, Medicina, Enfermagem e Fisioterapia e Terapia Ocupacional, além de entidades dos movimentos de luta antimanicomial. A comissão se reuniu pela primeira vez em 9 de outubro e, entre os temas em análise, estava o da Comunidade Psiquiátrica Nossa Senhora das Graças.

Durante os dias 14 e 15 do mês de novembro, ocorreu a 228ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CFP esteve presente para colaborar com a discussão sobre os temas que envolvem a Psicologia. O encontro foi realizado em Brasília,

no Ministério da Saúde. Entre os assuntos discutidos, destacaram-se a Saúde Integral da Mulher e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador.

No dia 13 de dezembro, o CFP contou com uma grande conquista: tomou posse, pela primeira vez como titular, no CNS, no triênio 2012/2015. As entidades foram divididas de acordo com suas representações: usuários, trabalhadores e prestadores de serviço em saúde.

1.14.1 - ATO MÉDICO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou no dia 8 de fevereiro o chamado Ato Médico. Na ocasião a Psicologia buscou se manifestar para garantir que o Projeto de Lei passasse por todas as comissões antes de seguir para o Plenário, por não haver concordância entre os profissionais de saúde que o texto do substitutivo encontrava-se pronto para votação da forma como está.



O Conselho Federal de Psicologia manteve sua posição de questionar os dispositivos corporativos do projeto e os dispositivos que demonstram interferência na atuação dos psicólogos e ameaçam a interdisciplinaridade do Sistema Único de Saúde (SUS).

No dia 8 de fevereiro, o CFP também lamentou publicamente, em nota de repúdio, as palavras do Presidente do Conselho Federal de Medicina publicadas após a aprovação do PL na CCJ em matéria do jornal Estado de São Paulo. Na visão do CFP, estas palavras não refletiram o real papel da Psicologia como ciência e profissão, nem tampouco a visão da categoria dos médicos.

Quando disse que para diagnosticar a depressão os psicólogos precisariam estudar psiquiatria, o presidente do CFM demonstrou - na visão do CFP - total falta de respeito com uma categoria que estuda a saúde mental, em seus pormenores, durante os cinco anos do curso de graduação em Psicologia. O CFP lembrou ainda que o direito à saúde faz parte dos direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas, reconhecido na Constituição Federal de 1988, de modo não limitado, e sim multiprofissional e integral.

O presidente do CFP conversou, no dia 12 do mesmo mês, com o senador Roberto Requião (PMDB-PR), apresentando os argumentos contrários à aprovação do PL da forma como está.

No dia 17 de fevereiro, a mensagem questionando o PL do Ato Médico aos senadores mudou, passando a destinar-se aos parlamentares da Comissão de Educação e Cultura (CE), onde o PL passaria em seguida. Anteriormente, 5.500 emails haviam sido enviados, de 06 até 17 de fevereiro, para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Uma Audiência Pública foi realizada na Comissão de Educação, no dia 25, para debater o PL do Ato Médico. Na ocasião, foi entregue aos líderes dos partidos documento preparado pelo CFP que trazia os prejuízos que o PL 268/2002 trará para a saúde brasileira. Anteriormente, o CFP havia encaminhado ofício ao senador Roberto Requião (PMDB/PR) solicitando a inclusão do representante do Ministério da Saúde na lista dos convidados da Audiência Pública.



O dia 30 de maio foi um marco para o Ato Médico em 2012: mais de mil manifestantes, entre estudantes, profissionais, e usuários de serviços de saúde participaram da Mobilização Nacional contra o Ato Médico, pela não aprovação do PLS nº 268/2002, conhecido como PL do Ato Médico, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A Mobilização foi organizada pela Frente dos Conselhos Profissionais da Área da Saúde (FCPAS), da qual o CFP faz parte.

Na ocasião, O CFP preparou uma tenda com estrutura para dar apoio aos manifestantes que vierem de outros estados, em caravanas organizadas pelos Conselhos Regionais de Psicologia, e também para estudantes de Psicologia do Distrito Federal. Em coro, os manifestantes pediram Sim à Saúde e Não ao Ato Médico e seguiram em caminhada até o Congresso Nacional. Para o CFP, a manifestação foi um exemplo por reunir conselhos, sindicatos, estudantes e associações de usuários e a força da união das categorias. Um alerta para senadores, ministros e a própria presidenta Dilma Rouseff, foi também um dos principais objetivos da mobilização.

Na tarde do mesmo dia, as profissões da saúde foram recebidas pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), pelo senador Zezé Perrella (PDT-MG) e pela Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde. Na SGTES, as diversas profissões da saúde levaram os pontos que não são consenso no projeto e a preocupação com as consequências que a aprovação do Ato Médico traria ao trabalho multiprofissional na saúde.

Entre as conversas com os senadores, os representantes das profissões da saúde foram impedidos pela polícia do Senado Federal de acompanhar, na galeria, as discussões do dia no Plenário. No mesmo dia, o CFP também soltou nota de posicionamento sobre o porquê de sua posição contrária ao ato médico, além de um histórico completo sobre as lutas do Conselho até então.

Em julho, o CFP lançou o vídeo “Saúde - um ato de todos”, em defesa do trabalho multiprofissional na área e para mostrar os aspectos em que o PL do Ato Médico é prejudicial à saúde. O vídeo também tem a proposta de dar visibilidade a depoimentos de várias profissões em diversos contextos multiprofissionais que indicam os prejuízos à saúde das brasileiras e dos brasileiros caso esse projeto seja aprovado.

A reunião deliberativa na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado aconteceu somente no final de novembro e recebeu pedido de vista por parte do senador João Capiberibe (PSB-AP), por entender que o assunto precisava de mais tempo para análise por envolver várias áreas da saúde que não estão em consenso com o texto do Projeto. O CFP apoiou o pedido de vista, pois deu mais uma esperança e a oportunidade de mostrar os equívocos do PL.

Na semana seguinte o PL foi para a Comissão mais uma vez, mas foi solicitada audiência pública conjunta com a CE e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para ouvir atores que ainda não tinham tido voz, especialmente representantes dos Conselhos Nacionais de Saúde e Educação

e respectivos ministérios, reivindicação que já havia sido feita anteriormente pelo CFP.

A audiência ocorreu no dia 12 de dezembro e o PL foi votado em seguida na Comissão de Educação e aprovado por unanimidade. Na ocasião, o CFP criticou o fato do senador João Capiberibe (PSB-AP) ter sido impedido de ler carta contrária à aprovação do PL escrita aos parlamentares por Aloysio Campos da Paz, cirurgião-chefe da rede de hospitais Sarah Kubitschek. Também a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) propôs a composição de uma mesa de discussões para buscar um consenso sobre o tema, mas a proposta não foi nem mesmo apreciada pela senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidia a reunião. Como justificativa, ela lembrou que o texto não era terminativo e voltaria a ser debatido na CAS e no Plenário.

Os presidentes dos vinte Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), em reunião na Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), no dia 15 do mesmo mês, assinaram um ofício circular para ser enviado aos senadores apoiando iniciativa do CFP de solicitar a realização de audiência pública na CAS, onde iria em seguida, para esclarecer os pontos nunca consensuados no PL. O CFP também ajudou na divulgação de nota pública do Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais com argumentos contrários ao PL.

Apenas uma semana depois, no dia 19 de dezembro, o CFP esteve presente em reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, que aprovou o PL do Ato Médico mais uma vez por unanimidade. O CFP mais uma vez divulgou nota com estranhamento e repúdio à decisão, uma vez que, em 10 anos de tramitação, nunca houve o consenso sobre ele. Um dos pontos críticos no PL, segundo o CFP, era a dificuldade das pessoas entenderem que o texto, mesmo com modificações ao longo dos 10 anos de tramitação, ainda fere a autonomia das diversas profissões de saúde.

O CFP e o Sistema Conselhos também repudiaram o descaso com que o Senado tratou o pedido feito para se ouvir várias entidades envolvidas com o tema, como o Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

No final do ano, o CFP lembrou a todos que o momento é de mobilização dos profissionais de saúde de todo o país, chamando mais uma vez para o envio de mensagens aos senadores do estado, divulgação de vídeos e mensagens do CFP e promoção de debates e discussões.

1.14.2 - ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

O tema de Álcool e outras Drogas teve grande destaque neste ano com o lançamento da série de vídeos “Drogas e Cidadania”, produzida pelo CFP e publicada nas redes sociais e You Tube do Conselho. O material serviu de instrumento para embasar as discussões sobre drogas no Brasil e alcançou escolas, consultórios e conselhos profissionais, possibilitando que o tema das drogas fosse discutido com mais profundidade pela sociedade e pela categoria.

O primeiro vídeo, intitulado “SUS a solução que a sociedade brasileira construiu”, alcançou mais de 17 mil visualizações desde sua publicação no youtube, em janeiro. Diversos comentários e avaliações dos internautas fomentaram a discussão e elogiaram a produção.

O segundo e o terceiro vídeo da série foram lançados em março e abordaram, respectivamente, a epidemia de crack veiculada massivamente pela mídia e a comparação entre as Comunidades Terapêuticas com os manicômios contemporâneos.

Em abril, o quarto vídeo ‘Medicalização e sociedade’ mostra como as pessoas utilizam as drogas farmacêuticas de forma crescente na chamada medicalização, além de trazer o conceito e origem da palavra DROGA.

Em maio, o CFP lançou o quinto vídeo da série Drogas e Cidadania, com o tema “+ uma história”. O vídeo dá voz a crianças, adolescentes e adultos em situação de rua que se tornaram usuários de drogas e mostra como a sociedade age, muitas vezes, de forma desumana, criminalizando o usuário. Por meio de depoimentos e relatos de vida destas pessoas, o vídeo também busca promover uma reflexão sobre as consequências do abandono do Estado em relação às populações mais vulneráveis socialmente reforça a importância da família e do sistema público de saúde no processo de reinserção social do sujeito.

O CFP apoiou, em julho, declaração conjunta das Nações Unidas, assinada por doze entidades, solicitando o fechamento dos centros obrigatórios de detenção e reabilitação para dependentes de drogas.

E obteve uma conquista em agosto: o CFP tomou posse, no dia 28, no Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD). Na ocasião, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, revelou simpatia à proposta apresentada pelo CFP e pela União Nacional de Estudantes (UNE), de realizar um amplo processo de discussão envolvendo a sociedade brasileira sobre a problemática das drogas que poderá culminar na realização da primeira Conferência Nacional de Política de Álcool e outras Drogas. Durante a reunião do CONAD, o assunto foi debatido pelos membros do colegiado que também acolheram de forma positiva a sugestão.

Um seminário online intitulado “Aspectos Técnicos Políticos da Internação Compulsória e Interdição”, que reuniu profissionais de diferentes áreas para enriquecer os debates sobre o assunto, foi realizado em outubro. O evento marcou, pela primeira vez, a reunião entre os conselhos de direitos humanos com os conselhos de profissões regulamentadas de vários estados. Os aspectos jurídicos e políticos da internação compulsória e sua interface com a saúde mental e o tema das drogas relacionado à criminalização e violência foram abordados nas mesas do seminário.

Em novembro, o recolhimento compulsório e as medidas de “higienização” em diversos estados do Brasil, foram um dos temas abordados pelo seminário **“Álcool e outras Drogas: um desafio para as/os profissionais de Saúde”**, organizado pelo Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS), do qual o CFP faz parte. O evento - promovido com o objetivo de facilitar o diálogo entre as

várias profissões da saúde - foi realizado na sede do CFP e acompanhado online por 2287 pontos conectados.

Também em novembro, o CFP esteve presente no 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrasco). O evento, cujo tema central é "Saúde é Desenvolvimento: Ciência para a Cidadania", aconteceu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O CFP esteve na mesa de debates sobre Drogas e Cidadania na Sociedade Brasileira e apresentou sua posição contrária às políticas implementadas baseadas na internação compulsória e no isolamento de pessoas. Também mostrou o que tem sido feito de positivo, com liberdade e atenção aos direitos humanos.

O CFP participou ainda, no evento, do estande da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos, disponibilizando algumas publicações, entre elas Drogas e Cidadania em Debate e o Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas. O Conselho também apresentou cartazes e folderes relacionados ao tema "Álcool e Drogas", além de adesivos de campanhas institucionais.

No mesmo período, o CFP participou do 2º Encontro Nacional de Residências em Saúde, também no Rio Grande do Sul. O debate foi pautado pelos desafios para que as residências em saúde no País sejam voltadas para as necessidades de saúde da população.

1.15 SEGURANÇA PÚBLICA

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) conquistou a titularidade de mais um conselho de direitos, o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp). Durante os próximos dois anos, o CFP vai reafirmar o seu compromisso com os processos democráticos e com a defesa de uma política de segurança pública com protagonismo cidadão que promova o fortalecimento de laços sociais e a garantia de direitos.

Nas eleições do Conasp de 2012, o CFP foi eleito com 23 votos e será representado pelo coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Pedro Paulo Bicalho (titular), e pela conselheira federal Cynthia Ciarallo (suplente). O CFP foi reeleito como a segunda entidade mais votada em uma eleição com voto cruzado. O crescente ingresso de profissionais da Psicologia em diversas instâncias da segurança pública, incluindo o sistema policial, é um fator determinante para o engajamento do CFP nesse tema.

O Conasp adota um modelo de participação tripartite, com a eleição de representantes da sociedade civil, de gestores e trabalhadores da área de segurança pública. No total, o conselho conta com 30 representantes, 21 deles eleitos: 12 da sociedade civil, 9 de entidades representativas dos trabalhadores da área e 9 gestores. As outras 9 vagas são preenchidas pelos gestores nomeados pelo Ministro da Justiça.

1.16 RELAÇÕES RACIAIS

O ano foi marcante para o tema, tendo em vista que a Resolução 18/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, completou 10 anos em 2012.

Algumas ações foram feitas para comemorar o aniversário da lei. Uma delas foi um debate online no final do ano para discutir estratégias e desafios para atuação de psicólogas e psicólogos sobre o tema. Intitulado **“10 anos da Resolução 18/2002 sob uma invisibilidade que faz sofrer: por uma sociedade sem racismo”**, o diálogo, promovido pelo CFP, aconteceu em 19 de dezembro, no mesmo dia em que se comemorou o decenário da Resolução. As discussões tiveram o intuito de provocar a Psicologia e seus profissionais para refletirem sobre o modo como a profissão tem agido em relação ao tema. Além disso, buscou chamar mais atenção à Resolução 18/2002.

O auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, foi palco de audiência pública no início de maio com o tema “Entraves e soluções para as questões étnico-raciais no Brasil”. O CFP participou em conjunto com diversos movimentos sociais, que denunciaram o extermínio de lideranças indígenas no Acre e a retirada de acampamentos ciganos com uso da violência policial em vários estados.

Na ocasião, o CFP se manifestou a favor da aprovação da PEC 438/01, que visa a expropriação das terras onde houver trabalho escravo, e legitimou a luta dos movimentos sociais contra toda a forma de violência e violação de direitos das populações indígenas, quilombolas e ciganas.

Em 19 de novembro, Dia da Consciência Negra, para marcar o dia e a necessidade do resgate das dívidas históricas do Brasil na relação com os negros, a Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras e Subjetividade(s) (ANPSINEP) lançou seu site (<http://anpsinep.cfp.org.br>), produzido pelo CFP, que concentra conteúdo sobre a temática, além de trazer informações sobre eventos da área.

O tema também ganhou destaque durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em setembro, onde um gigantesco cartaz contendo os artigos da resolução recebeu os participantes. Diversas mesas e debates sobre o tema também tiveram lugar no evento, como um painel sobre o papel da psicóloga negra no espaço “O feminino na Psicologia: muitas e diferentes mulheres”. Na ocasião, foi abordada a ampla mobilização que teve início com o I Encontro Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (os) das Relações Raciais e Subjetividades - I PSINEP, realizado em 2010, em São Paulo e destacou-se o próximo encontro, que será em Recife, de 21 a 24 de março de 2013.



Em dezembro, mais uma conquista: o CFP conquistou, pela primeira vez, vaga como suplente no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR).

1.17 SISTEMA DE CADASTRO NACIONAL DOS PSICÓLOGOS

O Cadastro Nacional está em funcionamento na infraestrutura do CFP e os Regionais já estão com suas bases de dados padronizadas. O Siscafweb está disponível para uso dos CRPs, psicólogas, psicólogos e público em geral. Apenas os CRP-18 e CRP-19 não possuem Siscafweb, pois o processo de desmembramento de base ainda não foi concluído pela Implanta Informática.

1.17.1 - RECADASTRAMENTO

O recadastramento foi iniciado pelo CRP-01 como projeto piloto, onde foi detectada a necessidade de várias correções e melhorias no método utilizado para as psicólogas e os

psicólogos atualizarem seus dados. As alterações foram realizadas, e o recadastramento está disponível também para demais os CRPs.

O processo de recadastramento completo é extenso e possui muitos formulários, o que pode desestimular as(os) profissionais a se recadastrarem. Sendo assim, foi proposta uma nova modalidade de recadastramento, o simplificado. Nesta modalidade, a(o) psicóloga(o) utiliza apenas um formulário para atualizar endereço, telefones e e-mails. A(o) psicóloga(o) pode, portanto, optar pelo recadastramento simplificado ou completo.

EVENTOS

2



2. EVENTOS

2.1 - 50 ANOS DA PSICOLOGIA

A data representou uma grande conquista não só da profissão, mas de direitos para toda a categoria. Marca uma trajetória de desafios e, principalmente de superações, tendo sempre como meta a busca pelo compromisso social e a construção de práticas democráticas e cidadãs. A Psicologia amadureceu, mas muito trabalho há ainda a ser feito. Por isso o lema dos 50 anos é: Muito a comemorar, muito mais a fazer!

Conheça a lista de atividades que celebraram os 50 anos da regulamentação da profissão, que vai até julho de 2013:

15/6 a 30/7 - Seminários sobre a Psicologia de Trânsito em Trânsito pelo Brasil

27/6 - Lançamento do Prêmio César Ades

12/7 - Audiência Pública sobre a Medicalização nas Escolas, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara

12/7 - Lançamento do livro Drogas e Cidadania

12/7 - Lançamento do site do Conselho Federal de Psicologia

21/7 - Início da Exposição Psicologia 50 anos da Profissão no Brasil

17 e 18/8 - Seminário Álcool e Drogas: Para Além das Violações dos Direitos Humanos

23/8 - Comemoração dos 50 anos em Ato Solene no Senado Federal com o lançamento do Selo

Comemorativo dos 50 anos

27/8 - Debate Online sobre a Pesquisa da Mulher Psicóloga

27/8 - Campanha de Outdoor dos 50 anos

28/8 - Dia Nacional da BVS-Psi

31/8 - Sessão Solene na Câmara dos Deputados

Edição Especial do Jornal do Federal

19/9 - Seminário da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa (PsiPLP)

20 a 22/9 - 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia
 20/9 - Cerimônia de entrega do Prêmio Paulo Freire na 2ª Mostra
 10/10 - Seminário Nacional da Psicologia nos Conselhos de Direitos
 Edição Especial da Revista Ciência e Profissão e realização de Debate Online
 Lançamento da Coleção CREPOP de Referências Técnicas - 50 Anos da Psicologia
 09/11 - Seminário: "A Atuação Interdisciplinar no Sistema Prisional Brasileiro: Desafios e Perspectivas"
 10/12 - Dia Internacional dos Direitos Humanos
 Relatório da Psicologia - Subsídio à Comissão da Verdade
 27/4 - Entrega do Prêmio Cesar Ades
 Apresentação dos resultados da Pesquisa da Mulher Psicóloga

JULHO – 2012 – 2012

As maiores atividades dos 50 anos foram definidas em reuniões da APAF e pelo plenário do CFP. São elas:

2.1.1 - PESQUISA SOBRE A ATUAÇÃO DAS PSICÓLOGAS NO BRASIL

A pesquisa sobre a atuação da mulher psicóloga no Brasil - intitulada "Profissão e Gênero no Exercício da Psicologia no Brasil" - surgiu a partir da constatação de que a maioria da composição do quadro de profissionais de Psicologia é composta por mulheres. Esta pesquisa também faz parte do processo de comemoração dos 50 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil e teve como objetivo dar mais visibilidade à interação entre a condição feminina e o exercício da profissão no Brasil em suas várias dimensões.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada entre maio e junho deste ano, por telefone, com 1.500 profissionais de todo o País - homens e mulheres. A amostragem revelou informações que ajudam a traçar um perfil mais realista das mulheres psicólogas no Brasil.

Durante a 2ª Mostra, em setembro, houve a oportunidade dos visitantes conhecerem o estudo de forma mais dinâmica, no espaço do evento dedicado às psicólogas brasileiras.

O próximo passo da pesquisa é a etapa qualitativa, que consiste em uma análise dos dados coletados para encontrar as melhores formas de se aproximar de todos que se dedicam ao estudo do comportamento humano. Para tanto, serão feitos diálogos presenciais com profissionais de todo o País, incluindo pesquisadores de notório conhecimento, de vários estados do Brasil.

Foram previstos ainda grupos de discussão online com a finalidade de ouvir também psicólogos e psicólogas situados fora das capitais e regiões metropolitanas que não possam participar das discussões presenciais.

Além de traçar um perfil mais próximo da realidade da profissão e dos seus profissionais, a pesquisa tem o intuito de atualizar as informações de levantamentos anteriores realizados pelo CFP e será divulgada à sociedade oportunamente.

2.1.2 - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE MEDICALIZAÇÃO NAS ESCOLAS

Foi lançada no dia 11 de julho de 2012, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a campanha “Não à Medicalização da Vida”. A audiência foi requerida pela deputada Érika Kokay (PT-DF) e pelo deputado Domingos Dutra (PT-MA).

A campanha foi iniciada com o debate sobre o tema da medicalização da educação nas escolas, que se tornou um problema de saúde pública e coletiva, no Brasil e no mundo, dada a incidência de crianças, adolescentes e jovens sendo excessivamente medicalizadas para aumentar o rendimento escolar e para se adequar aos padrões de adaptação produtiva e de docilidade exigidos pela sociedade atual.

Na ocasião, a conselheira do CFP, Marilene Proença, destacou que a campanha expõe a preocupação da Psicologia com a excessiva medicalização das diversas esferas da vida.



Fizeram parte da mesa da audiência a deputada Érika Kokay, a conselheira do CFP Marilene Proença, a professora do departamento de pediatria da Unicamp e representante do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, Maria Aparecida Moisés, a representante da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, Roseli Fernandes Caldas e o representante do Ministério da Saúde, Ricardo César Caraffa.

2.1.3 - EXPOSIÇÃO “PSICOLOGIA: 50 ANOS DE PROFISSÃO NO BRASIL”

A exposição começou a ser exibida em julho, em todos os estados do Brasil, e teve como objetivo principal resgatar e conhecer um pouco mais sobre a história da profissão no Brasil, mostrando como essa trajetória se articulou com o caminho da Psicologia enquanto ciência e profissão e, ao mesmo tempo, se envolveu no contexto político e social brasileiro, onde as diferentes condições sociais e econômicas se estabeleceram nos últimos 50 anos.

Para organizar melhor as informações, a curadoria da exposição traçou uma linha do tempo, que foi exibida em um grande painel curvilíneo e dividida em três partes: a história do Brasil, a história da Psicologia e a história da profissão no Brasil.

Além do painel, a exposição exibiu um vídeo com a trajetória da profissão nestes 50 anos e um catálogo, resumindo os principais períodos da história da Psicologia e do Brasil.

Na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em setembro, a exposição também foi exibida, mas em proporções maiores, mais elaboradas, e com detalhamentos de cada período.

Embora o ápice da Exposição tenha sido na 2ª Mostra, o material - composto por painéis, colunas, cartilha e televisores - permanecerá nos Conselhos Regionais de Psicologia. Com isto, os regionais poderão fazer uso deles em outras exposições e/ou congressos de Psicologia.



2.1.4 - SESSÃO SOLENE - COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS NO SENADO FEDERAL

O auditório Petrônio Portella do Senado Federal foi palco, no dia 23 de agosto, de uma homenagem aos 50 anos da Psicologia brasileira. A ocasião também foi marcada pelo lançamento do selo e do carimbo comemorativos do cinquentenário.

Na solenidade, que lotou o auditório de psicólogas (os) e estudantes de Psicologia, os integrantes da mesa pontuaram a trajetória da Psicologia entre 1962 e 2012, além dos desafios a serem superados pela profissão.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, integrou a mesa do evento, ao lado de sua antecessora no cargo, a psicóloga e professora da PUC-SP, Ana Bock, que recebeu uma placa de homenagem destacando suas contribuições à profissão. Juntos estavam ainda a presidente da Federação Nacional dos Psicólogos, Fernanda Magano, e o ex-ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vanunuchi.

Os pronunciamentos destacaram os caminhos percorridos desde a regulamentação da profissão, em 1962, no governo João Goulart. A começar por Marta Suplicy, todos salientaram que a Psicologia, que nasceu como demanda da “elite”, dentro de uma visão “individual”, hoje se destaca pelo compromisso social e a busca de práticas democráticas e cidadãs.



2.1.5 - SELO DOS 50 ANOS

O selo comemorativo dos 50 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil foi lançado durante a sessão solene no Senado Federal e está sendo utilizado nas publicações e documentos oficiais do Conselho Federal de Psicologia.

Devido à grande procura por psicólogas (os) e filatelistas, o selo será comercializado. A estampa poderá ser solicitada nos Correios de todos os estados brasileiros até 27 de agosto de 2013, quando a profissão completa 51 anos.

A distribuição irá variar conforme o pedido feito pelos Correios de cada estado, de acordo com a procura. Uma folha com 12 selos custa R\$ 33. Eles podem ser utilizados para selar correspondências de até 20g com destino para todo Brasil. Os selos podem ser solicitados em agências terceirizadas dos Correios, ou pelo e-mail centralvendas@correios.com.br, colocando no campo do assunto "Selo Personalizado".



2.1.6 - SESSÃO SOLENE - COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 31 de agosto, o tributo ao cinquentenário da profissão ocorreu na Câmara dos Deputados, no Plenário Ulysses Guimarães, com ato aberto ao público. Para a deputada e psicóloga Érika Kokay, que presidiu o ato, a homenagem reafirmou a importância da profissão nas políticas públicas para o desenvolvimento da sociedade.

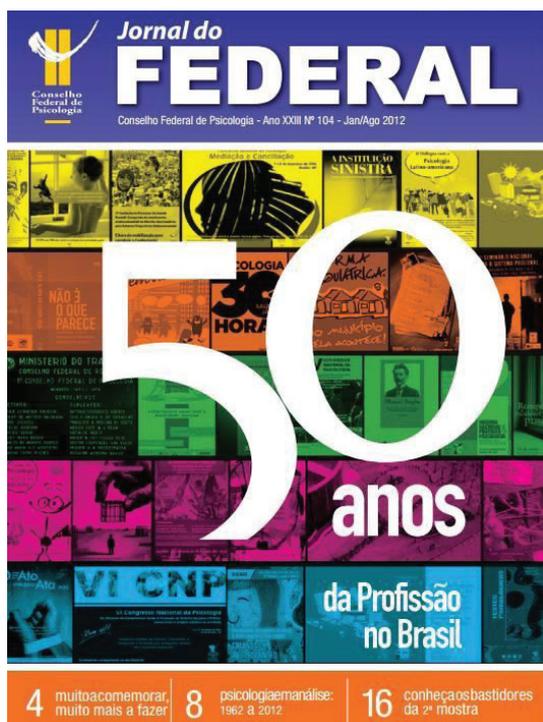
O presidente do CFP, Humberto Verona, destacou o compromisso da Psicologia com a sociedade, ao afirmar que a profissão tem buscado ajudar a população no caminho de democratização e redução das desigualdades em busca de uma maior justiça social.

Para Erika Kokay, a homenagem também reafirmou a importância da profissão nas políticas públicas para o desenvolvimento da sociedade.



2.1.7 - JORNAL DO FEDERAL ESPECIAL DE 50 ANOS

Para registrar as comemorações dos 50 anos, foi produzida uma edição especial do Jornal do Federal focada nas atividades do cinquentenário, com novo formato, projeto gráfico e editorial, e aproximadamente 60 páginas e 200 mil exemplares distribuídos aos psicólogos e psicólogas cadastrados de todo o Brasil.



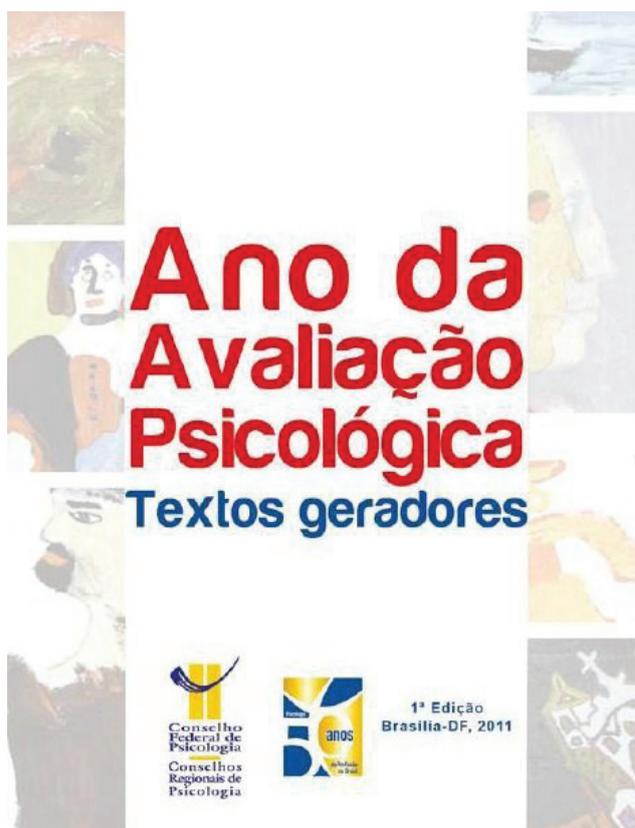
O novo formato do jornal - de 18,7 x 26,4 cm - foi inspirado em periódicos franceses, buscando torná-lo mais prático de guardar e carregar. O projeto gráfico foi produzindo pensando em um periódico mais moderno e leve, com uso de fotos, ilustrações e cores vivas.

No projeto editorial, a ideia para as matérias foi deixá-las mais leves e próximas da realidade dos psicólogos (as), mostrando a eles a importância de abordar os temas escolhidos. O novo formato e projetos gráfico e editorial serão adotados para as próximas edições do Jornal do Federal.

2.1.8 - OUTRAS PUBLICAÇÕES

Além das edições especiais, todos os livros publicados pelo CFP em 2012 saíram com a logo dos 50 anos. O intuito era dar continuidade ao tom das comemorações.

As obras incluíram o Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres; Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma Sociedade de Direitos; Nenhuma forma de violência vale a pena - VI Seminário Nacional de Direitos Humanos; Ano da Avaliação Psicológica - Textos geradores; Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas; e o Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil.



2.1.9 - EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA CIÊNCIA E PROFISSÃO SOBRE O TEMA PSICOLOGIA: 50 ANOS DE PROFISSÃO NO BRASIL

A Revista Psicologia Ciência e Profissão lançou, durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em setembro de 2012, um número especial sobre o tema Psicologia: 50 anos de profissão no Brasil. Profissionais e pesquisadores da área da Psicologia submeteram artigos sobre o tema até o dia 18 de maio de 2012 (as inscrições abriram no dia 1º de março).

O número especial foi formado por um conjunto de artigos encomendados em eixos específicos, definidos anteriormente pela Comissão Editorial e aprovado em Plenária do Conselho Federal de Psicologia, e por manuscritos que foram selecionados pela Chamada Pública, cuja temática centrou-se em temas que fundamentaram questões relativas à história e à memória da Psicologia 50 anos de Profissão no Brasil.



Como já é de praxe, a Comissão Editorial realizou a avaliação dos artigos encaminhados, informando, em data oportuna, os que iriam compor o número especial da Revista Psicologia Ciência e Profissão.

O lançamento da publicação especial ocorreu no primeiro dia da 2ª Mostra (20/9), quando foram levados 20 mil exemplares da revista para distribuição, sob a coordenação da editora da revista e conselheira do CFP Marilene Proença. Estiveram presentes também no lançamento o psicólogo, entrevistado para esta edição, Arrigo Angelini e, em nome da comissão editorial, a psicóloga e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Neuza Guareschi.

2.1.10 - 2ª MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA

A 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia marcou o ápice das comemorações dos 50 anos da regulamentação da Psicologia como profissão, por meio da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962. O evento - organizado pelo Conselho Federal de Psicologia, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e pela Federação Nacional de Psicologia - aconteceu entre os dias 20 e 22 de setembro, no Anhembi, em São Paulo, e reuniu mais de 30 mil pessoas.

O objetivo geral foi comemorar o cinquentenário da Profissão e promover espaço de apresentação, reconhecimento e debate sobre o desenvolvimento da Psicologia na enorme variedade de temas e objetos nos quais as psicólogas (os) brasileiras (os) se envolveram nesses cinquenta anos.



Mais de quatro mil trabalhos foram inscritos para a 2ª Mostra. As atividades possuíam formatos de pôster e vídeo e foram divididas nas seguintes áreas: Assistência Social; Comunicação Social; Comunidade; Controle Social; Cultura; Defesa Civil; Direitos Humanos; Educação; Esporte; Formação; Habitação; Mobilidade Urbana e Trânsito; Mundo Digital; Mundo Jurídico; Questões Étnicas/Relações Raciais; Questões de Sexualidade e Gênero; Questões da Terra; Saúde; e Trabalho.

Os projetos inscritos abordam os seguintes processos de trabalho da Psicologia: Acolhimento; Acompanhamento; Avaliação; Comunicação; Culturais; Educativos; Formativos de Profissionais de Diferentes Áreas; Formativos de Psicólogos; Grupais; Mobilização Social; Organizativos; Orientação e Aconselhamento; Planejamento e Gestão Pública; e Terapêuticos.

O evento contou com área específica destinada à apresentação de cerca de 200 trabalhos enviados por representantes de países de língua portuguesa (Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde) e da América Latina (Cuba, México, Paraguai, Uruguai, Guatemala, Colômbia, Costa Rica, Bolívia, Chile, Argentina e Peru).

As atividades da Mostra incluíram mesas redondas, praças para exposição de trabalhos, rodas de conversa, túnel do Minuto PSI, com vídeos de participantes, espaço do feminino na Psicologia, visitas guiadas com movimentos sociais, além do espaço do corpo, voltado para práticas terapêuticas e da sala de Direitos Humanos - espaço que abordou o tema por meio de um ambiente de reflexão, com um documentário de nove minutos que trazia como foco central a Psicologia e os direitos humanos. Artistas regionais também se apresentaram durante os três dias do evento no palco dos Conselhos Regionais de Psicologia.

O evento teve com objetivos específicos:

- Realizar um evento que se tornasse referência na comemoração dos 50 anos da Psicologia;
- Promover espaço de reflexão aos (às) profissionais sobre quem é o (a) psicólogo (a) brasileiro(a);
- Debater sobre as conquistas e desafios da profissão;
- Propiciar espaço para revisão da história da Psicologia no Brasil;
- Exaltar as personalidades que contribuíram para a efetivação da democracia, da igualdade e da construção da paz social no país;
- Promover integração da Psicologia nos países da América Latina;
- Promover integração nos países de Língua Portuguesa;
- Rememorar a iniciativa anterior, I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, realizada em 2000, e seus números;
- Mobilizar amplamente as(os) psicólogas(os) brasileiras(os) para reflexão sobre a profissão e comemoração dos 50 anos;
- Fortalecer e dar continuidade ao projeto político da Psicologia enquanto ciência e profissão imbricada com o compromisso social, promoção e garantia de direitos, na perspectiva dos direitos humanos;

- Refletir o aproveitamento dos esforços que a autarquia já desenvolveu na busca de resgate da memória da Psicologia;
- Estabelecer visão compreensiva sobre o surgimento, desenvolvimento e amadurecimento da profissão;
- Ocupar espaços nos meios de comunicação e culturais, construindo a Psicologia no imaginário da população e dando destaque a situações, pessoas e espaços importantes na história dos 50 anos;
- Qualificar informações a respeito das produções acadêmicas e profissionais construídas pela psicologia nesses últimos 50 anos;
- Ampliar a discussão, construir referências e orientar a(o) profissional de Psicologia nas temáticas relacionadas aos direitos humanos (DHs);

A 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia teve o apoio do Ministério da Saúde; Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome, Casa do Psicólogo e do Banco do Brasil e patrocínio do Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, Instituto Quadrix, Grupo K, Payless Turismo, Elite Gráfica, Direct Car, Implanta Informática e Casa do Psicólogo.

Abaixo, o quantitativo de trabalhos apresentados na 2ª Mostra.

Total de Trabalhos por Área (tipo / categoria / somente APROVADOS)

Área	Pôster	Vídeo	Profissional	Estudante	Total
Assistência Social	345	32	275	102	377
Comunicação Social	32	9	17	24	41
Comunidade	272	20	134	158	292
Controle Social	31	2	17	16	33
Cultura	63	16	35	44	79
Defesa Civil	19	0	15	4	19
Direitos Humanos	165	18	101	82	183
Educação	710	46	359	397	756
Esporte	31	4	27	8	35
Formação	311	22	161	172	333
Habitação	9	1	6	4	10
Mobilidade Urbana e Trânsito	32	2	27	7	34
Mundo Digital	18	6	8	16	24
Mundo Jurídico	121	6	81	46	127
Questões da Terra	10	0	6	4	10
Questões de Sexualidade e Gênero	113	15	66	62	128
Questões Étnicas/Relações Raciais	34	2	17	19	36
Saúde	1503	86	930	659	1589
Trabalho	329	14	166	177	343
Total	4148	301	2448	2001	4449

Total de Trabalhos por Processo (somente APROVADOS)

Processo	Pôster	Vídeo	Total
Acolhimento	174	14	188
Acompanhamento	383	17	400
Avaliação	320	5	325
Comunicação	74	10	84
Culturais	105	30	135
Educativos	510	41	551
Formativos	227	10	237
Formativos de Psicólogos	455	27	482
Grupais	544	36	580
Mobilização Social	235	36	271
Organizativos	140	4	144
Orientação e Aconselhamento	257	19	276
Planejamento e Gestão Pública	147	6	153
Terapêuticos	577	46	623
Total	4148	301	4449

Anexo, o quantitativo de presença nas mesas apresentadas na 2ª Mostra

2.1.11- PRÊMIO CÉSAR ADES: DESAFIOS PARA O FUTURO DA PSICOLOGIA

O Prêmio Monográfico César Ades: Desafios para o Futuro da Psicologia foi pensado como uma oportunidade de homenagear o ilustre César Ades, um dos maiores psicólogos que o Brasil já teve, por sua inegável contribuição para o desenvolvimento da categoria no País.

A iniciativa fez parte das atividades de comemoração dos 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil, juntamente com a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia e a Exposição 50 anos da Psicologia no Brasil.

O Prêmio teve o objetivo de estimular nos estudantes e profissionais de Psicologia a produção científica a respeito do horizonte da profissão no Brasil e no cenário da América Latina. O concurso foi aberto a psicólogos (as) e estudantes, em categorias distintas.



As inscrições começaram no dia 26 de junho e se encerraram em 10 de dezembro de 2012. Durante seis meses, 112 trabalhos foram inscritos. Do total, 69 eram profissionais e 43 estudantes de Psicologia.

Para participar, os trabalhos acadêmicos inscritos deveriam ser construídos dentro de três subtemas

distintos: As Políticas Públicas e o Futuro da Psicologia; Contribuições da Psicologia na Construção do Conhecimento no Século XXI; e a Psicologia Latino-Americana: Desafios e Possibilidades.

O subtema que teve mais inscritos foi o de “Contribuições da Psicologia na Construção do Conhecimento no Século XXI”, com 49 trabalhos. Já o tema “Políticas Públicas e o Futuro da Psicologia”, teve 47 inscritos. Por último, “Psicologia Latino-Americana: Desafios e Possibilidades” contou com 16 trabalhos monográficos.



Os trabalhos estão sendo avaliados por uma Comissão Julgadora composta por integrantes designados pelo Plenário do Conselho Federal de Psicologia que faziam parte do grupo de estudo de Ades que pensavam em traçar uma estratégia para o futuro da Psicologia no País.

A Comissão Julgadora foi a responsável por definir critérios de avaliação para estabelecer a classificação e premiação dos trabalhos monográficos. A coordenação do prêmio está sob a responsabilidade da Conselheira do CFP, dra. Tânia Brasileiro.

O resultado será divulgado em 27 de abril de 2013, durante a Cerimônia de Encerramento do ano temático do Cinquentenário da Regulamentação da Psicologia no Brasil. Serão contemplados com o prêmio os primeiros, segundos e terceiros lugares de cada categoria, em cada um dos subtemas propostos, nos valores de, respectivamente, R\$ 5 mil, R\$ 4 mil e R\$ 3 mil.

Comissão curadora

- **Aginaldo Garcia** - Psicólogo doutor, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
- **Ana Bock** - Psicóloga doutora, presidente do Instituto Silvia Lane - Psicologia e Compromisso Social.
- **Angela Soligo** - Psicóloga doutora, docente do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp.
- **Carla Biancha Angelucci** - Psicóloga doutora, presidente do CRP-SP.

- **Ilana Paiva** - Psicóloga doutora, professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
- **Iolete Ribeiro** - Psicóloga doutora, professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).
- **Jefferson Bernardes** - Psicólogo doutor, professor adjunto na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
- **Lia Ades Gabbay** - Psicóloga e mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo.
- **Lino Bueno** - Filósofo, doutor em Psicologia Experimental e professor titular de Psicobiologia da USP-Ribeirão Preto.
- **Marcus Vinicius de Oliveria** - Psicólogo doutor, professor adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- **Marcos Ferreira** - Psicólogo doutor, ex presidente da Associação Brasileira do Ensino de Psicologia (ABEP).
- **Maria da Graça Gonçalves** - Psicóloga, assistente doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).
- **Marilene Proença** - Psicóloga doutora, professora pda Universidade de São Paulo (USP) e conselheira do CFP.
- **Mary Jane Spink** - Psicóloga doutora, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).
- **Monica Gianfaldoni** - Psicóloga doutora, ex-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP).
- **Neuza Guareschi** - Psicóloga doutora, professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- **Odair Furtado** - Psicólogo doutor, professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).
- **Paulo Menandro** - Psicólogo doutor, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
- **Peter Spink** - Psicólogo doutor, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- **Tânia Brasileiro** - Psicóloga doutora, professora da Universidade Federal do Oeste do Pará

(UFOPA) e conselheira do CFP.

Estratégia de comunicação

A Ascom/CFP produziu nota e matéria informativa sobre o lançamento do prêmio informando sobre inscrições, formatos, prazos, comissão. Todos os conteúdos relativos ao Prêmio foram publicados no site do CFP (<http://site.cfp.org.br>), no Jornal do Federal, Jornal da 2ª Mostra e redes sociais (Facebook e Twitter).

As matérias e notas também foram enviadas para mailing de 937 instituições de ensino e coordenadores de curso. Além disso, o concurso recebeu publicidade nos eventos do CFP, como debates online, seminários e 2ª Mostra.

2.1.12 - GT "COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA PSICOLOGIA"

Composto por representantes dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, o GT teve como função a realização da tarefa de mobilização e divulgação do evento nas respectivas regiões do país.

Compuseram este Grupo de Trabalho:

- CFP - Monalisa Barros
- CRP-01 - Carla Maria Marzi Pereira
- CRP-02 - Maria Conceição Costa
- CRP-03 - Emmila Di Paula Carvalho
- CRP-04 - Milton Bicalho
- CRP-04 - Lourdes Machado
- CRP-05 - Alexandre Trzan Ávila
- CRP-06 - Carla Biancha Angelucci
- CRP-07 - Vera Pasini
- CRP-08 - Marcia Walter
- CRP-09 - Wadson Arantes Gama
- CRP-10 - Ercio da Silva Teixeira
- CRP-11 - Claudia Alves Cunha
- CRP-12 - Julio Schruber Junior
- CRP-13 - Andrea Tavares Carvalho
- CRP-14 - Renan Cunha
- CRP-15 - Silvia Teixeira de Lima
- CRP-16 - Janaína Ferreira

CRP-17 - Nilza Maria Molina Mendes

CRP-18 - Maria Aparecida Fernandes.

CRP-19 - Edelvaise Mendonça Ferreira

CRP-20 - Ligia Maria Duque

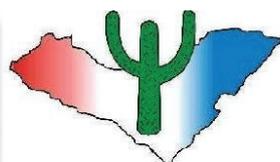
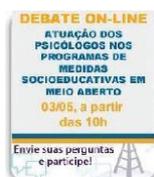
S. Acre - Rosa Luiza Lima

S. Rondônia - Mercedes Araujo Gurgel e Joana Barbosa

2.2 TRANSMISSÕES ONLINE

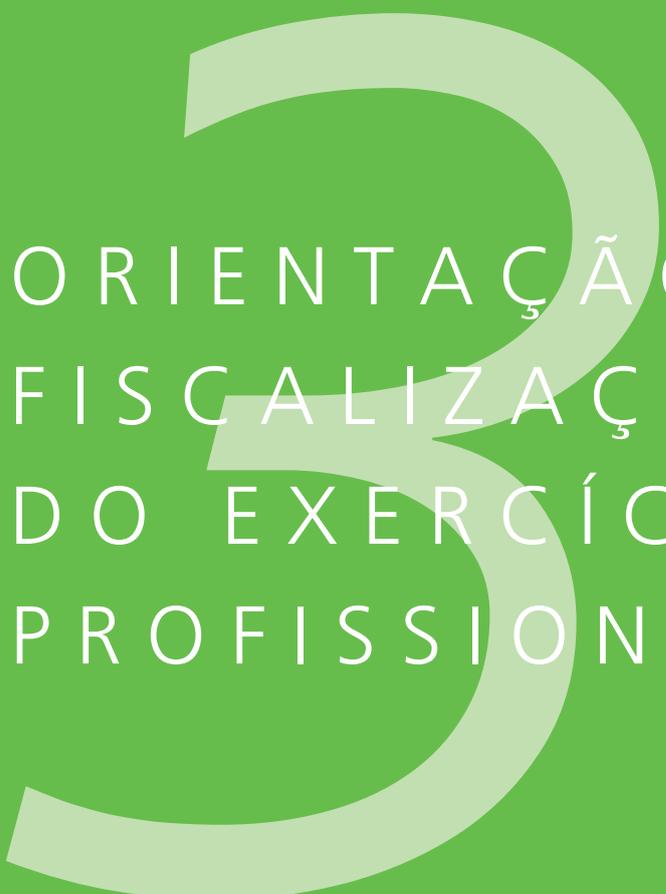
O Conselho Federal de Psicologia realizou, ao longo de 2012, 12 transmissões *on-line*. Importante ferramenta para promover discussões sobre os mais variados temas, as transmissões *on-line* possibilitam que o público participe enviando perguntas e comentários por email, respondidas pelos palestrantes durante o debate. Além disso, é uma forma de levar as discussões dos temas abordados pela Psicologia para todo o Brasil. Os vídeos podem ser vistos posteriormente no site do CFP e na página do CFP no *Youtube*.

Debate	Pontos conectados
Debate online Avaliação Psicológica e os Direitos Humanos	1600
Debate online Atuação do psicólogo no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	1000
Debate online Atuação dos psicólogos no CREAS	-
Debate online sobre o trabalho do psicólogo no sistema prisional	1320
Debate online Desafios e Paradoxos da Atuação em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: a Articulação entre o ECA e o Sinase	1200
Debate online Cidadania e Dignidade na Política Nacional sobre Drogas	1221
Debate online Mulher: Democracia, Políticas, Públicas e Cidadania	1100
Homenagem César Ades	95
Seminário online Aspectos Técnicos Políticos da Internação Compulsória e Interdição	4734
Seminário online Álcool e outras Drogas: um desafio para as/os profissionais de Saúde	2287
Debate online Psicologia do Trânsito e Avaliação Psicológica de Motoristas	2000
Debate online 10 anos da Resolução 18/2002 sob uma invisibilidade que faz sofrer: por uma sociedade sem racismo.	343

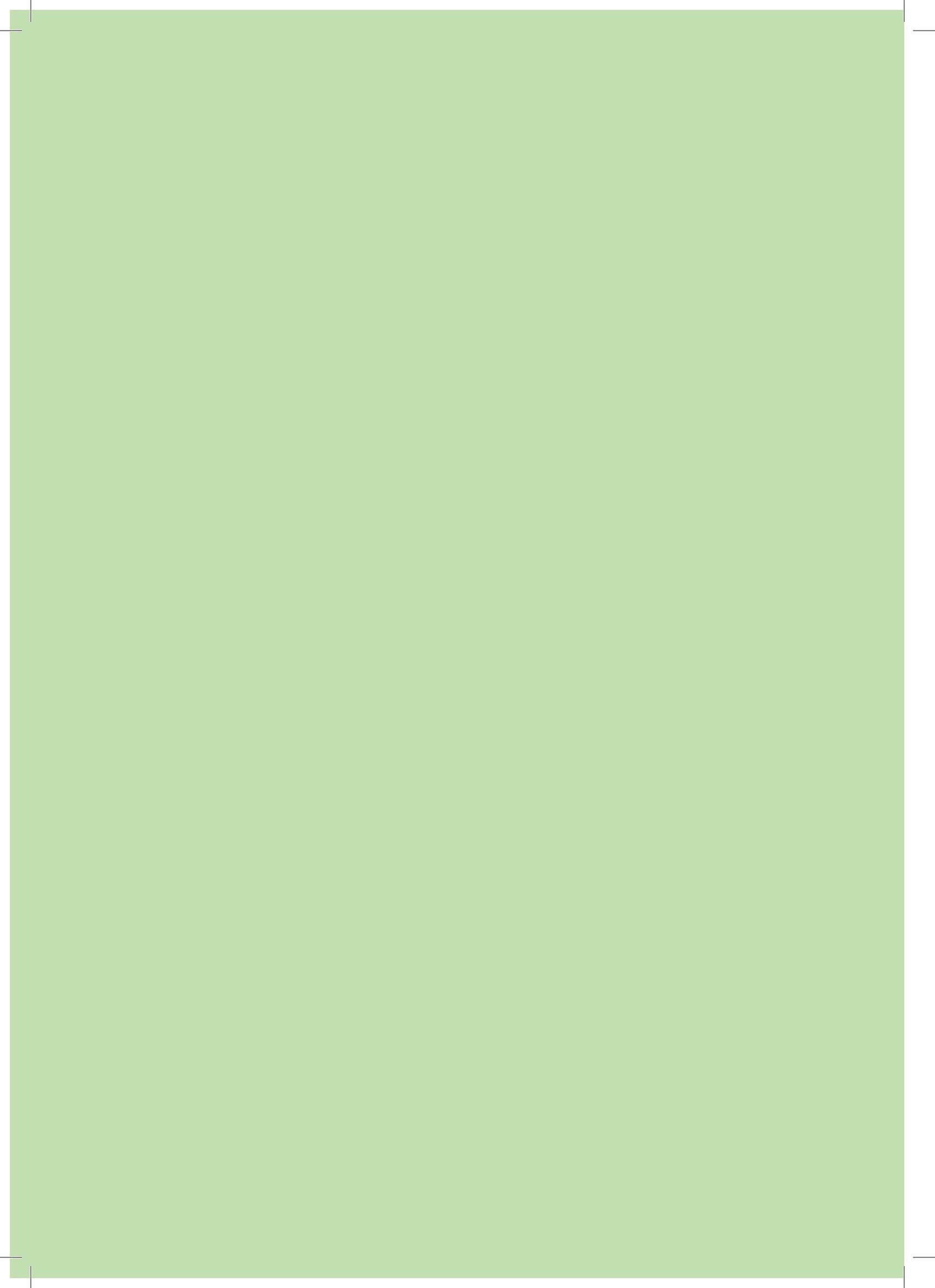


CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
Acesso e perfil: <http://crepop.psi.org.br>



ORIENTAÇÃO E
FISCALIZAÇÃO
DO EXERCÍCIO
PROFISSIONAL



3. ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

3.1 ÉTICA E PROCESSOS ÉTICOS

Ao longo do ano, foram realizadas 9 plenárias com julgamentos de processos éticos, nas quais foram julgados 41 processos.

3.2 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) permaneceu com a formação do ano anterior e sendo acompanhada pela Conselheira Ana Paula Noronha. Foram convidados mais 2 pareceristas para avaliação de testes. Assim, encerramos o ano de 2012 trabalhando com 8 convidados na Comissão, 54 pareceristas e o acompanhamento de uma conselheira.

3.2.1 - REUNIÕES REALIZADAS

Em 2012, houve 6 reuniões presenciais e 5 reuniões realizadas por telefone.

3.2.2 - TESTES PSICOLÓGICOS AVALIADOS

De acordo com a Resolução CFP nº 002/2003, só podem ser usados, profissionalmente, no Brasil testes com avaliação favorável, emitida pelo CFP, que determina se eles atendem aos requisitos especificados na Resolução. Em 2012 a CCAP recebeu 14 testes, 5 no primeiro semestre e 9 no segundo. Entre eles, 4 receberam análise desfavorável e os outros 10 continuam em análise. A CCAP avaliou também 5 instrumentos para identificar se são testes psicológicos e, portanto privativos aos psicólogos.

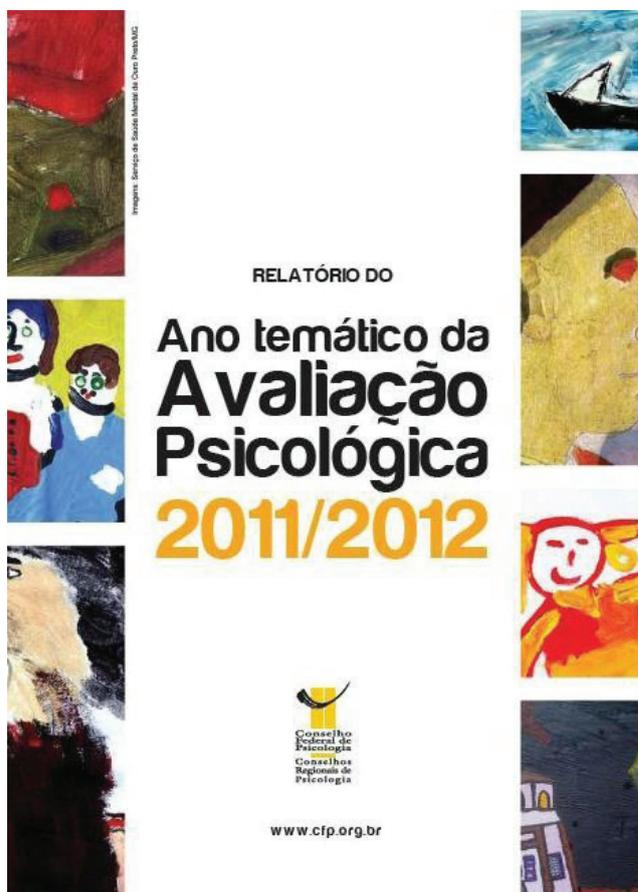
Nesse ano, a CCAP acompanhou o desenvolvimento do novo Sistema de Testes Psicológicos - SATEPSI que será lançado em breve, trazendo ferramentas mais interativas, modernas e práticas para emissão de pareceres e relatorias eletrônicas, acompanhamento das avaliações e consulta de testes psicológicos mais completos.

A CCAP manteve o diálogo com os autores e editoras, prestando esclarecimentos e fornecendo retorno acerca daquilo que precisa ser modificado para que o teste receba avaliação positiva.

Cabe lembrar também que outro trabalho importante mantido pela CCAP foi o acompanhamento da validade dos estudos dos instrumentos que têm seus prazos definidos na Resolução CFP nº 002/2003.

3.2.3 - SEMINÁRIO NACIONAL DO ANO TEMÁTICO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O **Seminário Nacional do Ano Temático** foi realizado nos dias 23 e 24 de março de 2012, finalizando o **Ano Temático da Avaliação Psicológica**. Neste evento, os materiais produzidos nos Conselhos Regionais foram debatidos por conselheiros e representantes dos CRs e do CFP; representantes das associações científicas da avaliação psicológica brasileira; representante da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, bem como pelos membros da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP. O evento teve transmissão online, de modo que foi possível computar 1300 pontos conectados no dia 23 de março e 1200 pontos no dia 24 de março.



Após o **Seminário**, foi publicado no site do Conselho Federal de Psicologia o **Relatório do Ano Temático da Avaliação Psicológica** conforme havia sido definido na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças - APAF do Sistema Conselhos de Psicologia, ocorrida em dezembro de 2010.

3.2.4 - DEBATE ONLINE

No dia 10 de fevereiro foi realizado o debate online **Avaliação Psicológica e Direitos Humanos** e alcançou aproximadamente 1600 pontos conectados. Com transmissão em tempo real, o debate contou com a participação do conselheiro Aluizio Lopes de Brito, Alexandra Anache,

professora de Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Pedro Paulo Bicalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além da presidente do Instituto Brasileira de Avaliação Psicológica (IBAP), Caroline Tozzi Reppold.

3.2.5 - GT AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E DIREITOS HUMANOS

Na Assembleia das Políticas Administrativas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia realizada em dezembro de 2011 foi constituído o Grupo de Trabalho Avaliação Psicológica e Direitos Humanos (Antigo GT Escala Hare - criado na APAF de 2010). O GT, constituído pelos CRs 01, 03, 05, 06, 07, 09, 11, 14 e 17, além do CFP, teve 2 reuniões presenciais e 3 telefônicas neste ano de 2012.

3.2.6 - CNDH E CCAP

Na Apaf de maio de 2012, o GT Avaliação Psicológica e Direitos Humanos aprovou um relatório sobre Avaliação Psicológica e Direitos Humanos que sugere, dentre outros, aproximar a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica e a Comissão Nacional de Direitos Humanos para aprofundar as discussões sobre Avaliação Psicológica e Direitos Humanos. Sendo assim, foi realizada uma reunião telefônica no dia 3 de outubro e uma presencial no dia 25 de outubro de 2012 para discutir a garantia do respeito aos Direitos Humanos na Avaliação Psicológica. Novas diretrizes de diretrizes de trabalho estão sendo pensadas pelas Comissões.

Além disso, houve parceria entre membros da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica e membros da Comissão Nacional de Direitos Humanos para discorrer sobre a Avaliação Psicológica e Direitos Humanos nos seguintes eventos:

1. Debate Online Avaliação Psicológica e Direitos Humanos em 2011;
2. Abertura do Seminário de Encerramento do Ano Temático em Avaliação Psicológica (março de 2012);
3. Congresso da Ulapsi em abril de 2012;
4. Congresso da ASBRo em agosto de 2012;
5. Jornada Acadêmica da Unochapecó em outubro de 2012.
6. X Encontro Mineiro de Avaliação Psicológica em outubro de 2012.



3.3 CREDENCIAMENTO DE SITES

Em 2012, o Sistema Conselhos de Psicologia avaliou 144 novos pedidos de cadastro de sites, sendo que 108 foram aprovados, 10 foram reprovados e 26 não propunham a realização de serviços psicológicos *on-line*, portanto, não se aplicam a Resolução CFP nº 12/2005. Assim, atualmente, há 144 sites aprovados (sites cadastrados somados com os sites renovados), além dos sites que estão em análise.

Durante o ano, a Comissão Nacional de Credenciamento de Sites do Conselho Federal de Psicologia realizou 4 reuniões presenciais e 1 reunião telefônica.

Em 21 de junho de 2012 foi publicada a Resolução CFP nº 11/ 2012, que regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação à distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental e revoga a Resolução CFP N.º 12/2005. Para atender às exigências da Resolução CFP N.º 11/ 2012, um novo sistema foi desenvolvido e lançado no dia 3 de janeiro de 2013: o Sistema de Cadastro de Sites que está disponível em <http://cadastroite.cfp.org.br/cadastro/>.

Por fim, nos dias 23 de novembro e 07 de dezembro, foi realizado o Treinamento do Sistema de Cadastro de Sites com todos os Conselhos Regionais de Psicologia a fim de esclarecer as mudanças estabelecidas pela Resolução CFP nº 11/2012, explicar os fluxos do novo sistema e demonstrar como será realizada a análise dos sites para cadastro que passou a ser atribuição dos Conselhos Regionais de Psicologia.

3.4 TÍTULOS DE ESPECIALISTA

3.4.1 - CONCURSOS

Em 2012, o CFP promoveu 1 (um) concurso de provas e títulos de especialidades da área de Psicologia. O concurso foi realizado em 14 capitais brasileiras.

3.4.2 - CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO CREDENCIADOS E RECREDENCIADOS PELO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA:

Neuropsicologia: Dois novos cursos credenciados.

Psicologia Clínica: Três novos cursos credenciados e quatorze reconhecidos.

Psicologia Hospitalar: Dois novos cursos credenciados e três reconhecidos

Psicologia Jurídica: Um novo curso credenciado.

Psicologia do Trânsito: Dois novos cursos credenciados.

TOTAL : 13 novos cursos credenciados e 21 cursos reconhecidos em 2012.

O CFP possui um total de 103 cursos com a validade vigente e 37 com a validade expirada, totalizando 140 cursos. Sendo eles:

Psicologia Clínica: 91 cursos;

Psicologia Hospitalar: 23 cursos;

Psicologia Organizacional e do Trabalho: 2 cursos;

Psicologia Escolar e Educacional: 1 curso;

Neuropsicologia: 12 cursos;

Psicomotricidade: 1 curso;

Psicologia do Trânsito: 5 cursos;

Psicologia Jurídica: 3 cursos;

Psicologia do Esporte: 1 curso;

Psicopedagogia: 1 curso.

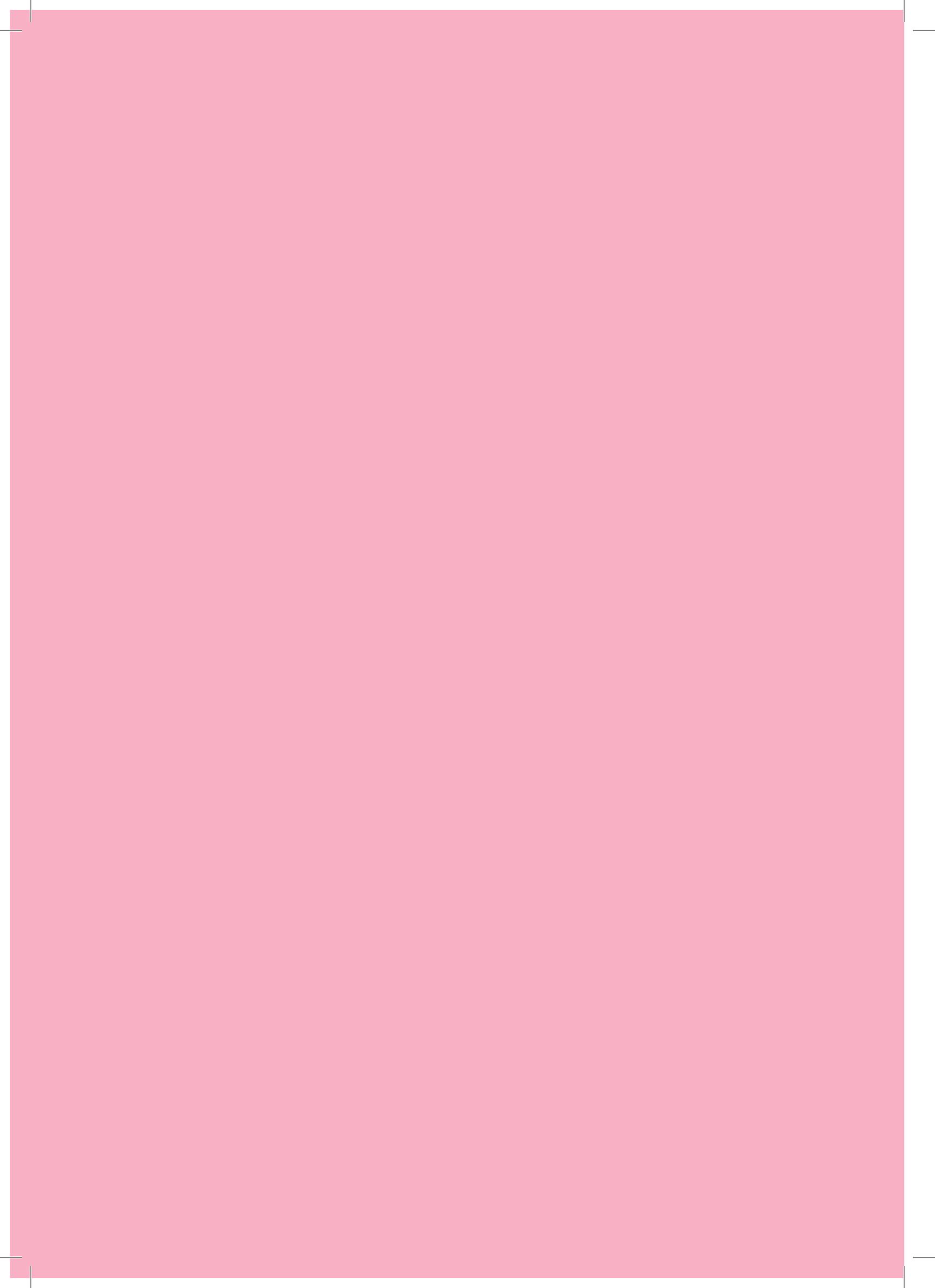
3.5 RELAÇÃO DAS RESOLUÇÕES PUBLICADAS EM 2012

Ano	Resolução CFP Nº	Ementa
2012	001	Altera a Resolução CFP n.º 003/2007 que institui a Consolidação das Resoluções do CFP, a Resolução CFP n.º 010/2007 e dá outras providências.
2012	002	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região para o Exercício de 2012.
2012	003	Institui o Regimento Interno da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF.
2012	004	Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região.
2012	005	Altera a Resolução CFP n.º 002/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos.
2012	006	Altera a Resolução CFP n.º 012/2003 e dá outras providências.
2012	007	Aprova o Novo Plano de Cargos e Salários do Conselho Federal de Psicologia.
2012	008	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região para o Exercício de 2012.
2012	009	Cria o Prêmio Monográfico César Ades: Desafios para o futuro da psicologia.
2012	010	Revoga a Resolução CFP n.º 016/2000, publicada no DOU n.º 246, Seção 1, Página 91 no dia 22 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos.
2012	011	Regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental e revoga a Resolução CFP N.º 12/2005
2012	012	Altera a Resolução CFP n.º 003/2007 e dispõe sobre os valores de ajuda de custo a serem pagas pelo Conselho Federal de Psicologia
2012	013	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013.
2012	014	Autoriza os Conselhos Regionais de Psicologia a concederem redução de encargos legais no pagamento de anuidades de exercícios anteriores.
2012	015	Aprova o Regimento Eleitoral para escolha de conselheiros federais e regionais dos Conselhos de Psicologia.
2012	016	Altera a Resolução CFP n.º 007/2012 e dá outras providências.
2012	017	Dispõe sobre a atuação do psicólogo como Perito nos diversos contextos.
2012	018	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 1ª região.
2012	019	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 2ª região.
2012	020	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 3ª região.
2012	021	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 4ª região.
2012	022	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 5ª região.
2012	023	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 6ª região.
2012	024	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 7ª região.
2012	025	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 8ª região.
2012	026	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 9ª região.
2012	027	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 10ª região.
2012	028	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 11ª região.
2012	029	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 12ª região.
2012	030	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 13ª região.
2012	031	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 14ª região.

2012	032	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 15ª região.
2012	033	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 16ª região.
2012	034	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 17ª região.
2012	035	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 18ª região.
2012	036	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 19ª região.
2012	037	Institui os valores das anuidades para o exercício de 2013 aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 20ª região.
2012	038	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região para o Exercício de 2012.
2012	039	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região para o Exercício de 2012.
2012	040	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região para o Exercício de 2012.
2012	041	Estabelece a previsão orçamentária dos Conselhos Regionais de Psicologia para o ano de 2013.
2012	042	Autoriza a prorrogação do prazo de negociação previsto na Resolução CFP nº 014/2012, publicada no DOU do dia 19 de julho de 2012, Seção I.
2012	043	Altera a Resolução CFP nº 003/2007, revoga a Resolução CFP 012/2012 e dispõe sobre os valores de diárias e ajuda de custo a serem pagas pelo Conselho Federal de Psicologia.
2012	044	Estabelece a previsão orçamentária do Conselho Federal de Psicologia para o ano de 2013.
2012	045	Altera a Resolução CFP n.º 003/2007 que institui a Consolidação das Resoluções do CFP.
2012	046	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região para o Exercício de 2012.



4
PRODUÇÃO DIGITAL



4. PRODUÇÃO DIGITAL

Em 2012, o Setor de Informática do CFP construiu e alimentou as seguintes páginas na internet, em hotsites e em sistemas de inscrição on-line de eventos, além dos seguintes materiais gráficos:

SITES E HOTSITES

- Prêmio César Ades
- ANPSINEP
- ABRAPEDE
- 8º CONPSI
- Página de transmissão da APAF (maio)
- Página de transmissão da APAF (dezembro)
- Página de transmissão Psicologia do trânsito em trânsito pelo Brasil
- Página de transmissão da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia
- Página de transmissão Álcool e Drogas
- Página de transmissão Debate - Avaliação Psicológica e os Direitos Humanos
- Página de transmissão Cidadania E Dignidade Na Política Sobre Drogas
- Página de transmissão Mulher
- Página de transmissão 10 anos da Resolução 18-2002 sob uma invisibilidade que faz sofrer
- Página de transmissão Violência contra a Mulher
- Página de transmissão Reunião CREPOP 2012
- Página de transmissão Sistema Prisional
- Página de transmissão Seminário Nacional de Encerramento do Ano Temático da Avaliação Psicológica
- Página de transmissão Aspectos Técnicos políticos da Internação Compulsória e Interdição
- Página de transmissão Atuação da(o) psicóloga(o) no CAPS
- Página de transmissão Atuação dos psicólogos nos programas de medidas socioeducativas em meio aberto
- Página de transmissão Psicologia e CREAS Identidade e Desafios

- Acompanhamento da implantação do novo site do CFP e identificação de erros
- Página de envio de artigo para a Revista Ciência e Profissão: 50 anos de profissão no Brasil
- Nova proposta de design para o sistema de eventos do CFP

SISTEMAS

- Implementação, manutenção e suporte para sistema da BVS-Psi
- Implementação, manutenção e suporte no SATEPSI
- Adequação do Sistema Credenciamento de Site à resolução N.º 11/2012.
- Implementação, manutenção e suporte no CLig, Sistema de Controle de Ligações
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Inscrição da 2ª Mostra Nacional de Práticas Profissionais
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Inscrição do I Encontro Paulista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Inscrição da VI Mostra Regional de Práticas em Psicologia do Rio de Janeiro.
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Inscrição da I Mostra Regional de Práticas em Psicologia – A Técnica Aliada à Arte “50 Anos de História” do Rio Grand do Sul.
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Inscrição do 8º Congresso Norte Nordeste de Psicologia.
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Inscrição do Seminário “Atuação do Sistema Prisional Brasileiro”.
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Inscrição do Seminário de Trânsito.
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Questionário do CREPOP: População de Rua
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema da Consulta pública do CREPOP: Mulher
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema da Consulta pública do CREPOP: Sistema Prisional
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema da Consulta pública do CREPOP: Educação Básica

- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema da Consulta pública do CREPOP: Medidas Socioeducativas em meio aberto
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema da Consulta pública do CREPOP: CAPS
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema da Consulta pública do CREPOP: CREAS
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Manifesto on-line: PL 30 Horas.
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Manifesto on-line: Não ao Ato Médico.
- Implementação, manutenção e suporte ao Sistema de Manifesto on-line: Povo Guarani-Kaiowá.
- Levantamento de requisitos para o sistema de Credenciamento de Cursos da ABEP
- Levantamento de requisitos para o sistema de Gestão de Eventos do CFP.
- Levantamento de requisitos para o sistema de Intranet do CFP.

E-MAIL MARKETING

- Pesquisa CONPSI
- Migração de dados para nova plataforma de e-mail marketing
- Elaboração do termo de referência para contratação de nova ferramenta de e-mail marketing

STREAMING

- Elaboração do termo de referência para contratação de nova ferramenta de transmissão ao vivo
- Implantação da nova tecnologia nos site de transmissão

MATERIAIS GRÁFICOS

BANNERS

- 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia

PUBLICAÇÕES

- Diagramação do Book de captação da 2ª Mostra
- Ajustes no Jornal da 2ª Mostra

CARTAZES

- Redesenho dos posters de países estrangeiros para a 2ª Mostra

CERTIFICADOS

- 2ª Mostra
- 1º Encontro Paulista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE
- Avaliação Psicológica na Perspectiva dos Direitos Humanos
- Álcool e outras Drogas: Um desafio para as/os profissionais de Saúde
- II Seminário da Psicologia nos países de língua Portuguesa

CONVITES

- Diagramação do convite da 2ª Mostra

TROFÉUS E PLACAS

- Projeto do troféu do 2º Prêmio Paulo Freire
- Projeto da placa para Ordem dos Psicólogos Portugueses
- Confecção da placa de homenagem para Ana Bock
- Confecção da placa de homenagem para luta antimanicomial
- Confecção da placa de homenagem para César Ades
- Confecção da placa de acrílico para a lista de ramais

PLANTAS

- Layout da APAF

SINALIZAÇÃO

- Sinalização da APAF
- Nova sinalização de setores do CFP
- Faixa para II Seminário da Psicologia nos países de língua Portuguesa

PROGRAMA DE IDENTIDADE VISUAL

- Edição do cartão de visita dos conselheiros
- Arte de recibo
- Criação da capa de DVD "Programas do CFP sobre: Mulheres, Drogas e Cidadania e Comunicação"

- Crachá para o II Seminário da Psicologia nos países de língua Portuguesa
- Folder da programação do II Seminário da Psicologia nos países de língua Portuguesa

APRESENTAÇÕES (EM POWERPOINT)

- Sistema de eventos do CONPSI

ILUSTRAÇÃO

- Criação do infográfico “Psicologia e trânsito no Brasil: Uma discussão urgente e necessária”





BVS-PSI E BVS
ULAPSI



5. BVS-PSI E BVS ULAPSI

O ano de 2012 foi de muitas realizações para a BVS-Psi, tanto do Brasil, quando da América Latina. Isto porque se consolidou ainda mais como a maior rede temática regional que utiliza a metodologia da BIREME. Também finalizou 2012 com 7 sites, sendo 6 de bibliotecas nacionais, a saber: Argentina, Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai e a BVS-Psi Regional, que integra todas as BVS-Psi nacionais em um único metabuscador. Ressalta-se, ainda, o renascimento da BVS-Psi ULAPSI Peru, que ficou fora do ar durante dois anos depois do ataque de hackers, e a certificação da BVS-Psi ULAPSI Uruguai.

A Coordenação Técnica Científica (CTC) é responsável por intermediar o Comitê Consultivo e a equipe operacional da BVS-Psi. Em 2012, a CTC se reuniu em quatro oportunidades, nas quais foram discutidas as questões referentes aos avanços e promoção da BVS-Psi. Participaram das reuniões: Ana Paula Noronha (CFP), Acácia Aparecida Angeli dos Santos (ULAPSI), Carla do Nascimento (Biblioteca do IPUSP), Celso Renato (ULAPSI), Maria Imaculada Cardoso Sampaio (Biblioteca do IPUSP), Roberta Azzi (ULAPSI), Teresa Oliveira Peres (Biblioteca do IPUSP), Fabián Rueda (FENPB), Karina (Setor de informática do CFP) e Livia Davanzo (Ascom CFP). Fabián Rueda levou ainda os relatos da BVS-Psi para socializar com os membros do FENPB.

A CTC, apoiada por representantes de outras entidades do FENBP, é responsável pela avaliação de revistas para inclusão no Portal de Revistas de Psicologia (PePSIC) e na LILACS. Em 2012, foram avaliados e aprovados 18 títulos, sendo 7 brasileiros e 11 da Colômbia, Peru e México. O PePSIC está posicionado no 33º lugar no `\emph{Webometrics}`, no quesito portais. Para LILACS, foram avaliados e aprovados 15 títulos de revistas brasileiras e de outros países da América Latina.

A seguir, alguns dados referentes a 2012 como demonstrativos do crescimento das fontes de informação da BVS-Psi ULAPSI Brasil:

Index Psi Periódicos - 3466 registros inseridos

Lilacs - 1018 registros indexados

Index Psi Teses - 371 teses incluídas

Index Psi Livros - 109 livros divulgados

Livros eletrônicos - 116 livros indexados e incorporados à metabusca

Eventos - 147 inseridos

Vídeos - 109 acrescentados à base de dados

A alimentação e manutenção das fontes de informação é feita de forma descentralizada e cooperativa pelos bibliotecários da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP), que neste ano recebeu a adesão de mais 7 bibliotecas. São agora 181 Bibliotecas que auxiliam na manutenção das fontes de informação e capacitam o usuário para a utilização da BVS-Psi.

A seguir, os principais eventos e atividades especiais desenvolvidos no ano de 2012:

EVENTOS

1) BVS-PSI ULAPSI NO IV CONGRESSO DA ULAPSI, EM MONTEVIDÉU - URUGUAI

No dia 27 de abril de 2012, foi realizada a Reunião do Comitê Consultivo da BVS-Psi ULAPSI, na Biblioteca da Faculdade de Psicologia em Montevideo, Uruguai. Marcaram presença os representantes da Argentina, Brasil, México, Paraguai e Uruguai, os quais fizeram uma breve explanação do panorama das bibliotecas virtuais e destacaram os avanços e dificuldades nos países.

Ao final da reunião, foram elencadas ações específicas que deverão ser consideradas para que o projeto avance fortemente, por exemplo organizar a participação da BVS-Psi ULAPSI no V Congresso da ULAPSI, que será realizado na Guatemala, em 2014.

Durante os três dias do Congresso, a BVS-Psi ULAPSI foi apresentada e diversos participantes do evento foram capacitados para o uso da fonte de informação que chamou a atenção pelo volume de informação organizada e disponível em acesso aberto, principalmente no Portal de Revistas de Psicologia, o PePSIC.

2) BVS-PSI ULAPSI URUGUAI

A Biblioteca Virtual de Psicologia Uruguai foi certificada em 9 de agosto de 2012 pela BIREME/OPAS. O processo de certificação pela BIREME representa o reconhecimento de que a Biblioteca Virtual está operando dentro das normas e padrões para as BVSs e que a atualização está sendo efetuada de forma qualitativa. A BVS-Psi Uruguai é a segunda biblioteca temática de Psicologia a ser certificada pela BIREME. A primeira foi a do Brasil.

3) LANÇAMENTO DA BVS-PSI PARAGUAI

A Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia da União Latino-americana das Entidades de Psicologia do Paraguai (BVS-Psi ULAPSI Paraguai) foi apresentada ao público no dia 10 de agosto de 2012.

4) DIA NACIONAL DA BVS-PSI

No dia 28 de agosto, em comemoração ao Dia Nacional da BVS-Psi, houve o "Tira-Dúvidas Virtual", transmitido pelo IPTV/USP. Questões levantadas no debate virtual do ano passado foram retomadas e os participantes responderam as dúvidas a partir de buscas práticas na BVS-Psi.

5) SEMANA DO PSICÓLOGO - PRESENTE DA APA E DOT.LIB

De 28 de agosto a 3 de setembro de 2012, a Dot.Lib, distribuidor das bases de dados da APA - American Psychological Association no Brasil, disponibilizou um Trial para as bibliotecas da ReBAP explorarem os recursos disponíveis para pesquisa e divulgarem aos seus usuários. A Biblioteca do IPUSP ofereceu o login e senha para os alunos, professores e pesquisadores que se interessaram em acessar as fontes de informação da APA.

6) REUNIÃO TÉCNICA DA REBAP

No dia 20 de setembro, as bibliotecas cooperantes da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia - ReBAP participaram do VII Encontro de Bibliotecas da Área de Psicologia, inserido na programação do XVII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), em Gramado (RS).

O objetivo foi reunir os bibliotecários da ReBAP diretamente responsáveis pela atividade de cadastramento e indexação para troca de experiências, promoção de ajustes e discussões sobre vantagens e obstáculos na realização de atividades cooperativas. A reunião foi coordenada pelas bibliotecárias do IPUSP Carla Nascimento e Ana Rita Junqueira Linguanotto.

5.1 - DESAFIOS NA BVS-PSI MOVIMENTARAM A MOSTRA DE PSICOLOGIA

Em um espaço destinado à BVS, a equipe da Biblioteca Dante Moreira do Instituto de Psicologia da USP, sede da BVS-Psi, em parceria com a bibliotecária do Conselho Regional da Bahia (CRP-03) e do bibliotecário do Conselho Regional de São Paulo (CRP-06), apresentaram a BVS-Psi e capacitaram alunos, docentes e pesquisadores no uso das fontes de informação que compõem a Biblioteca Virtual.

Não foi possível estimar o número total de psicólogas (os) que visitaram o espaço, entretanto, as capacitações e desafios promovidos demonstram o muito que se promoveu a BVS-Psi. As capacitações e desafios de chegar a um material da BVS-Psi, concorrendo a prêmios, incentivaram os participantes a acessar as fontes de informação.

DADOS

Capacitações relâmpago: 24

Psicólogas e psicólogos capacitados: 600

Desafios: 45

Psicólogas e psicólogos que participaram dos desafios: 459

Prêmios oferecidos: 55

Visitaram o lounge da BVS-Psi: presidente do CFP, gerentes do CFP e do CRP-06, presidentes

de vários CRPs, curadores da Mostra: Marcos Ferreira e Monalisa e autoridades da Psicologia brasileira. As fotos dos desafios, capacitações e visitas estão na Linha do Tempo da BVS-Psi (www.bvs-psi.org.br).



5.2 – NOVIDADES DO CRICS 2012 PROMOVEM MELHORIAS PARA AS BIBLIOTECAS VIRTUAIS

A Coordenadora Técnica da BVS-Psi ULAPSI Brasil e BVS-Psi ULAPSI, Maria Imaculada Cardoso Sampaio, e Roberta Azzi, colaboradora do CFP para assuntos da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa, participaram das atividades do 9º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde (CRICS9) e da 6ª Reunião de Coordenação Regional da BVS (BVS6). Os preparativos para estes eventos tiveram início bem antes de suas datas oficiais, 20 e 21 de outubro de 2012 (BVS6) e 22 a 25 de outubro de 2012 (CRICS9). Três Grupos de Trabalhos (GTs) organizaram reuniões virtuais com o objetivo de levar para a Reunião da Coordenação Regional da BVS, que este ano foi em Washington, na sede da Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), os resultados efetivos sobre a gestão das Bibliotecas Virtuais que utilizam o modelo BVS. A Reunião, que acontece integrada ao CRICS, é o mais importante fórum presencial de intercâmbio de experiências e conhecimento entre a rede de instituições produtoras, intermediárias e usuárias de informação científica e técnica em saúde da BVS.

Os GTs discutiram os temas: Gestão de Redes de Colaboração (GT1), Produtos e Serviços das BVSs (GT2) e Tecnologias (GT3). A BVS-Psi ULAPSI coordenou uma das reuniões do GT1, realizada no dia 14 de agosto de 2012, via Internet. O tema desenvolvido, Como fortalecer e articular as redes nacionais e garantir a sustentabilidade para o desenvolvimento da BVS?, contou com a participação de 90 profissionais de 17 países. Essa reunião do GT1 teve como objetivo

apresentar e discutir alternativas de ação para o fortalecimento e articulação das redes nacionais, visando garantir a sustentabilidade para o desenvolvimento da BVS. Os resultados do GT1 foram apresentados e discutidos na reunião BVS6, no dia 20 de outubro de 2012.

Ao final da reunião BVS6, foram apresentadas recomendações para melhorias da gestão das Bibliotecas Virtuais e, também, a Declaração de Washington ([HTTP://www.crics9.org/pt/declaracao-de-washington-d-c/](http://www.crics9.org/pt/declaracao-de-washington-d-c/)): “Rumo ao fortalecimento da informação e do conhecimento como bens públicos”, cuja leitura encerrou o CRICS9, no dia 24 de outubro.

Aproveitando a oportunidade de aproximação, os representantes das BVSs do Brasil se reuniram com o objetivo de organizar encontros que possibilitem maior compartilhamento de experiências entre as Bibliotecas Virtuais brasileiras. São 17 BVSs certificadas, 14 em desenvolvimento e 2 projetos pilotos, totalizando 33 bibliotecas virtuais no Brasil, que têm demandas e problemas diferentes, mas as soluções são muito parecidas e é desejável que sejam compartilhadas.

A oportunidade promoveu a interação com coordenadores das bibliotecas virtuais do México, Paraguai, Peru, Argentina e outros países. Também é importante destacar a aproximação estabelecida com os assuntos da BVS e portugueses, promovida pelo contato de Roberta Azzi com a equipe da BIREME.

Além da participação no CRICS, foram realizadas visitas à Biblioteca da *National Library of Medicine* (NLM) e à *Library of Congress* (LC). Da NLM, pudemos observar o sistema gerador da MEDLINE, uma das mais importantes bases de dados da área de Ciências da Saúde.

5.3 - BVS-PSI CONTRIBUI PARA A RETOMADA DA BVS ADOLEC

Em operação desde 1999, a BVS Adolec tem como objetivo promover o acesso online, eficiente e equitativo à informação científica e técnica relevante sobre a saúde de adolescentes e jovens no Brasil. Nos últimos anos, as atividades da BVS Adolec foram diminuindo de intensidade e a Biblioteca Virtual perdeu seu potencial informacional junto aos profissionais da área e aos adolescentes, pois até o serviço de atendimento foi descontinuado.

O Ministério da Saúde, a partir de sua Coordenação da Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem/DAPES/SAS/MS, retomou o processo de construção da Biblioteca Virtual como prioridade dessa gestão e convidou a coordenadora técnica da BVS-Psi para integrar o Comitê Consultivo.

O Comitê Consultivo reformulado realizou sua primeira reunião no dia 01 de novembro de 2012, durante o 12º Congresso Brasileiro de Adolescência, em Florianópolis. Claudia Guzzo, responsável pelo Monitoramento das Instâncias e Projetos BVS, apresentou o modelo BVS e o seu potencial de construção de fontes de informação e integração em redes de cooperação.

Nesta reunião, foi formado o Comitê Gestor, que se responsabilizará pela gestão técnica e operacional da BVS Adolec, uma vez que o Comitê Consultivo é o organismo de decisões políticas da Biblioteca Virtual. A coordenação técnica da BVS-Psi foi convidada a integrar, também, esse Comitê Gestor.



No dia 02 de novembro, houve uma reunião de trabalho com Isabel Bouzas, coordenadora científica da BVS Adolec, para o esboço de um plano de ação para a retomada da Biblioteca Virtual.

5.4 - AVALIAÇÃO DE REVISTAS DE PSICOLOGIA

Na área de Psicologia, 2084 títulos foram avaliados, sendo que 1743 foram classificados na última avaliação. Tivemos 42 títulos que aumentaram suas notas em pelo menos um ponto. Os títulos que tiveram aumento mais expressivo (pontuação maior que um) estão listados na tabela a seguir:

Títulos Nacionais	ISSN	Triênio		Pontos acumulados
		2007-2009	2010-2012	
Psychology & Neuroscience (Impresso e Online)	1984-3054	B4	A2	4
Psicologia Revista	1413-4063	C	B3	3
Arquivos Brasileiros de Psicologia (UFRJ. 2003)	1809-5267	B2	A2	2
Avaliação Psicológica (Impresso)	1677-0471	B3	B1	2
Ciência: Comportamento e Cognição	1981-3287	B5	B3	2
Epistemo-Somática (Impresso)	1980-2005	C	B4	2
Interação em Psicologia (Impresso e Online)	1981-8068	B2	A2	2
Paidéia (USP. Ribeirão Preto. Impresso)	0103-863X	B1	A1	2
Psicologia em Pesquisa (UFJF)	1982-1247	B4	B2	2
Psicopedagogia On Line	1808-6225	B5	B3	2
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (Impresso)	1517-5545	B3	B1	2

Fonte: WebQualis.
Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaCritério2004.faces>. Acesso em: 16 abr. 2012.

O trabalho colaborativo de editores, autores, bibliotecas e demais atores envolvidos no processo editorial de periódicos promoveu a indexação de vários títulos em bases de dados importantes como Scopus, Psycodoc, Clase e outras, e também refletiu no resultado da última avaliação Qualis.

Constatamos que 41 títulos PePSIC subiram no ranking da avaliação. Assim, o PePSIC publica atualmente 4 títulos A2, além de títulos B1 e B2. Títulos que foram avaliados pela primeira vez e que estão publicados no PePSIC já entraram no extrato B2.

A revista *Psychology & Neuroscience* foi a que subiu mais pontos. O resultado da avaliação está disponível no site da ANPEPP. Acesse: <http://goo.gl/cxuCK>

5.5 - CAPACITAÇÕES PEPSIC

No período de 13 a 17 de fevereiro, foi ministrado o treinamento da metodologia SciELO para editores nas atividades de editoração, marcação e gestão das revistas. Participaram do treinamento:

- Portal RevOdonto
- Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho - São Paulo/SP
- Estudos e Pesquisa em Psicologia - Rio de Janeiro/RJ
- Saúde e Transformação Social - Florianópolis/SC (Novo título PePSIC)
- Temas em Psicologia - Ribeirão Preto/SP

Na semana de 27 a 31 de agosto, aconteceu mais uma capacitação do Portal PePSIC na metodologia SciELO. Estiveram presentes nove representantes e contamos pela primeira vez com uma editora da América Latina. A seguir, os títulos das revistas participantes:

- Revista Electrónica de Psicología Política
- Psicologia Teoria e Prática
- Revista Electrónica de Psicología Política
- Transformações em Psicologia
- Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia
- Cadernos de Psicanálise
- Perspectiva em Análise do Comportamento

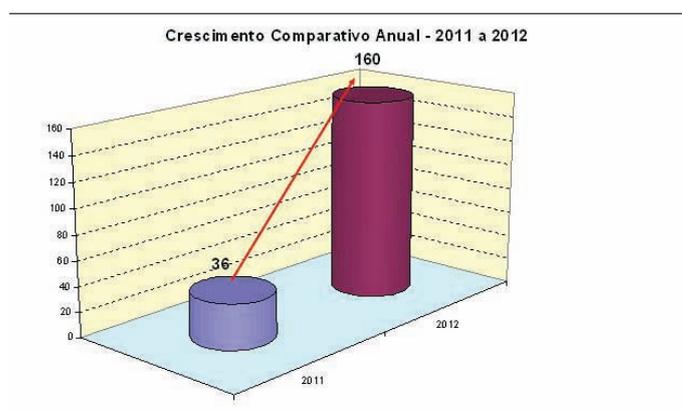
5.6 - NOVOS TÍTULOS APROVADOS PARA O PORTAL PEPSIC

Na reunião do dia 14 de junho, o Comitê Técnico Científico aprovou mais nove títulos para serem publicados no Portal de Periódicos Eletrônicos PePSIC. São eles:

- 1) Cadernos de Psicanálise - Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ
- 2) Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina - Londrina/PR
- 3) Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia - Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia/MG
- 4) Revista Psicologia e Saúde - Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande/MS
- 5) Revista Salud y Sociedad - Universidad Católica Del Norte de Concepción y de Tarapacá - Colômbia
- 6) Revista Psicogente - Universidad Simón Bolívar - Colômbia
- 7) Neuropsicologia Latinoamericana - Sociedade Latinoamericana de Neuropsicología
- 8) IGT na Rede - Instituto Gestalt Terapia - Rio de Janeiro/RJ
- 9) Revista de Psicologia GEPU - Universidad Del Valle - Colômbia

5.7 - ALGUNS DADOS DO PEPSIC – 2012

O Portal PePSIC termina o ano com um crescimento anual de 444% em comparação ao número de fascículos publicados em 2011. Em 2011, foram 36 fascículos e, em 2012, 160 fascículos.



Além do crescimento em números também houve o crescimento em títulos. Neste ano, foram publicados 6 títulos novos:



Atualmente O Pepsic é o 33º maior repositório mundial com:

- 117 periódicos;
- 1.663 fascículos;
- 22.105 artigos;
- 477.220 citações.

5.8 - REDE BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS DA ÁREA DE PSICOLOGIA - REBAP

Foram recebidas mais 7 bibliotecas em 2012:

- Instituto de Psicologia Aplicada e Formação -- IPAF de São Paulo/SP
- Centro Universitário La Salle -- UNILASALLE de Canoas/RS
- Faculdade Vale do Salgado (TCC Educação, Ciência e Cultura Ltda.) -- Icó/CE
- Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (Fundação Arnaldo Vieira Carvalho) -- FCMSCSP -- São Paulo/SP
- Sociedade Padre Anchieta de Ensino -- Jundiaí/SP
- Faculdade São Camilo -- Rio de Janeiro/RJ
- Seminários Winnicott POA -- Porto Alegre/RS

5.9 - CAPACITAÇÃO LILDBI: FERRAMENTA QUE ATUALIZA A BVS-PSI



Nos 10 e 11 de dezembro de 2012, tivemos mais uma capacitação no uso da Metodologia LILDBI Web Psi, que é a ferramenta que possibilita a entrada de dados na BVS-Psi ULAPSI Brasil. Foram capacitados 9 bibliotecários de diversas instituições do País. Além da entrada de artigos de periódicos científicos e teses, os profissionais também poderão contribuir com a atualização do Diretório de Eventos de Psicologia.

As revistas que começarão a ser indexadas por esse grupo são: Nova Perspectiva Sistêmica, Rabisco, Opção Lacaniana, Revista da Abordagem Gestáltica, Psicologia: Ensino e Formação, Contato, Temas sobre Desenvolvimento, Boletim - Academia Paulista de Psicologia e Encontro: revista de Psicologia.

5.10 - NOVOS LIVROS ELETRÔNICOS NA BVS-PSI

O acervo de livros eletrônicos em Psicologia e áreas afins da BVS-Psi cresceu significativamente no mês de outubro, passando de 34 para 112 e-books disponíveis e cadastrados. Os novos livros podem ser consultados em: <http://goo.gl/W2a1f> ou acesse o acervo em: <http://goo.gl/K2b6P>.

REUNIÕES



6. REUNIÕES

6.1 REUNIÕES DO XV PLENÁRIO

O XV Plenário do CFP, composto por 22 conselheiros, sendo nove efetivos, onze suplentes e duas psicólogas convidadas, realizou reuniões para discutir e encaminhar as políticas deliberadas pelo VII Congresso Nacional da Psicologia:

PLENÁRIAS

16 Plenárias do XV Plenário do CFP, sendo 13 presenciais em Brasília-DF e 3 telefônicas.

Plenárias	Dias	Local
16ª Plenária Ética e 17ª Plenária (Planejamento Estratégico)	26 a 28/1/12	Brasília, DF
18ª Plenária Telefônica Extraordinária	2/2/2012	
19ª Plenária	24 e 25/2/2012	Brasília, DF
20ª Plenária	16 e 17/3/2012	Brasília, DF
21ª Plenária	13 e 14/4/2012	Brasília, DF
22ª Plenária	4 e 5/5/2012	Brasília, DF
23ª Plenária	15 e 16/6/2012	Brasília, DF
24ª Plenária Telefônica Extraordinária	9/7/2012	
25ª Plenária	27 e 28/7/2012	Brasília, DF
26ª e 27ª Plenárias	31/8 e 1/9/2012	Brasília, DF
28ª Plenária	4 a 6/10/2012	Brasília, DF
29ª e 30ª Plenárias	30/11 e 1/12/2012	Brasília, DF
31ª Plenária Telefônica Extraordinária	4/12/2012	

REUNIÕES DE DIRETORIA

25 reuniões de Diretoria, sendo 9 presenciais em Brasília/DF, 3 presenciais em São Paulo/SP e 13 telefônicas;

Reuniões presenciais de diretoria	
DATA	LOCAL
25 de janeiro	Brasília, DF
15 de março	Brasília, DF
12 de abril	Brasília, DF
3 de maio	Brasília, DF
14 de junho	Brasília, DF
29 de junho	São Paulo, SP
26 de julho	Brasília, DF
3 de agosto	São Paulo, SP
16 de agosto	São Paulo, SP
30 de agosto	Brasília, DF
4 de outubro (Reunião com o Conselho de Fonoaudiologia)	Brasília, DF
29 de novembro	Brasília, DF

Reuniões telefônicas de diretoria
04 de Janeiro
08 de Fevereiro
12 de Abril
16 de Julho c/ Marcelo Andrade Magalhães
20 de Agosto
14 de Setembro
01 de Novembro
06 de Novembro c/Ana Luiza Castro
13 de Novembro
20 de Novembro
29 de Novembro c/ Ana Paula Castro
11 de Dezembro
12 e Dezembro

APAF

2 Assembleias das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF);

DATAS	LOCAL
26 E 27 DE MAIO	Brasília, DF
15 E 16 DE DEZEMBRO	Brasília, DF

REUNIÕES DE PRESIDENTES

4 reuniões de Presidentes, sendo 2 presenciais em Brasília/DF e 2 telefônicas;

DATAS	LOCAL
2 DE FEVEREIRO	Telefônica
25 DE MAIO	Brasília, DF
2 DE AGOSTO	Telefônica
14 DE DEZEMBRO	Brasília, DF

REUNIÕES DE TESOUREIROS

4 reuniões de Tesoureiros, sendo 2 presenciais em Brasília/DF e 2 telefônicas;

DATAS	LOCAL
25 DE MAIO	Brasília, DF
19 DE NOVEMBRO	Telefônica
23 DE NOVEMBRO	Telefônica
14 DE DEZEMBRO	Brasília, DF

REUNIÕES TELEFÔNICAS

As reuniões telefônicas são instrumentos de gestão no apoio às políticas e coordenação administrativa do CFP. Os temas são diversos, incluindo os Grupos de Trabalho retirados na APAF; as representações internas e externas; os Seminários, Congressos e Fóruns dos quais o CFP participa, apoia e/ou organiza; apoio a entidades parceiras e campanhas de objetivos comuns aos do CFP; gestão administrativa; apoio/orientação às gestões dos CRPs.

No ano de 2012, foram realizadas 293 reuniões telefônicas, o que soma 2.246 participantes destas.

REUNIÕES TELEFÔNICAS DO ANO DE 2012		
MÊS	NÚMERO DE TELES	Nº DE PARTICIPANTES DAS REUNIÕES TELEFÔNICAS
JANEIRO	14	96
FEVEREIRO	16	172
MARÇO	31	278
ABRIL	42	275
MAIO	34	208
JUNHO	24	161
JULHO	33	295
AGOSTO	33	263
SETEMBRO	10	98
OUTUBRO	22	151
NOVEMBRO	19	146
DEZEMBRO	15	103
TOTAL GERAL DO ANO DE 2012	293	2.246

AUDITORIAS

Nos meses de fevereiro a junho, foram realizadas 20 auditorias, por empresa independente, conforme diretrizes do Tribunal de Contas da União, uma em cada CRP e uma no CFP.

CALENDÁRIO DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO ANO DE 2012	
CRP – 01 / DF	16 a 23 de abril
CRP – 02 / PE	12 a 16 de março
CRP – 03 / BA	5 a 9 de março
CRP – 04 / MG	5 a 9 de novembro
CRP – 05 / RJ	13 a 17 de agosto
CRP – 06 / SP	10 a 14 de setembro
CRP – 07 / RS	20 a 24 de agosto
CRP - 08 / PR	7 a 11 de maio
CRP – 09 / GO/TO	23 a 27 de abril
CRP-10/PA/AP	4 a 6 de junho
CRP – 11/CE/PI/MA	3 a 6 de setembro
CRP – 12 / SC	28 a 31 de agosto
CRP – 13 / PB	15 a 18 de maio
CRP – 14/MS	28 a 31 de agosto

CRP – 15 / AL	30 de julho a 3 de agosto
CRP – 16 / ES	11 a 14 de setembro
CRP – 17 / RN	7 a 10 de maio
CRP-18 / MT	28 a 31 de maio
CRP-19 / SE	11 a 14 de junho
CRP-20 / AM/AC/RO/RR	27 a 28 de novembro

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CFP

Realizado em janeiro de 2012, o qual gerou o plano de ações do CFP para o referido ano.

DOCUMENTOS OFICIAIS PRODUZIDOS

Encaminhamentos/Sínteses - 23, entre Reuniões plenárias, APAFs e Reuniões de Presidentes e Tesoureiros.

Atas - 15, entre Reuniões Plenárias e APAFs.

Total de documentos oficiais para arquivo do CFP - 38.

Outras atividades

DATAS	EVENTO	LOCAL
23 DE AGOSTO	SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA PSICOLOGIA NO BRASIL	Senado Federal, Brasília-DF.
31 DE AGOSTO	SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA PSICOLOGIA NO BRASIL	Câmara dos Deputados, Brasília-DF.
19 E 20 DE OUTUBRO	ENCONTRO COFs E CDHs	Brasília-DF.

AUDIÊNCIAS

Audiência com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Carlos Nobre.

Data:03/05/12

Representante do CFP: Clara Goldman.

Pauta: emergências e desastres.

Audiência com o ministro da educação, Aloízio Mercadante.

Data: 03/05/12

Audiência com Fernando Menezes, secretário adjunto da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES).

Data: 30/05/12

Representante do CFP: Humberto Verona.

PAUTA: ATO MÉDICO

Audiência com ministra da Cultura Marta Suplicy.

Data: 30/05/12

Representante do CFP: Humberto Verona.

PAUTA: ATO MÉDICO

Audiência com ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário, delegada a Deise Benedito.

.

Data: 05/06/12

Representante do CFP: Monalisa Barros e Flávia Lemos.

PAUTA: 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.

Audiência com presidente do CEFESS, Samya Rodrigues.

Data: 14/06/12

Representante do CFP: Diretoria.

PAUTA: Internação Compulsória, Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, Graduação à distância, Emissão de laudos e pareceres por assistentes sociais, psicólogas (os) e Justiça Federal.

Audiência com deputada federal, Erika Kokay (PT/DF).

Data: 14/06/12

Representante do CFP: Diretoria.

PAUTA: PEC nº 20/99.

Audiência com ministra da Cultura, Marta Suplicy.

Data: 15/06/12

Representante do CFP: Diretoria.

PAUTA: PEC nº 20/99.

Audiência com ministra chefe da Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas, delegada a Morgana Cristina Santos.

Data: 03/07/12

Representante do CFP: Monalisa Barros.

PAUTA: 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.

Audiência com ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Data: 14/08/12

Representante do CFP: Monalisa Barros.

PAUTA: 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.

Audiência conjunta com Sobrapa, com ministro da saúde, Alexandre Padilha.

PAUTA: Acupuntura.

Audiência com o Ministério da Justiça, com o ministro José Eduardo Cardozo.

Data: 17/10/2012

PAUTA: Solicitação de audiência para tratar de assuntos relativos à ameaça à e às terras do povo Guarani-Kaiowá da aldeia Passo Piraju.

Audiência com o Procurador Geral dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios.

Data: 28/10/2012

PAUTA: Ano do lançamento do relatório das Inspeções Nacionais em locais de internação para usuários de álcool e outras drogas.

Audiência com o CFP solicitada pelo procurador Aurélio Rios, no PFDC.

Data: 20/11/2012

PAUTA: Depoimento especial de crianças e adolescentes.

6.2 FÓRUNS E REPRESENTAÇÕES

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS/MINISTÉRIO DA SAÚDE

Representante: Maria Ermínia Ciliberti (Suplente - Gestão 2010-2013)

Representante: Rosimeire Aparecida da Silva - Posse: ano de 2012 (Titular - Gestão 2013-2016)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - CONAD/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Representante: Marcus Vinicius de Oliveira Silva (Titular)

Representante: Marcelo Magalhães Andrade (Suplente)

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT - CNCD/SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Representante: Celso Francisco Tondin - Posse: 2011 (Titular - Gestão 2011-2013)

Representante: Sandra Elena Sposito - Posse: 2011 (Suplente - Gestão 2011-2013)

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM/SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Representante: Marilda Castelar - Posse: ano de 2010 (Titular - Gestão 2010-2013)

CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CNPIR/SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Representante: Maria Lucia da Silva - Posse: ano de 2012 (Suplente - Gestão 2012-2014)

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA/SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Representante: Sandra Amorim (Suplente - Gestão 2012-2013)

Representante: Esther Maria de Magalhães Arantes - Posse: ano de 2012 (Titular - Gestão 2013-2014)

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Representantes: Márcia Mansur Saadallah e Deborah Akerman (Gestão 2012-2014)

Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP/Ministério da Justiça

Representante: Pedro Paulo Bicalho (Titular - Gestão 2011-2012)

Representante: Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo - (Suplente - Gestão 2011-2012)

Representante: Pedro Paulo Bicalho - Posse: ano de 2013 (Titular - Gestão 2013-2014)

Representante: Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo - Posse: ano de 2013 (Suplente - gestão 2013-2014)

COMISSÃO NACIONAL DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA - CNAIDS/MINISTÉRIO DA SAÚDE

Representante: Monalisa Nascimento dos Santos Barros (Titular)
 Representante: Edna Maria Severino Peters Kahhale (Suplente)

COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - CNRMS/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Representante: Heloiza Massanaro

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE MENTAL - CISM/CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Representante: Maria Ermínia Ciliberti (Titular)

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR - CIST/ CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Representante: Maria Ermínia Ciliberti (Titular)

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CIAF/ CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Representante: Marilene Proença Rebello de Souza (Suplente)

Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência

Social/Conselho Nacional de Assistência Social

Representante: Márcia Mansur Saadallah

Comissão Intergestores Tripartite/ Conselho Nacional de Saúde

Representante: Maria Ermínia Ciliberti

Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - CIPICSUS/ Conselho Nacional de Saúde

Representante: Rosemeire Cristina Rodrigues

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRAVESTIS - CISPLGBT/CNS

Representação: Sandra Helena Sposito

COMISSÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CISPDI/ CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Representantes: Maria Chistina Barbosa Veras e Daniela Ribeiro Mundim e Silva

COMITÊ DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL/MINISTÉRIO DA SAÚDE

Representante: Roseli Goffman

COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO NA SAÚDE SUPLEMENTAR - COGEP/AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Representantes: Anice Holanda e Roseli Goffman

COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA/SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Representantes: Flávia Cristina Silveira Lemos

COMITÊ NACIONAL DE COMBATE À TORTURA E À VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL - CNPCT/SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Representante: Paulo César Endo (Titular)

Representante: Esther Maria de Magalhães Arantes (Suplente)

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O COLÓQUIO

Representante: Sandra Maria Francisco Amorim

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE - CRTS/MINISTÉRIO DA SAÚDE

Representante: Odair Furtado (Titular)

CÂMARA TÉCNICA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Representante: Marilda Castelar

CÂMARA TÉCNICA 01 DA COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE (CNRMS) - APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO, ESPECIALIDADES CIRÚRGICAS / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Representante: Andréa Torres (Titular)

Câmara Técnica 02 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) - Intensivismo, Urgência e Emergência / Ministério da Educação

Representante: Jaqueline Moraes Maia de Oliveira (Titular)

CÂMARA TÉCNICA 03 DA COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE (CNRMS) - ATENÇÃO BÁSICA/SAÚDE E FAMÍLIA E COMUNIDADE/SAÚDE COLETIVA / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Representante: Marcelo Arinos Drummond Junior (Titular)

CÂMARA TÉCNICA 04 DA COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE (CNRMS)/SAÚDE MENTAL /MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Representante: Marcela Adriana da Silva Lucena (Titular)

CÂMARA TÉCNICA 05 DA COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE (CNRMS)/SAÚDE FUNCIONAL / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Representante: Wagner da Costa Sousa (Titular)

Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito - CSTMA/DENATRAN

Representante: Fabián Javier Marín Rueda (Titular)

Representante: Andréa dos Santos Nascimento (Suplente)

FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS TRABALHADORES EM SAÚDE (FENTAS)

Representante: Rosemeire Aparecida da Silva (Titular)

Representante: Maria Erminia Ciliberti (Suplente)

FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS DA ÁREA DA SAÚDE (FCFAS)

Representante: Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro

FÓRUM NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)

Representante: Iolete Silva

FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FNDCA)

Representantes: Iolete Silva e Flávia Cristina Silveira Lemos

FÓRUM NACIONAL DE DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

Representante: Roseli Goffman

FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS DAS PROFISSÕES REGULAMENTADAS

Representante: Deise Maria do Nascimento

FÓRUM NACIONAL DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNTSUAS

Representante: Márcia Mansur Saadallah (Titular)

Representante: Deborah Akerman (Suplente)

FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE

Representante: Celso Francisco Tondin (Titular)

Representante: Marilene Proença Rebello de Souza (Suplente)

FRENTE DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE (FCPAS)

Representantes: Celso Francisco Tondin e Olmar Klich

FRENTE NACIONAL DROGAS E DIREITOS HUMANOS (FNDDH)

Representante: Elisa Zaneratto Rosa (Titular)

Representante: Adriana Eiko Matsumoto (Suplente)

GRUPO DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Representante: Adriana Eiko Matsumoto

GRUPO DE TRABALHO - GT GLOSSÁRIO / FÓRUM MERCOSUL

Representante: Tânia Suely Azevedo Brasileiro

GRUPO DE TRABALHO - MEDIDA PROVISÓRIA 557/11 / CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Representante: Maria Ermínia Ciliberti

GRUPO DE TRABALHO DA CÂMARA TEMÁTICA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE - CSTMA

Representante: Fabián Javier Marín Rueda

GRUPO DE TRABALHO DE MONITORAMENTO DAS CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

Representante: Maria Ermínia Ciliberti

**GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL DE AJUDA HUMANITÁRIA/MINISTÉRIO DE
RELAÇÕES EXTERIORES**

Representantes: Clara Goldman Ribemboim

Tânia Regina

Yvone Duarte

**GRUPO DE TRABALHO - VIOLÊNCIA E PRECONCEITO NAS ESCOLAS/MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**

Representantes: Marilene Proença Rebello de Souza

Deise Maria do Nascimento

Celso Francisco Tondin

Ângela Fátima Soligo

Marilda Gonçalves Dias Facci

Eude Silva Júnior

**GRUPO DE TRABALHO DE DIVULGAÇÃO - COGEP/AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR**

Representante: Anice Holanda e Roseli Goffman

**GRUPO DE TRABALHO DE INDICADORES HOSPITALARES - COGEP/ AGÊNCIA NACIONAL
DE SAÚDE SUPLEMENTAR**

Representante: Anice Holanda e Roseli Goffman

GRUPO DE TRABALHO DE SAÚDE MENTAL/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Representantes: Heloiza Helena Mendonça Almeida e Cynthia Rejane Corrêa Araújo

GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE DE ENFRENTAMENTO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Representante: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

GRUPO DE TRABALHO – COMISSÃO JURÍDICA DA FNDDH

Representante: Elisa Zaneratto Rosa

SUBGRUPO DE ACUPUNTURA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO TRABALHO EM SAÚDE (CRTS) /MINISTÉRIO DA SAÚDE

Representantes: Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro e Anice Holanda

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE-PSICOLOGIA BRASIL - BVS-PSI

Representante: Ana Paula Porto Noronha

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE-UNIÃO LATINO-AMERICANA DE ENTIDADES DE PSICOLOGIA - BVS-ULAPSI

Representantes: Ana Paula Porto Noronha e Maria Imaculada Cardoso Sampaio

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE-PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - BVS-PLP

Representantes: Ana Paula Porto Noronha e Roberta Gurgel Azzi

6.3 PARTICIPAÇÃO EM CONFERÊNCIAS

11 A 14 DE JULHO: 9ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Representantes: Iolete Ribeiro da Silva

Eliana Olinda Alves

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Márcia Mansur Saadallah

Esther Maria de Magalhães Arantes

Roseli Goffman

Flávia Cristina Silveira Lemos

Sandra Maria Francisco de Amorim

**08 A 11 DE AGOSTO: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EMPREGO E TRABALHO DECENTE
– CNETD**

Representante: Flávia Cristina Silveira Lemos

6.4 COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

A Coordenadoria Técnica do CFP assessorou, em 2012, as seguintes Comissões e Grupos de Trabalho.

GTS

- GT de Álcool e outras Drogas;
- GT de Acompanhamento de Projetos Legislativos;
- GT de Mobilidade Urbana e Trânsito na Perspectiva Social;
- GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização dos Sistemas Conselhos de Psicologia;
- GT Nacional de Emergências e Desastres;
- GT Psicologia Organizacional;
- GT Sistema Prisional;
- GT Escala Hare;
- GT Ano Temático da Avaliação Psicológica;
- GT de Credenciamento de *Sites*.

COMISSÕES

- Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica;
- Comissão Nacional de Credenciamentos de Sites;
- Comissão Nacional de Direitos Humanos;
- Comissão de Saúde.





ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO
SOCIAL



7. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

7.1 – ASSESSORIA DE IMPRENSA

No ano de 2012, foram realizados 257 atendimentos à imprensa. O CFP concedeu entrevista sobre os mais variados temas de inserção da Psicologia.

7.2 – REDES SOCIAIS

Em 2012, o Conselho Federal de Psicologia aderiu e cresceu ainda mais nas redes sociais que utiliza (Facebook e Twitter) e fortaleceu o uso como instrumentos potencializadores do diálogo entre o CFP, psicólogas, psicólogos e a sociedade em geral.

As redes se mostraram extremamente positivas para a divulgação de notícias, pois estas passaram a ser discutidas por meio de comentários e *tweets*, que foram amplamente compartilhados. Além disso, por ser uma página aberta, o *Facebook* possibilitou que qualquer pessoa pudesse postar notícias, pedir informações, iniciar debates e divulgar eventos da profissão, entre outras funcionalidades.

The screenshot displays the Twitter profile of the Conselho Federal de Psicologia (@cfp_psicologia). The profile header includes the organization's logo and name, along with its mission statement: "Autarquia. Orienta, fiscaliza e disciplina a profissão de psicólogo. Zela por princípios éticos. Age pelo desenvolvimento da Psicologia, ciência e profissão." and the website "http://www.cfp.org.br". The profile statistics show 2,425 tweets, 158 accounts followed, and 7,709 followers. The "Tweets" section lists three recent posts from April 2012, each accompanied by the organization's logo and a brief description of the event or news item.

No ano de 2012, no Facebook, foi adotado o formato de linha do tempo (timeline) na página do CFP, com disponibilização de conteúdo de forma mais dinâmica e linear, o que permite, até então, observar marcos e publicações em forma cronológica.

Diversos posicionamentos que dizem respeito às diretrizes da Psicologia ganharam visibilidade no ano de 2012, pelas redes sociais, como foi o caso da tramitação Ato Médico, que alcançou mais de 20 mil perfis/páginas com uma única publicação no Facebook. Outros assuntos, como a adoção da carga horária de 30 horas para Psicólogos (os) e a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia também foram os destaques nas redes sociais.

Assim como a página aumentou o número de usuários, o número de participações com comentários e dúvidas também cresceu. Ao longo do ano, foi adotada a estratégia de responder dúvidas postadas ou enviadas por mensagem privada ao CFP.

No Twitter, a postagem continuou presente durante eventos do CFP e contribuiu na distribuição de notícias e outras informações importantes ao longo do ano.

7.2.1 - CRESCIMENTO

O **Facebook** teve crescimento exponencial desde o início do ano de 2012. Foram mais de 33 mil pessoas que “curtiram” a página do Conselho. No segundo semestre, a página do CFP no Facebook teve seu auge onde em apenas um dia conseguiu mais de 3 mil curtidas na página. Ao longo do ano, alcançamos 13 mil usuários ativos mensalmente no **Facebook**, ou seja, aqueles que entram na página pelo menos 1 vez por mês e compartilham algum conteúdo ou atividade através de *sites* de terceiros.

Ao longo do ano, foram batidos dois recordes envolvendo participação de terceiros na página. Comentários em publicação: 1.900 e compartilhamento de publicação: 3.200.

O número de vezes em que visualizaram um histórico de notícias entre pessoas que curtiram ou não a página foi de 6.471.593, entre janeiro a dezembro de 2012. No mesmo período, chegou a mais de 180 mil o número de vezes que visitantes compartilharam nosso conteúdo, sejam publicações simples, URLs, notas ou fotos. A faixa etária da maioria dos usuários do **Facebook** é de 25 a 34 anos, sendo que 82% é formada por mulheres. Das pessoas que “curtiram” a página do CFP, a maioria é de São Paulo/SP, seguida por Rio de Janeiro/ RJ, e Salvador/BA.

No **Twitter** do CFP, o crescimento de novos seguidores também foi grande, com o alcance de mais de 7.500 seguidores.

O @cfp_psicologia teve mais de 2 mil menções, recebimento de mais de 500 mensagens, e de 15 mil de cliques em notícias e links postados.

O público feminino também é majoritário entre os seguidores do *Twitter*, com 70% de mulheres, a maioria na faixa etária de 25 a 34 anos.

7.3 – HOTSITES

Em 2012, a Assessoria de Comunicação desenvolveu cinco hot sites, conforme listado abaixo:

1. Site da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia - <http://mostra.cfp.org.br>
2. Site de divulgação do Prêmio Cesar Ades - <http://premiocesarades.cfp.org.br/>
3. Site do seminário Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil – <http://transito.cfp.org.br>
4. Site do debate online sobre o Sistema Prisional – <http://sistemaprisional.cfp.org.br>



7.3.1 – NOVO SITE DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

No dia 12 de junho ocorreu o lançamento oficial do novo portal do CFP, parte da agenda comemorativa dos 50 anos de regulamentação da Psicologia. O objetivo foi trazer à categoria e aos internautas maior visibilidade para a atuação do Conselho e para as áreas de interesse de psicólogos (os).

A idealização de um novo Portal multimídia veio com a tarefa de se pensar as possibilidades da internet para uma comunicação mais ágil, tendo em vista a importância que as mídias eletrônicas e redes sociais ganharam nos últimos anos. A adequação também se baseou nos novos tempos de produção e recepção das notícias e à diversidade das possibilidades de circulação da informação.

Desta forma, na concepção do novo site, foi dado grande destaque às diversas produções do CFP - como publicações, vídeos e eventos - e a página foi integrada com os perfis do Conselho em redes sociais - Twitter e Facebook, além de permitir o acesso direto a vídeos postados na página do Conselho no YouTube e aos diversos sites temáticos do CFP.

O site trouxe também maior facilidade de acesso a informações demandadas pela categoria, como resoluções, concursos, título de especialista e cadastramento de sites. Na área de notícias, três áreas de destaque foram criadas na página inicial, considerando a importância de notícias imediatas e do acompanhamento das ações do Conselho.

Além disso, para facilitar o diálogo, formas de comunicação com o CFP foram ampliadas por meio da ferramenta Fale Conosco, inclusive com a possibilidade de envio de mensagens ao Presidente e à Ouvidoria e com a promoção de discussões por meio de um fórum de debates.

Outra novidade do site é o espaço dedicado ao Fórum Nacional de Entidades da Psicologia (FENPB) e às relações internacionais - Ulapsi e Psicologia dos Países de Língua Portuguesa.

Com o lançamento do novo site, ocorreu também o resgate do selo POL - Psicologia Online. Este selo retoma o intuito original da Psicologia Online, ou seja, de integração das ferramentas de comunicação virtuais utilizadas atualmente pelo Conselho: site do CFP; boletins eletrônicos; páginas de transmissão de debates online; canal do CFP no YouTube; Twitter do CFP; Facebook do CFP; e sites temáticos produzidos pelo CFP.

7.4 - PUBLICAÇÕES

No ano de 2012 o CFP publicou os seguintes títulos:

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Prêmio Profissional: “Democracia e Cidadania Plena das Mulheres- Brasília: CFP, 2012. 160 p.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Drogas e Cidadania em Debate” / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. 125 p.

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. 2ªMostra Nacional de Práticas em Psicologia - compromisso com a construção do bem comum - Caderno de Programação / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. 400 p.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Prêmio Profissional da Avaliação Psicológica na perspectiva dos Direitos Humanos - Brasília: CFP, 2012.100 p.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no sistema prisional. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. 65 p.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em programas de medidas socioeducativas em meio aberto. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. 79 p.

Periódicos

a) Psicologia: Ciência e Profissão

- A Revista Psicologia: Ciência e Profissão, publicação trimestral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, comemora em 2012 seu primeiro ano na Coleção SciELO Brasil, publicação eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.
- Em 2012, foram lançadas quatro edições da revista, incluindo uma edição especial em comemoração aos 50 anos da Psicologia como profissão no Brasil, publicada no mês de setembro. Foram, ao todo, 72 artigos publicados, sendo 21 na edição especial.
- Durante o ano 2012, a revista recebeu 225 artigos, dos quais 155 estão em processo de avaliação e 61 foram rejeitados por não se adequarem ao padrão da revista

Compuseram a Comissão Editorial da revista:

- Editora Responsável: Marilene Proença Rebello de Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo (SP) - Brasil)
- Comissão Editorial: Neuza Maria de Fátima Guareschi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS) - Brasil)
- Henrique Figueiredo Carneiro (Universidade de Fortaleza, Fortaleza (CE) – Brasil)
- Marcelo da Silva Araújo Tavares (Universidade de Brasília, Brasília (DF) - Brasil)
- Nilson Gomes Vieira Filho (Universidade Federal do Amazonas, Amazonas (AM) – Brasil)
- Luis Antonio dos Santos Baptista (Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (RJ) – Brasil)

b) Jornal do Federal

O Jornal do Federal, periódico que apresenta matérias e textos diversos na área de Psicologia e relata as atividades que envolvem o Sistema Conselhos de Psicologia, teve duas edições no ano de 2012, sendo uma especial dos 50 anos.

Para comemorar o cinquentenário da profissão foi produzida uma edição especial do Jornal do Federal focada nas atividades dos 50 anos, com novo formato, projeto gráfico e editorial, e aproximadamente 60 páginas e 200 mil exemplares distribuídos aos psicólogos e psicólogas cadastrados de todo o Brasil.

O novo formato do jornal - de 18,7 x 26,4 cm - foi inspirado em periódicos franceses, buscando torná-lo mais prático de guardar e carregar. O projeto gráfico foi produzindo pensando em um periódico mais moderno e leve, com uso de fotos, ilustrações e cores vivas. No projeto editorial, a ideia para as matérias foi deixá-las mais leves e próximas da realidade dos psicólogos (as), mostrando a eles a importância de abordar os temas escolhidos.

c) Boletins

O Boletim de notícias do CFP, que tinha periodicidade quinzenal, passou a ser semanal em novembro de 2012, com o objetivo de divulgar notícias mais recentes em boletins menores e menos cansativos. Durante todo o ano foram enviados 24 boletins.

Já o "Notícias do POL" é uma ferramenta utilizada para comunicados urgentes e boletins temáticos. Em 2012 foram enviados 25, sendo alguns especiais, com temas como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o Dia da psicóloga (o).

d) Boletins da Mostra

A 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia contou com divulgação em massa para diferentes públicos, que se deu, em grande parte, por meio de boletins. No ano de 2012 foram enviados 102 boletins, sendo 92 até a véspera da Mostra (18/9). Entre os públicos que receberam os informativos estavam inscritos em geral, apenas estudantes, profissionais inscritos, por região e outros grupos.

A média foi de 1 boletim por semana, chegando a três em épocas de divulgação mais intensa.

7.5 - PROJETO MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

O projeto Memória da Psicologia Brasileira vem sendo realizado pelos Conselhos de Psicologia desde o final dos anos 90. Ele foi formalizado em 1999, com o objetivo estratégico de estabelecer uma referência temporal para a profissão e criar um sentimento de ancestralidade para a construção da profissão comprometida com a realidade social brasileira. O apoio a pesquisas e a trabalhos acadêmicos tinha o sentido de contribuir com a sistematização do conhecimento histórico sobre a profissão, algo que gera

efeitos diretos na vida dos profissionais, porque constrói referências e permite que sejam observados caminhos do desenvolvimento de sua profissão no país.

7.6 - VÍDEOS DA CAMPANHA DROGAS E CIDADANIA

O tema de Álcool e outras Drogas teve grande destaque neste ano com o lançamento da série de vídeos “Drogas e Cidadania”, produzida pelo CFP e publicada nas redes sociais e You Tube do Conselho. O material serviu de instrumento para embasar as discussões sobre drogas no Brasil e alcançou escolas, consultórios e conselhos profissionais, possibilitando que o tema das drogas fosse discutido com mais profundidade pela sociedade e pela categoria.

O primeiro vídeo, intitulado “SUS a solução que a sociedade brasileira construiu”, alcançou mais de 17 mil visualizações desde sua publicação no youtube, em janeiro. Diversos comentários e avaliações dos internautas fomentaram a discussão e elogiaram a produção.

O segundo e o terceiro vídeo da série foram lançados em março e abordaram, respectivamente, a epidemia de crack veiculada massivamente pela mídia e a comparação entre as Comunidades Terapêuticas com os manicômios contemporâneos.

Em abril, o quarto vídeo “Medicalização e sociedade” mostra como as pessoas utilizam as drogas farmacêuticas de forma crescente na chamada medicalização, além de trazer o conceito e origem da palavra DROGA.

Em maio, o CFP lançou o quinto vídeo da série Drogas e Cidadania, com o tema “+ uma história”. O vídeo dá voz a crianças, adolescentes e adultos em situação de rua que se tornaram usuários de drogas e mostra como a sociedade age, muitas vezes, de forma desumana, criminalizando o usuário. Por meio de depoimentos e relatos de vida destas pessoas, o vídeo também busca promover uma reflexão sobre as consequências do abandono do Estado em relação às populações mais vulneráveis socialmente reforça a importância da família e do sistema público de saúde no processo de reinserção social do sujeito.



7.7 - NOTAS E MANIFESTOS

Nota do CFP: credenciamento de perito examinador de trânsito

11 de janeiro de 2012

CFP repudia estratégia “dor e sofrimento” na cracolândia

13 de janeiro de 2012

CFP apoia criação de Frente Nacional sobre Drogas

20 de janeiro de 2012

Nota do CFP sobre a reintegração de posse de Pinheirinho, SP

24 de janeiro de 2012

Nota de Repúdio ao Cadastro Nacional Obrigatório da Mulher Gestante

27 de janeiro de 2012

Novo Manifesto questionando o PL do Ato médico

17 de fevereiro de 2012

Nota de repúdio à fala do presidente do CFM

23 de fevereiro de 2012

Nota Pública do CFP de esclarecimento à sociedade e às(o) psicólogas(o) sobre Psicologia e religiosidade no exercício profissional

28 de fevereiro de 2012

Posicionamento do CFP sobre projeto que sugere sustar artigos da Resolução nº 001/99

2 de março de 2012

A Psicologia e o exercício da acupuntura - posicionamento do Conselho Federal de Psicologia e SOBRAPA

30 de março de 2012

Nota de esclarecimento do Conselho Federal de Psicologia e Sobrapa sobre exercício da acupuntura

9 de abril de 2012

Nota de Esclarecimento do CFP sobre o teste psicológico PMK

15 de maio de 2012

Nota do CFP em resposta ao processo de avaliação do Teste PMK

18 de maio de 2012

CFESS e CFP se posicionam sobre as eleições do CNAS

11 de junho de 2012

Posicionamento do Conselho Federal de Psicologia sobre o Aborto

22 de junho de 2012

Manifesto de repúdio ao PDC que visa sustar a Resolução CFP 001/1999

27 de junho de 2012

Nota de apoio ao Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ)

23 de julho de 2012

Manifesto do CFP pelo amplo debate sobre inquirição de crianças e adolescentes

31 de julho de 2012

Nota de apoio: CFP apoia campanha pela liberdade de expressão

27 de agosto de 2012

Nota de Repúdio: CFP manifesta apoio a conselheiros presos

31 de agosto de 2012

Carta de Repúdio contra a internação compulsória de adultos

26 de outubro de 2012

Nota de repúdio à matéria "Ilusão de um paraíso" publicada na Veja

8 de novembro de 2012

Nota de apoio: assine o manifesto da resolução CFP 001/99

13 de novembro de 2012

Nota de Repúdio da Comissão de Direitos Humanos do CFP à Revista Veja

20 de novembro de 2012

Estatuto da Criança: CFP se manifesta contra alteração da Comissão de Segurança da Câmara

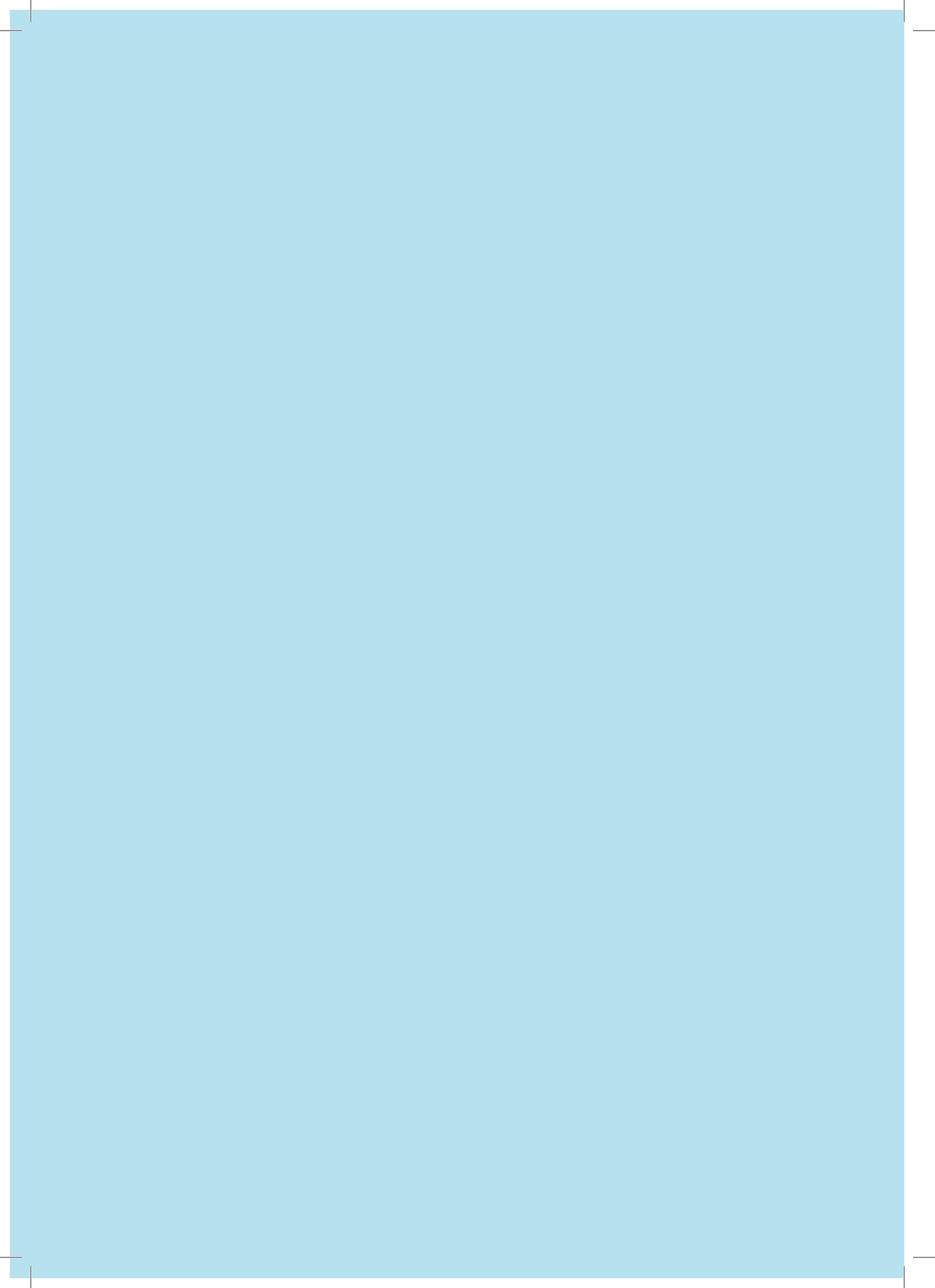
26 de novembro de 2012

Manifesto contra a redução da idade penal

4 de dezembro de 2012



ADMINISTRATIVO -
FINANCEIRO



8 - ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Em 2012, a receita do CFP atingiu R\$ 18.538.620,19, que representa 72,83% da prevista, e as despesas atingiram R\$ 24.530.832,25, que representam 96,37% do fixado, obtendo-se déficit orçamentário no exercício no montante de R\$ 5.992.212,06.

Comparando-se a execução dos exercícios de 2011 e 2012, verifica-se que o crescimento da receita foi de 5,62%, enquanto a despesa apresentou crescimento de 32,15%.

Na análise patrimonial, durante o exercício, o Conselho Federal de Psicologia obteve déficit patrimonial de R\$ 5.558.294,66, diminuindo seu patrimônio líquido em 28,74%.

* Nota: o déficit patrimonial apresentado foi suportado por superávits financeiros de exercícios anteriores.

AUDITORIA

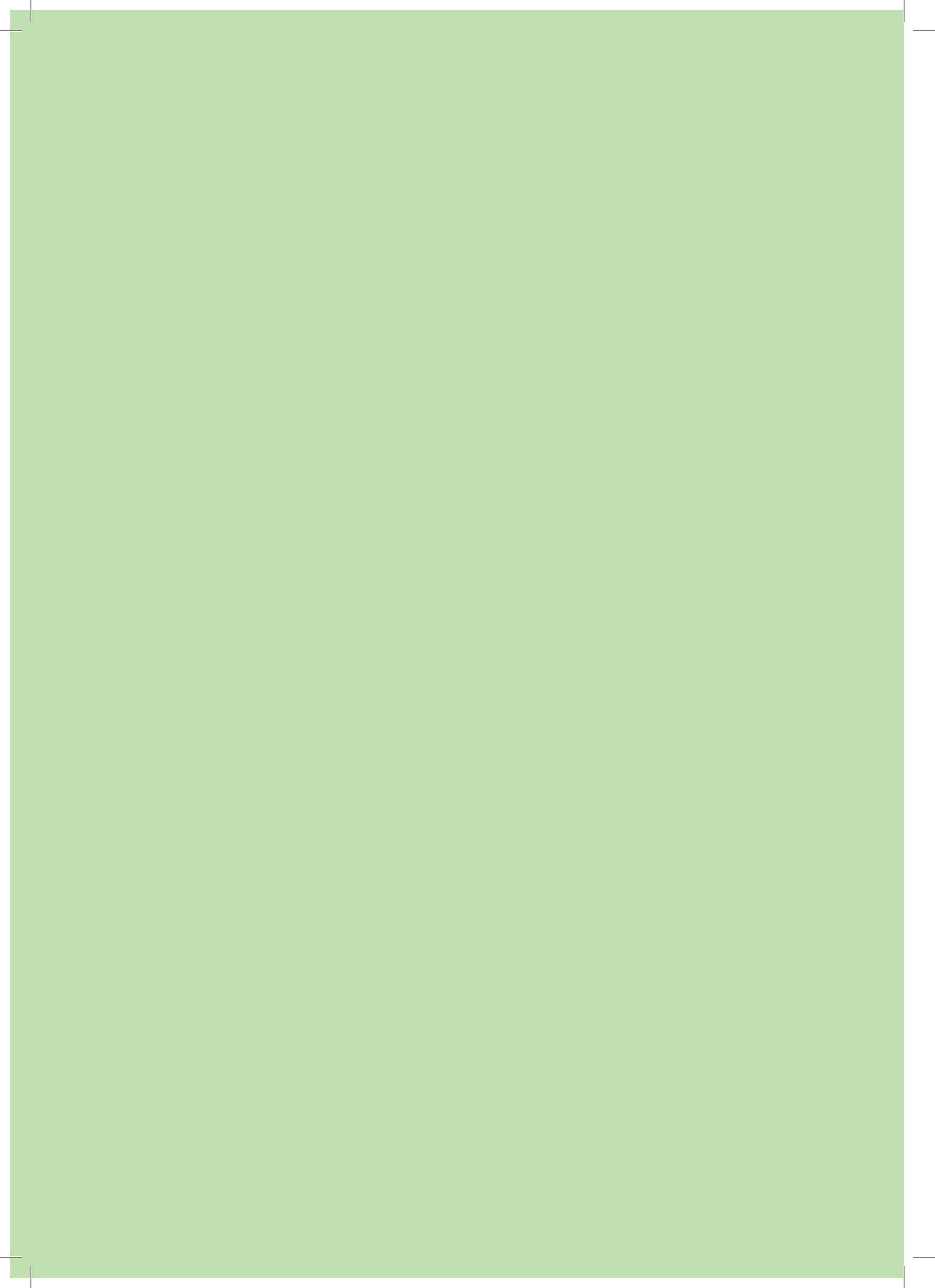
Foram realizadas auditorias contábeis e de gestão em todos os Conselhos Regionais e no Conselho Federal, pelas empresas Soma - Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistemas e TGB - Auditores e Consultores, abrangendo o exercício de 2011, de forma a verificar os procedimentos adotados para a autarquia e as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU).

Balço Orçamentário			
Contas de receitas	Previsão	Execução	Diferença
Receitas Correntes	18,967,352.31	18,282,531.55	684,820.76
Receita de contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	1,101,000.00	713,774.98	387,225.02
Receita de serviços	45,000.00	16,907.82	28,092.18
Transferências correntes	17,721,352.31	17,174,608.13	546,744.18
Outras Receitas Correntes	100,000.00	377,240.62	-277,240.62
Receitas de capital	6,486,518.02	256,088.64	6,230,429.38
Operações de Crédito	-	-	-
Alienação de bens	-	-	-
Amortização de empréstimos (CRPs)	470,752.22	256,088.64	214,663.58
Transferências de Capital	-	-	-
Outras receitas de capital (superávit proposto)	6,015,765.80	-	6,015,765.80
Subtotais	25,453,870.33	18,538,620.19	6,915,250.14
Totais	25,453,870.33	18,538,620.19	6,915,250.14
Contas de despesas	Fixação	Execução	Diferença
Despesas correntes	23,629,870.33	22,933,635.82	696,234.51
Despesas de custeio	20,659,511.53	20,035,079.07	624,432.46

Transferências correntes	2,970,358.80	2,898,556.75	71,802.05
Despesas de capital	1,824,000.00	1,597,196.43	226,803.57
Investimentos (aquisição de equipamentos)	1,183,000.00	1,056,896.43	126,103.57
Inversões financeiras (concessão empréstimos aos CRPs)	541,000.00	540,300.00	700.00
Transferências de capital (inadimplência/reservas)	100,000.00	-	100,000.00
Subtotais	25,453,870.33	24,530,832.25	923,038.08
Déficit (receitas menos despesas)	-	-5,992,212.06	-5,992,212.06
Totais	25,453,870.33	24,530,832.25	923,038.08



ASSESSORIA
PARLAMENTAR



9. ASSESSORIA PARLAMENTAR

Com a necessidade crescente de articulação institucional do Conselho Federal de Psicologia - CFP com Congresso Nacional, constatou-se, no processo de realinhamento institucional, a necessidade de viabilizar uma instância na estrutura do CFP capaz de acompanhar os Projetos de Lei de interesse da Psicologia e dar suporte na interlocução com o Congresso Nacional.

Na nova estrutura organizacional foi criada a Divisão de Relações Parlamentares do Conselho Federal de Psicologia com a atribuição de auxiliar o Plenário em sua representação política e legislativa e ocupar-se das relações com o Congresso Nacional. Também cabe à Divisão acompanhar a tramitação de projetos e disseminar informações sobre as matérias de interesse da Psicologia discutidas pelos parlamentares para obter sua adesão. Além disso, ajuda a organizar a agenda de eventos e compromissos dos representantes do CFP, e acompanhar as reuniões e audiências das Comissões e junto aos congressistas.

Em 2012, o CFP acompanhou cerca de 50 reuniões de Audiências Públicas realizadas nas diversas Comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com o objetivo de intensificação da participação do Conselho nos principais debates em andamento no Congresso Nacional.

O Conselho foi convidado a contribuir com o debate, enviando representantes e especialistas em eventos realizados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, os quais seguem:

- Projeto de Decreto Legislativo 234/ 2011, que visa sustar parte da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Participação em duas audiências públicas na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; participação em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, com o tema “Ética e Prática Profissional, Diversidade Sexual e Direitos Humanos”;

- Projeto de Lei do Senado 268/2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina, chamado de Ato Médico: audiência pública realizada na Comissão de Educação;

- Projeto de Lei 7081/ 2010, que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica: audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e grupo de trabalho na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para debate acerca da Medicalização da Educação;

- Projeto de Lei 3338/2008, que fixa o teto de 30 horas semanais para carga horária dos Psicólogos: audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados;

- Projetos de Lei 7663/2010 e 3167/2012: audiência pública na Comissão de Seguridade Social de Família da Câmara dos Deputados para debate da Internação Compulsória dos usuários de drogas;

- Projeto de Lei 5963/2001, que proíbe a publicidade / propaganda para a venda de produtos infantis Publicidade Infantil: seminário na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados - 1º Seminário Infância Livre de Consumismo “Por uma proteção legislativa da criança frente aos apelos mercadológicos”;

- Projeto de Lei PL 3688/2000, que dispõe sobre a introdução de assistente social e do psicólogo no quadro de profissionais de educação em cada escola: audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para debater a introdução do Psicólogo nos quadros de escolas públicas de educação básica;

- Luta dos Indígenas: participação na criação, por solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, de Comissão Externa para acompanhar a luta da comunidade indígena Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul;

- Dia Internacional do Direito à Verdade: audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para proposta de incluir, no calendário nacional de datas comemorativas, o Dia Internacional do Direito à Verdade, sobre graves violações aos direitos humanos e da dignidade das vítimas. A criação da data está prevista em resolução aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2010 - o texto propõe que a data seja comemorada em 24 de março;

- Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para debate do relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos;

Merece destaque os eventos solenes realizados para homenagear o Dia do Psicólogo e os 50 anos da Psicologia no Brasil: Sessão Solene na Câmara dos Deputados e Ato Solene no Senado Federal.

Igualmente, representantes do CFP realizaram audiências com deputados e senadores para tratar de matérias de interesse da Psicologia, destacamos algumas delas, como segue:

- Audiência com a Senadora Marta Suplicy 30/05/12 Brasília/DF - Brasil Humberto Verona. PAUTA: Ato Médico;

- Audiência com o Dep. Erika Kokay 18/06/12 Brasília/DF - Brasil Flávia Cristina Silveira Lemos. PAUTA: PEC 33/2012 - Desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.

- Audiência com a Senadora Marta Suplicy (28/06/12) - conselheira Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Clara Goldman Ribemboim. PAUTA: Solicitação de Audiência Pública sobre “Ética profissional e Diversidade Sexual e Direitos Humanos” e o Ato Solene dos 50 anos da Psicologia no Senado Federal.

- Audiência com o Dep. Erika Kokay (02/08/12) - Adriana Eiko Matsumato. PAUTA: Solicitação de Audiência Pública conjunta nas Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Constituição e Justiça (Para discutir o plano de enfrentamento ao Crack - internação compulsória e população de rua)

- Audiência com o Dep. Ricardo Berzoini (02/08/12) - Adriana Eiko Matsumato. PAUTA: Solicitação de Audiência Pública conjunta nas Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Constituição e Justiça (Para discutir o plano de enfrentamento ao Crack - internação compulsória e população de rua);

- Audiência com o Dep. Sebastião Bala Rocha (27/11/12) - Aluizio Lopes de Brito. PAUTA: PL 4364/2012 - Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia;

- Audiência com o Dep. Pedro Uczai (04/12/12) - Celso Francisco Tondin. PAUTA: PL 7.081 de 2010 que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do transtorno do déficit de atenção com Hiperatividade na educação básica.

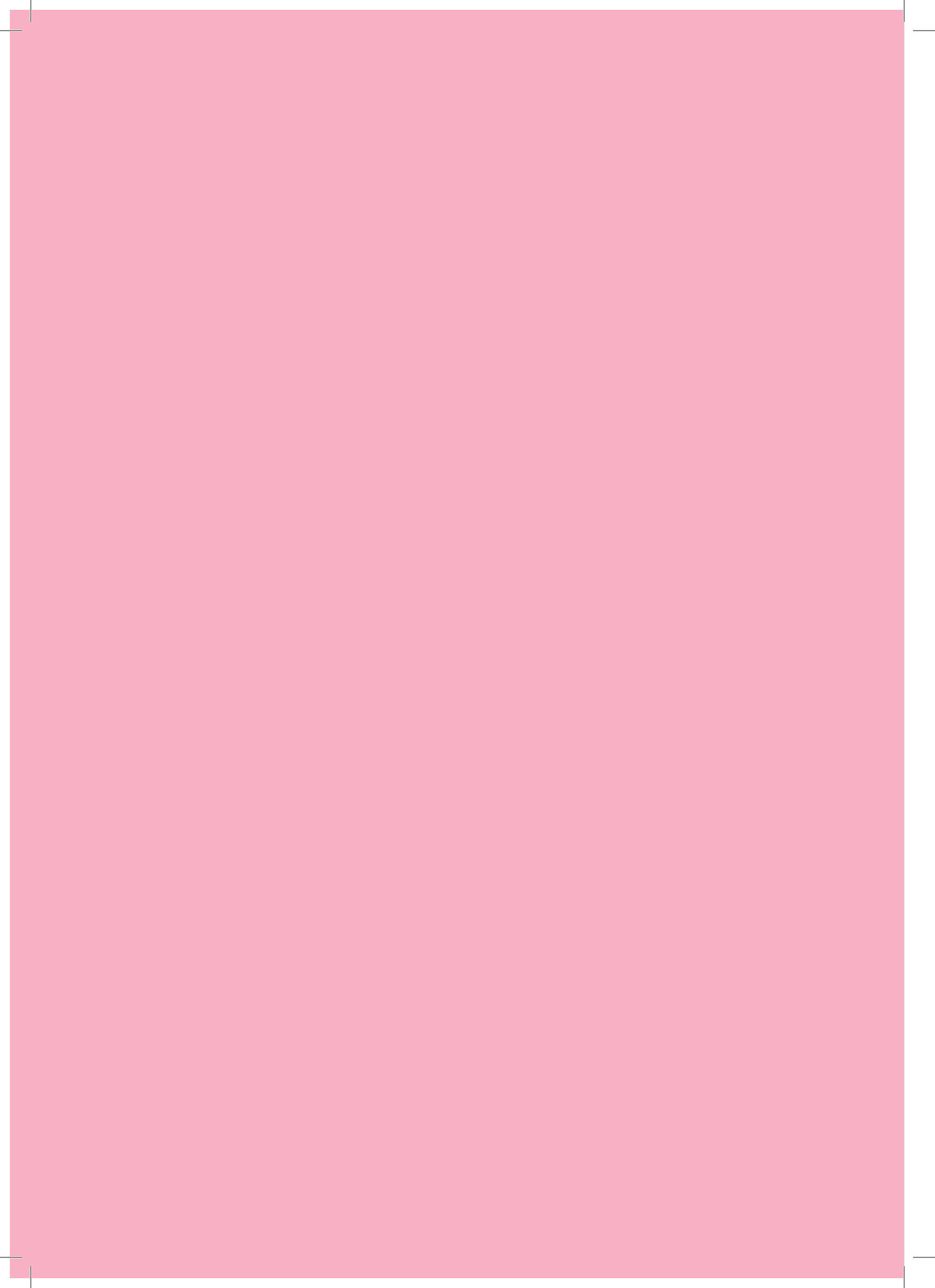
Além disso, no decorrer de 2012 foram disponibilizados, ainda, por meio de uma consultoria especializada prestada pela Macropolítica Assessoria e Consultoria Política, os seguintes produtos, a saber:

- Dois informes: semanalmente, às segundas, são enviadas a Pauta da Semana com a agenda de votação dos projetos de interesse nas comissões e nos plenários da Câmara e do Senado; às sextas, o Resultado da Semana contém o resumo dos pronunciamentos, resultado das votações que estavam previstas e relação das matérias novas apresentadas. Ambos são elaborados com exclusividade para o CFP, de acordo com os temas de interesse que são acompanhados;
- Lista de Proposições em Monitoramento: mensalmente, é enviada a lista todos os projetos com assunto de interesse prioritário para o CFP - contém informações sobre 90 Projetos de Lei, em média, e outras proposições que são monitoradas diariamente pela Assessoria Parlamentar;
- Relatórios sobre Projetos de Lei específicos, agendamento e acompanhamentos de audiências com parlamentares, além de sugestões de estratégias de atuação junto ao Poder Legislativo.

- Resumo do Diário Oficial da União: diariamente é enviado por meio de boletins com as principais publicações de interesse do setor.
- Por fim, cabe destacar que no desenvolvimento de tais ações já pode ser percebido o impacto positivo da nova estrutura organizacional, que contribuiu para o melhor acompanhamento das atividades relacionadas às matérias legislativas, viabilizando a participação e a intervenção qualificada dos representantes do CFP junto ao Poder Legislativo nas matérias de interesse da Psicologia.

10

ASSESSORIA
JURÍDICA



10. ASSESSORIA JURÍDICA

AÇÕES E ATIVIDADES DA CONSULTORIA JURÍDICA DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA NO ANO DE 2012

No desenvolvimento das atividades da assessoria jurídica ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2012, foram desenvolvidas as seguintes ações e atividades:

1 - desenvolvimento de medidas extrajudiciais, administrativas e judiciais, na forma e nos termos previamente ajustados com o CFP, acompanhando e defendendo seus interesses em Brasília-DF, e excepcionalmente em todo território nacional;

2 - assessoramento jurídico ao Plenário, à Diretoria e demais setores do Conselho Federal de Psicologia;

3 - elaboração de pareceres, contratos, convênios, memorandos, ofícios, petições, recursos e outros instrumentos jurídicos típicos do exercício profissional de advogado, além da elaboração dos instrumentos normativos do CFP (Resoluções, Instruções Normativas, Portarias...);

4 - assessoramento e prestação de consultoria, quando necessário, nos processos decorrentes do exercício profissional de competência do CFP;

5 - acompanhamento judicial de processos que tramitaram em outros Estados da Federação.

6 - Elaboração de pareceres nos editais de licitação do Conselho Federal de Psicologia nas modalidades Pregão, Tomada de Preços, Convite e Leilão;

7 - Elaboração de pareceres conclusivos sobre as diversas consultas formuladas, mormente sobre a realização de procedimentos licitatórios, o exercício profissional, procedimentos na área trabalhista, além de resposta às consultas formuladas pelos Conselhos Regionais de Psicologia;

8 - Orientação quanto à tramitação de processo ético nos novos Conselhos Regionais de Psicologia;

9 - Acompanhamento das reuniões do fórum dos Conselhos Federais de Profissão Regulamentada, bem como em audiências no Congresso Nacional acompanhando proposições de interesse da psicologia,

10 - Assessoramento jurídico à Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças - APAF.



OUVIDORIA





11. OUVIDORIA

11.1 - APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria é um poderoso canal por meio do qual o cidadão pode participar de forma efetiva do controle social. Sua instalação no CFP surgiu durante o VII Congresso Nacional da Psicologia, ocorrido entre os dias 03 a 06 de junho de 2010.

11.2 - MISSÃO

Por intermédio da ouvidoria, a categoria dos profissionais psicólogos e os outros setores da comunidade em geral podem exercer seus direitos de cidadania, seja criticando, elogiando, sugerindo ou questionando medidas que venham ao encontro dos interesses da coletividade.

A ouvidoria tem como principal objetivo conhecer o grau de satisfação do usuário dos serviços ofertados pela instituição, buscando soluções para as questões levantadas, oferecendo informações gerenciais e sugestões ao dirigente do órgão, visando o aprimoramento da prestação dos serviços.

Os serviços prestados pela ouvidoria vão muito além dos serviços proporcionados por um serviço de atendimento ao usuário, pois se tratam de uma prestação de atendimento diferenciado que deve proporcionar soluções viáveis e atuar como mediadora na definição das políticas públicas, cidadania e fortalecimento de seus conceitos e qualificação do próprio órgão ao qual está vinculada.

Ao exercer seu papel de defensor do cidadão e do profissional na organização, a Ouvidoria tem revelado ser um importante instrumento de interação entre o órgão e o ambiente na busca de soluções de conflitos extrajudiciais e colaborando eficazmente para a continuidade de programas de qualidade implantados na instituição.

11.3 - PRINCIPAIS DADOS DA OUVIDORIA DO CFP

- Desde o início efetivo de suas atividades em 30/08/2011, a Ouvidoria do CFP já fez aproximadamente 1.100 (um mil e cem) contatos, sendo que aproximadamente 520 (quinhentos e vinte) destes ocorreram apenas no ano de 2012. Destacam-se entre os contatos realizados, atendimentos via sistema telefônico e e-mails, além de simples encaminhamentos que não são computados como atendimento. Desse total, 61% (sessenta e um por cento) das demandas foram recebidas por meio de e-mail e 39% (trinta e nove por cento) por telefone. A porcentagem de resposta para as demandas recepcionadas fica em torno de 80% (oitenta por cento) por parte do CFP, tendo em vista que os outros 20% (vinte por cento) ficam por conta dos Conselhos Regionais que respondem diretamente aos Demandantes por se tratar de demandas locais e específicas.

- Atualmente do total de demandas recepcionadas, cerca de 20% (vinte por cento) encontram-se em fase de análise e providências para resposta pelos setores competentes do Conselho Federal de Psicologia.

- Entre os diversos temas das demandas atendidas ou as que são mais frequentemente apresentadas destacam-se: Redução de jornada de trabalho. Anuidade, inadimplência, denúncia de sites que falam sobre psicologia e que oferecem testes psicológicos gratuitos, denúncia contra profissionais psicólogos, psicólogo enquanto perito judicial, expedição de atestado médico por psicólogo, cadastro nacional de psicólogos, legislação sobre reconhecimentos de práticas psicológicas, testes de avaliação, ética, aposentadoria do psicólogo, piso salarial do psicólogo, divulgação de eventos, realização de prova para especialista, certificação ou reconhecimento de cursos de pós-graduação pelo CFP, atribuições do profissional de psicologia, atuação de psicólogos brasileiros no exterior, política antimanicomial, psicologia na grade curricular do ensino médio e fiscalização do exercício profissional pelos CRP's.

11.4 - PRINCIPAIS PROJETOS DA OUVIDORIA

- Ampliar significativamente o número de atendimentos prestados até o momento;
- Continuidade do diálogo com os Conselhos Regionais visando o atendimento das demandas que continuam aportando na Ouvidoria do CFP;
- Dar continuidade e apoio as ações de divulgação da Ouvidoria do Conselho Federal de Psicologia e posteriormente dos setores de Ouvidoria a serem implantados nos Conselhos Regionais;
- Implantar por meio do sistema de gerenciamento de ouvidoria, o controle de qualidade com relação à satisfação do profissional com o seu Conselho Regional de Psicologia, com o Conselho Federal de Psicologia e com a própria Ouvidoria.

12

REALINHAMENTO



12. REALINHAMENTO

O realinhamento foi pensado pela Diretoria do CFP, coordenado pelas conselheiras Deise Nascimento e Monalisa Barros e pela coordenadora geral Yvone Duarte, como dispositivo importante para adequar a estrutura do CFP às novas atribuições e ações do Plenário. A antiga estrutura da equipe estava desatualizada em função das demandas apresentadas.

Assim, em maio de 2011, teve início o projeto de realinhamento organizacional. A implantação oficial do realinhamento ocorreu em setembro de 2012, seguida pela contratação dos funcionários - aprovados em concurso realizado em junho.

Neste processo, os funcionários foram ouvidos e a proposta foi construída coletivamente, pela equipe do CFP e Diretoria.

Como característica principal do realinhamento, destaca-se o caráter da descentralização de responsabilidades, conferindo maior autonomia aos processos organizacionais no CFP. O objetivo é propiciar celeridade e desafogar a estrutura funcional, de modo que todos sejam envolvidos, participem das tomadas de decisão (respeitando a hierarquia e alçadas) e desenvolvam suas ações de forma integrativa, porém mais independente.

Veja a seguir a lista completa de ações de 2012:

Fevereiro e março - Reunião com os coordenadores para redesenho dos processos organizacionais

Abril - contratação de psicóloga organizacional para desenvolvimento, implantação e acompanhamento do realinhamento

Maio a julho - Reuniões para validação das competências e atribuições dos setores na nova estrutura do CFP

Junho - Realização do concurso

Junho e Julho - Contratações dos coordenadores de relações com a categoria e relações institucionais

Setembro - Implantação do realinhamento

Outubro - Contratação dos funcionários aprovados no concurso



13

CORPO FUNZIONALE



13. CORPO FUNCIONAL DO CFP – 2012

ADRIANA LILIAN N DE QUEIROZ	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
ALEXANDRE DE MEDEIROS JACOB	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	APOIO LOGÍSTICO
ANA INES SOUZA	-	-
ANA MARIA TORRES DE SOUSA MAIA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	RELAÇÕES AUTÁRQUICAS
ANDRE MARTINS DE ALMEIDA	ASCOM	ASCOM/EDITORAÇÃO
ANDRE YOKOWO DOS SANTOS	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
ANIELEN DE OLIVEIRA MAGALHÃES	JURÍDICA	JURÍDICA
ANTONIO CARLOS EVERTON MUNIZ	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	SUORTE
ANTONIO FERREIRA MARQUES NETO	OUVIDORIA	OUVIDORIA
CALEB OLIVEIRA FREITAS	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	COMPRAS
CAMILA DIAS DE LIMA ALVES	RELAÇÕES CORPORATIVAS	REFERÊNCIAS TÉCNICAS
CARLENE DE SOUZA DIAS REZENDE	RELAÇÕES CORPORATIVAS	RELAÇÕES AUTÁRQUICAS
CAROLINA MENKES REIS	ASCOM	ASCOM
CAROLINA PEREIRA BARBOSA	COORDENAÇÃO GERAL	ABEP
CIBELE CRISTINA T. DE OLIVEIRA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	CREPOP
CRISTINA BRAVO	ASCOM	ASCOM
DANIEL HENRIQUE DE ARAUJO	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	SUORTE
DANIELA RIBEIRO MUNDIM E SILVA	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
DANIELLA CRISTINA J. SANTANA	ASCOM	ASCOM
DANIELLE COENGA OLIVEIRA	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES COM A SOCIEDADE
DIEGO RAMOS CASTRO	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	SUORTE
ELTON RAMOS DA SILVA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	INFORMÁTICA
FABIO ALMEIDA DA TRINDADE	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	SUORTE
FABIOLA BORGES CORREA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	REFERÊNCIAS TÉCNICAS
FERNANDA DE ARAÚJO MENDES	ASCOM	ASCOM
FERNANDO AUGUSTO M NAZARÉ	JURÍDICA	JURÍDICA
FLAVIA INHAE M. DE C. SILVA	ASCOM	ASCOM
GABRIEL CESAR DIAS DANTAS	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

GABRIELA ROSSETTO DEMENECK	RELAÇÕES CORPORATIVAS	REFERÊNCIAS TÉCNICAS
GILSON DE SOUZA OLIVEIRA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
GUSTAVO SIQUEIRA GONÇALVES	RELAÇÕES CORPORATIVAS	EVENTOS
HELDER BAPTISTA DA SILVA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	CONTÁBIL
ISABELA KANJO NASSER	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	APOIO LOGÍSTICO
IVAN MORAES DE OLIVEIRA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	INFORMÁTICA
JERUSA ATAIDE N. VASCONCELOS	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
JOSE ARNALDO DE GOIS JUNIOR	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	CONTÁBIL
KARINA ROCHA DA C P ANTUNES	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	INFORMÁTICA
KLEBISTON T DOS R FERREIRA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	CREPOP
LAURA DE AFONSECA E SILVA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	RELAÇÕES AUTÁRQUICAS
LEOMAR DA SILVA SANTANA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	INFORMÁTICA
LISLLY TELLES DE BARROS	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS
LÍVIA DOMENEGHETTI DAVANZO	ASCOM	ASCOM
LÍVIA MARINHO AVELINO DA SILVA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	EVENTOS
LUCAS SOARES DA SILVA ROCHA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	SUPORTE
LUDIMILA ROSA DE MATOS	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	FINANCEIRA
LUIZ FELIPE PEREIRA DOLES	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS
LUIZ SOUZA DUARTE SANTANA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	EVENTOS
MACELO DE SOUZA ALVES	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	SUPORTE
MARCELA ALICE DE ANDRADE	ASCOM	ASCOM/EDITORIAÇÃO
MARCELA IWANO	COORDENAÇÃO GERAL	SECRETARIA EXECUTIVA
MARCELO SIQUEIRA GONÇALVES	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	INFORMÁTICA
MARCOS CAVALCANTE NOBRE	ASCOM	ASCOM
MARIZA B GUIMARÃES MOREIRA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	RELAÇÕES AUTÁRQUICAS
MARTA AZEVEDO KLUMB OLIVEIRA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	RELAÇÕES CORPORATIVAS
MICHAEL MOLINARI ANDRADE	COORDENAÇÃO GERAL	SECRETARIA EXECUTIVA
MIGUEL MENDONÇA DE ALVARENGA	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES COM A SOCIEDADE
NATASHA RAMOS REIS DA FONSECA	RELAÇÕES CORPORATIVAS	CREPOP
PAULO JULIANO GARCIA CARVALHO	OUVIDORIA	OUVIDORIA

POLIANA KILIAN G DE C VIEIRA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	SUORTE
POLYANNA PERES ANDRADE	COORDENAÇÃO GERAL	SECRETARIA EXECUTIVA
RAFAEL MENEGASSI TANIGUCHI	RELAÇÕES CORPORATIVAS	RELAÇÕES AUTÁRQUICAS
RAFAEL PEREIRA PERDIGÃO	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	INFORMÁTICA
RAQUEL ESCORCIO DA COSTA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	APOIO LOGÍSTICO
RENAN GUIMARAES COSTA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	CONTÁBIL
ROGER CAEL DE MAGALHÃES MELLO	RELAÇÕES CORPORATIVAS	EVENTOS
ROMÁRIO DIAS SANTOS	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES COM O PARLAMENTO
ROMEU OLMAR KLICH	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	RELAÇÕES COM O PARLAMENTO
RONALDO FIRMO FURTADO	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	COMPRAS
ROSANGELA DUARTE DE ALMEIDA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	FINANCEIRA
SARA JULIANA B GUADANHIM	RELAÇÕES CORPORATIVAS	REFERÊNCIAS TÉCNICAS
THIAGO DE MÉLO PACHECO	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS
THOMAZ MACIEL DE M. E MOREIRA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	INFORMÁTICA
ULISSES C. MARTINS LINO SILVA	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	INFORMÁTICA
VERÔNICA DUARTE R DE ARAÚJO	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS
WLADMIR ROGERIO DOS REIS	ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	APOIO LOGÍSTICO
YURI ARAUJO BUENO	RELAÇÕES CORPORATIVAS	REFERÊNCIAS TÉCNICAS
YVONE MAGALHÃES DUARTE	COORDENAÇÃO GERAL	SECRETARIA EXECUTIVA

